

**REVISTA
DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E
HISTÓRIA MILITAR
DO
BRASIL**



ANO 84 N° 117 2º SEM. 2025

ISSN 0020-3890

EXPEDIENTE

O IGHMB foi fundado em 7 de novembro de 1936. Órgão Consultivo Oficial dos Assuntos de Geografia e História Militar reconhecido pelo Decreto nº 27.512, de 26 Nov 1949, e Órgão de Utilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro pela Lei nº 2.217, de 28 Ago 1973.

Representante do Brasil na Comissão
Internacional de História Militar

Presidente do IGHMB

Gen Bda Márcio Tadeu Bettega Bergo

Diretor e editor da Revista do IGHMB

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

1º Secretário do IGHMB

Cel Cláudio Luiz de Oliveira

Conselho Editorial

Cel Prof. Dr. Carlos Roberto Carvalho Daróz

Ten Cel Prof. Dr. Giovani Latfalla

Dr. Daniel Mata Roque

Sede no Clube Militar

Av. Rio Branco, 251 – Centro

20040-009 Rio de Janeiro-RJ

Brasil

ighmb.org.br

revista@ighmb.org.br



SUMÁRIO

2 – Editorial

5 – A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial

CA Guilherme Mattos de Abreu

16 – Segurança nuclear: a resposta brasileira

Emília Teixeira de Paula Machado

54 – Tenente-coronel Francisco Leão Cohn: Estrela de David na Guerra do Paraguai

Israel Blajberg

73 – As moedas do general: Severino Sombra e a numismática

Lucas Hendricus Andrade Van den Boomen

88 – A filatelia e a Segunda Guerra Mundial: um olhar sobre a história através dos selos

Henrique Corrêa Lopes

101 – As Forças Armadas e a estratégia de desenvolvimento da Era Vargas

Felipe Maruf Quintas

117 – As pistolas douradas de D. Pedro IV “desaparecidas” por 36 anos

Cel Antônio Manuel Diogo Velez

123 – Resenha - A última guerra romântica (memórias de um piloto de patrulha)

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

A Revista do IGHMB é um periódico científico para difusão acadêmica, não possui fins lucrativos e não pode ser comercializada. Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

O uso de imagens (fotos, desenhos, mapas etc) deverá observar rigorosamente as prescrições da legislação referente aos direitos autorais, e as respectivas fontes citadas. No caso de imagens protegidas, os autores deverão possuir as respectivas permissões de uso, entregando uma cópia para arquivo do IGHMB.

Estão autorizadas as transcrições integrais ou parciais das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte. Por imposição do espaço, a redação do artigo poderá receber pequena modificação, sem alterar o seu entendimento e a sua compreensão.

Editorial

O estudo da História Militar é, mais do que nunca, uma ferramenta essencial para a compreensão dos processos que moldaram o Brasil e o mundo. Ao recuperar os eventos, os protagonistas e as estruturas que marcaram os conflitos armados e seus desdobramentos políticos, sociais e tecnológicos, afirmamos a relevância dessa disciplina como ponte entre passado, presente e futuro.

Em tempos de instabilidade global, a História Militar oferece preciosas lições e advertências, não apenas sobre os erros e os custos da guerra, mas também sobre os esforços de paz, soberania e resiliência das nações.

Neste ano de 2025, celebramos os 80 anos da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, um marco histórico que transcende fronteiras e

ainda repercute nos arranjos geopolíticos contemporâneos. A participação do Brasil nesse conflito foi significativa, tanto no mar, no ar quanto em terra, e a memória desse envolvimento continua sendo objeto de reflexão e aprendizado. Esta edição da nossa revista é, em parte, uma homenagem a esse legado.

A História Militar, por sua natureza, é uma disciplina profundamente multidisciplinar. Seus estudos transbordam os limites da cronologia e da tática, dialogando com a sociologia, a geopolítica, a economia, a medicina, a ciência e a cultura. Os artigos que compõem esta edição são prova dessa riqueza: abordam temas variados, da segurança nuclear à filatelia bélica, da numismática ao protagonismo político das Forças Armadas. Cada contribuição enriquece o campo e nos convi-



da a refletir sobre o papel das instituições militares na história e na sociedade brasileira.

Abrindo esta edição, o artigo sobre a atuação da Marinha do Brasil durante a Segunda Guerra Mundial destaca o processo de modernização das forças navais, impulsionado pelos ataques de submarinos do Eixo. Integrada à 4ª Esquadra da Marinha dos EUA, a força naval brasileira desempenhou papel crucial na proteção do tráfego marítimo e assimilou lições valiosas em um período de desafios e adaptação, lições que continuam pertinentes no cenário geopolítico atual.

O segundo artigo examina a estrutura de proteção e resposta a acidentes nucleares e radiológicos no Brasil, com foco na atuação da Marinha do Brasil desde o acidente com o Césio-137, em 1987. A pesquisa revela a eficácia do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear

Brasileiro, estruturado segundo preceitos constitucionais, e destaca sua vocação dual, com aplicações tanto militares quanto civis.

Na sequência, um estudo biográfico resgata a atuação do tenente-coronel Francisco Leão Cohn, da Guarda Nacional, durante a Guerra do Paraguai. A

partir do episódio simbólico da entrega do Pavilhão Nacional por D. Pedro II, o artigo reconstrói a trajetória do batalhão que partiu do Rio de Janeiro em defesa da Pátria, evo-

cando o ideal de honra e sacrifício que marcou aquela campanha.

O quarto artigo desvenda um aspecto pouco conhecido da vida de Severino Sombra, militar e intelectual cearense da década de 1930, fundador do nosso Instituto, ao explorar sua produção e atuação como numismata. A análise da obra de Sombra nesse campo revela





não apenas seu interesse acadêmico, mas também a interseção entre cultura militar e estudos monetários.

A seguir, adentramos o universo da filatelia e sua relação com a Segunda Guerra Mundial. O artigo demonstra como os selos postais e correspondências militares se tornaram fontes ricas para a preservação da memória histórica, carregando mensagens de propaganda, resistência e emoção em tempos de conflito global.

Um importante estudo sobre a Era Vargas analisa o protagonismo das Forças Armadas no processo de centralização política e econômica iniciado com a Revolução de 1930. O texto destaca como os militares, especialmente os tenentes, desempenharam papel estratégico na reestruturação institucional e na implementação de um projeto nacionalista e desenvolvimentista.

Em seguida, a revista traz uma fascinante investigação sobre o paradeiro de um par de

pistolas pertencentes a D. Pedro IV, roubadas do Museu Militar de Lisboa em 1973. O artigo narra a longa jornada desses artefatos até sua recuperação, ressaltando seu valor simbólico para a história compartilhada entre Brasil e Portugal.

Encerrando esta edição, apresentamos a resenha da obra *A última guerra romântica (memórias de um piloto de patrulha)*, relato vívido do tenente aviador Ivo Gastaldoni, que serviu na Força Aérea Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. Seu testemunho nos oferece uma visão pessoal e comovente da patrulha antissubmarino no Atlântico Sul, prestando um tributo àqueles que enfrentaram o inimigo nas profundezas do mar.

Desejamos a todos uma leitura proveitosa e inspiradora.

Carlos Daróz – Coronel

Doutor em História
Editor da Revista do IGHMB

A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Guilherme Mattos de Abreu ^a

Resumo: O Brasil era muito dependente do tráfego marítimo, quando a Segunda Guerra Mundial começou. Foi significativamente afetado pelos ataques de submarinos do Eixo, que também provocaram inúmeros óbitos entre tripulantes e passageiros. Além disso, suas Forças Armadas estavam desatualizadas e tiveram que se adaptar às novas tecnologias. Com grande esforço, a Marinha do Brasil reagiu integrada à 4ª Esquadra da Marinha norte-americana, protegendo o tráfego mercante. Foi uma época de aprendizado, que deixou importantes lições que servem como advertência para o futuro, o que é particularmente relevante na época, atual, volátil e conturbada.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial, Marinha do Brasil, Preparo de forças.

O Brasil, em meados dos anos 1930, tinha uma população de pouco mais de 35 milhões de habitantes, sendo mais da metade rural e iletrada. Era muito dependente do tráfego marítimo, tanto para o comércio exterior quanto para a cabotagem. O país era como se fosse um arquipélago, conectado pelo transporte marítimo, visto ser mal servido por vias interiores. O comércio

exterior era limitado à exportação de uns poucos produtos. Importava-se de tudo, como manufaturas, carvão, derivados de petróleo, munição, etc.

As forças armadas estavam debilitadas, pois não acompanharam as evoluções de seu tempo. A Marinha ainda era constituída, basicamente, pelos navios da Esquadra de 1910. A construção militar naval estagna-

^a Contra-Almirante. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



ra, não se construindo um único navio de guerra relevante na República. O ministro da Marinha, almirante Protógenes, em relatório ao presidente, em 1932, assinalava que a Esquadra agonizava e estava completamente desaparelhada e destreinada, por não se fazer ao mar. Clamava pelo renascimento do Poder Naval, o que de fato seria tentado, com a ativação de um programa estabelecido em 1932.

Foi uma retomada difícil, considerando a limitada capacidade industrial e científico-tecnológica do Brasil e as restrições econômicas pelas quais passava o País, ainda como consequência da crise de 1929. O cenário internacional também se mostrava conturbado.

O programa envolvia a aquisição de navios no exterior e a construção de outros no país, mas, como sinalizara Ruy Barbosa décadas antes, esquadras não se constroem ou se obtêm com rapidez.

No que se refere aos meios a serem adquiridos no exterior, a

Marinha não tivera sucesso em obter contratorpedeiros de segunda mão nos Estados Unidos, pois os norte-americanos não desejavam melindrar a Argentina. Seis contratorpedeiros em construção na Inglaterra foram requisitados pelo Almirantado britânico e incorporados à *Royal Navy*, à medida que ficaram prontos. Ironicamente, apenas três submarinos, construídos para a Marinha Italiana e já finalizados – na “prateleira”, como se diz na Marinha – foram entregues, em 1937.

Dos meios em construção no Brasil, apenas as pequenas corvetas, originalmente navios-mineiros, ficariam prontas em 1839. Os navios de maior porte, como os três contratorpedeiros Classe M, em construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), somente ficariam prontos com o conflito em andamento. Esses contratorpedeiros, por sinal, fariam parte das escoltas dos navios que transportaram a Força Expedicionária Brasileira para a Europa. Ainda nos



anos 1940, teria início a construção, também no AMRJ, de uma série de seis contratorpedeiros da Classe A, os quais, no entanto somente entrariam em operação bom tempo após a guerra terminar. Foi neste cenário – com uma Marinha desatualizada e desprovida de meios – que a Segunda Guerra Mundial chegou ao Brasil.

O saliente nordestino era importante para o esforço de guerra Aliado, dado ser o ponto de maior aproximação com a África, provendo um estrangulamento que facilitava as patrulhas, além de ser o único viável para os meios aéreos da época cruzarem o Atlântico com segurança. Servia como escala para o envio de suprimentos para as forças que combatiam no Continente Africano.

Era vulnerável a eventual ataque do Eixo e essa ameaça fortemente encarada pelos norte-americanos. Navios da *US Navy* passaram a frequentar o litoral brasileiro (onde mais tarde, alguns ficariam baseados, com a ativação do Comando da Força

Naval do Atlântico Sul) e a Força Aérea do Exército dos Estados Unidos a discretamente se instalar no território nacional.

A principal ameaça no contexto da Batalha do Atlântico era representada pelos submarinos alemães e italianos. No entanto, a Esquadra não possuía equipamentos de detecção e armamento para localizar e destruir submarinos, bem como não conhecia nem mesmo os novos procedimentos de combate antissubmarino, baseados no emprego do sonar. Tratava-se de inovação tecnológica, que nem mesmo a Marinha dos Estados Unidos, inicialmente, dominava. Foram instrutores da *Royal Navy* que ministraram instruções de tática antissubmarino aos norte-americanos, em uma base, em Key West, Flórida, por onde, posteriormente, também passariam as tripulações brasileiras em treinamento.

A Segunda Guerra Mundial começaria com a invasão da Polônia, em 1º de setembro de 1939. Não esperaria terminar o



mês para chegar ao Atlântico Sul, pois, no dia 30, o Navio Mercante inglês *Clement*, que suspendera do Recife pela manhã, seria afundado pelo cruzador *Almirante Graf Spee*. Temos, neste evento, possivelmente, as primeiras vítimas brasileiras na Guerra, visto que três dos tripulantes náufragos – que felizmente foram resgatados – eram nacionais. O *Graf Spee* faria outros ataques nos Oceanos Atlântico e Índico, provocando uma grande operação de caça por franceses e britânicos. Por fim, enfrentou uma Força-Tarefa da *Royal Navy* na Batalha do Rio de Prata, em 13 de dezembro; após a qual, avariado, se internou em Montevideu, de onde suspendeu e foi afundado pela própria tripulação, ao largo da capital uruguaia, no dia 18 de dezembro.

Com tais eventos em andamento, unidades da Esquadra brasileira foram deslocadas para o Sul, para monitorar a situação. Também navios mercantes do Eixo seriam internados ou atacados, como é o caso do alemão

Wakana, que foi afundado por sua tripulação próximo a Cabo Frio, para evitar a captura por navio britânico, em 12 de fevereiro de 1940. É de se notar que tais eventos ocorreram bem próximo de nossa costa.

Por outro lado, navios mercantes brasileiros sofreram constrangimentos por parte da *Royal Navy*, seja sendo forçados a desembarcar passageiros de origem alemã ou impedidos de prosseguir viagem por transportarem carga militar, como foi o caso do material adquirido pelo Exército Brasileiro na Alemanha.

Os primeiros ataques à Marinha Mercante brasileira ocorreram com o país ainda neutro. Em 22 de março de 1941, no Mediterrâneo, o navio-mercante *Taubaté* foi metralhado por aeronave alemã, causando um óbito e 13 tripulantes feridos. Com a entrada dos Estados Unidos na guerra, a Marinha Alemã desencadeou a *Operação Paukenschlag* (batida de tambores), com o emprego de submarinos alemães e italianos,



no litoral da América, no Atlântico, e no Mar do Caribe. Daí em diante, vários navios mercantes brasileiros seriam atacados no exterior e um ao largo do Ceará. No caso, o *Comandante Lira*, que conseguiu ser salvo, após ser torpedeado pelo submarino italiano *Barbarigo*, comandado por um ítalo-brasileiro – Enzo Grossi (nascido em São Paulo (Grossi, que seria o comandante da Força de Submarinos italiana quando da rendição da Itália, posteriormente foi viver na Argentina). Ao todo, doze navios mercantes brasileiros foram afundados, com um total de 192 mortos, até o fim de julho de 1942.

As atitudes cada vez mais claras de alinhamento do Brasil com os Aliados levaram o Alto-Comando alemão a planejar uma operação de maior envergadura contra os principais portos nacionais, que, felizmente, foi limitada pela pouca disponibilidade de apoio logístico e também, consta, pelos

efeitos que poderiam gerar nos demais países do Continente. Mas, ainda assim foi impactante.

Entre 15 e 19 de agosto de 1942, o submarino *U-507* afundou cinco navios e uma barcaça empregados em cabotagem, ao longo do litoral de Sergipe e Bahia. Foi uma carnificina: morreram 607 pessoas, entre tripulantes e passageiros, o que incluía homens, mulheres e crianças. Entre as vítimas, integrantes do 7º Grupo de Artilharia de Dorso do Exército Brasileiro, transferido para reforçar as defesas no Nordeste. Adicionalmente, um navio sueco também seria afundado pelo *U-507*, no dia 22, com seis óbitos. Essas perdas causaram forte comoção nacional, reverberada pelas manchetes dos jornais e por manifestações de rua nas maiores capitais, todas clamando pela guerra.

Nas diversas narrativas a respeito, não se costuma abordar que os nossos marinheiros, circulando fardados pela Capital Federal, eram assediados pela população, sob a alegação de que



deveriam estar no mar, protegendo os seus compatriotas, como conta João Palma Neto¹, ao compartilhar em livro a sua experiência como marinheiro do caça-submarino *Gurupá*. Trata-se de evidente ignorância das circunstâncias em que se processa a guerra naval, mas que nos faz lembrar que os militares são cobrados nas horas críticas em que a Nação se vê ameaçada, independentemente das circunstâncias que levaram ao despreparo e à baixa prontidão.

O Arquipélago Brasil parou, ante a ameaça de submarinos! E o Brasil declara estado de beligerância em relação à Alemanha e à Itália, em 22 de agosto; em estado de guerra em 31. Nessa conjuntura, chega a ser constrangedor constatar a terceirização da Defesa Nacional, como apontado pelo historiador norte-americano Frank McCann². O presidente Vargas, em reunião com o almirante Jonas Ingram, comandante da Força Naval do Atlântico Sul, que também acumulava o comando da 4ª Esqua-

dra norte-americana, em 29 de setembro, conferiu-lhe autoridade integral sobre a Marinha e a Força Aérea brasileiras e total responsabilidade pela defesa de toda a extensão de nossa costa. Igualmente constrangedor é saber que Frank Knox, secretário da Marinha, o qual inicialmente se opôs ao acerto, manifestaria a Ingram que nenhum país que se respeitasse tomaria tal decisão³.

Assim, foi estabelecido um comando único para a Força do Atlântico Sul, tendo como subordinada a Força Naval do Nordeste (FNNE), criada em 5 de outubro de 1942. Seu comando foi atribuído ao capitão de mar-e-guerra Alfredo Carlos Soares Dutra, logo promovido a contra-almirante. Seus atributos de liderança e profissionalismo foram essenciais para a superação dos obstáculos que a Força enfrentou.

Também se recorreu a um recurso seguro, mas de limitada capacidade, para se enviar tropas da Capital Federal ao Nordeste. Se utilizava a ferrovia até Pirapo-



ra e, de lá, se navegava pelo rio São Francisco até Juazeiro, de onde se seguia por terra para o litoral. Pirapora se orgulha dessa participação e até hoje conserva ativo o centenário vapor *Benjamin Guimarães*⁴.

A primeira ação operativa de impacto foi a organização dos comboios nos portos nacionais, prática já comum no Atlântico Norte. Os comboios que partiam e chegavam aos portos brasileiros eram escoltados por navios da Marinha do Brasil e da Marinha norte-americana, em uma atividade estafante.

O emprego do sistema de comboios e a patrulha antissubmarino empreendida pelas forças aeronavais aliadas, levariam a uma drástica diminuição nas perdas de navios mercantes em 1943, sendo que, a partir daí, a maioria dos navios brasileiros vitimados por submarinos navegava isolado, fora dos comboios.

A modernização dos meios navais, com fornecimento de material pelos Estados Unidos, seria viabilizada em decorrência

do *Lend and Lease Act* - a Lei de Empréstimos e Arrendamentos, de março de 1941.

Os novos meios demandavam intenso adestramento e estrutura de manutenção. Além disso, alguns dos navios antigos receberam sonares, calhas para o lançamento de bombas de profundidade e armas secundárias, como os lançadores de bombas-foguete, além das modificações específicas para enfrentamento de ameaças aérea e de superfície. Uma quantidade expressiva de militares foi enviada para os programas de treinamento criados na *US Navy*, para serem instruídos nas táticas antissubmarino e no uso e manutenção dos novos navios, equipamentos e armas.

A Marinha envolveu-se na Segunda Guerra Mundial por mais tempo que o próprio país, com algumas movimentações relacionadas ao conflito já em 1939. Sua participação efetiva se iniciou em 1941, com o posicionamento da corveta



Camaquã, formalmente em patrulha de guerra no litoral Nordeste, e só terminou alguns meses após o armistício, depois de assegurado que o Atlântico Sul estava efetivamente livre de submarinos desinformados sobre o término da guerra.

Os ganhos operacionais e materiais provenientes da participação no conflito foram muitos, mas parecem apequenar-se, quando lembramos que aqueles anos custaram muitas vidas. No decorrer da guerra, foram perdidos por ação dos submarinos alemães e italianos 31 navios mercantes, de um total de 33 ataques sofridos. 480 tripulantes e 502 passageiros foram a óbito. Quanto à Marinha, esta perderia três navios, com o falecimento de 492 militares, nos naufrágios e outros incidentes. Totalizando, 1.474 vítimas fatais no mar.

Os registros da atuação chamam a atenção, ao serem confrontados com o número limitado de navios de escolta: 3.164 navios comboiados, sendo

1.577 nacionais, em 575 comboios. 99% dos navios protegidos alcançaram os seus destinos. Um feito que impressiona. Mesmo assim, principalmente pelos afundamentos anteriores à declaração de guerra, 21% da Marinha Mercante brasileira foi perdida por torpedeamentos. No total, 29 submarinos alemães (sendo um reabastecedor) e 10 italianos operaram no Atlântico Sul⁵; dos quais 12 seriam afundados. Também alguns corsários de superfície estiveram por aqui. As marinhas aliadas (basicamente do Brasil, Estados Unidos e Reino Unido) empregaram nesse teatro mais de duas centenas de navios, de caça-submarinos a navios aeródromos. O número de perdas de ambos os lados ultrapassa a quinhentos, entre navios mercantes e de guerra⁶.

Chegando ao final, recorre-se às primeiras páginas de D. Quixote, onde Miguel de Cervantes assinala que “a história [...] é testemunha do



passado, exemplo e aviso para o presente e advertência para o futuro”. Nesta linha, fundamenta-se a conclusão.

Com primeiro ponto, recorda-se que o saudoso almirante Hélio Leôncio Martins costumava chamar destacar que os oficiais que efetivamente atuaram na guerra eram majoritariamente jovens – poucos eram oficiais superiores. Após o conflito, foram ousados a ponto de procurar influenciar a mentalidade da Marinha – aquela parcela ainda na rotina, apegada aos mesmos hábitos e procederres – era a “Marinha do mingau”, como denominavam ironicamente na Força Naval do Nordeste, visto que este item tradicional não constava do cardápio dos pequenos caça-submarinos, por dificuldade de confecção.

O segundo ponto é que os efeitos desta mudança de mentalidade foram granjeando eficácia, na medida em que essa “jovem guarda” ganhava antiguidade e autoridade.

As gerações de oficiais a partir dos anos 1970 foram aquinhoadas com uma Marinha reorganizada e em níveis operativos invejáveis. Os almirantes que conduziram essas importantes transformações na Marinha foram aqueles então jovens oficiais, que tiveram um duro aprendizado na guerra.

Mares tempestuosos fazem bons marinheiros! Tempos difíceis forjam grandes líderes! A nossa reverência e reconhecimento a esses oficiais pelo legado que deixaram para a Marinha.

Por fim, ressalta-se que a memória nacional pouco destaca o que o país sofreu no período. As características da população – em grande parte iletrada e rural – podem justificar o desconhecimento, dado que é mais difícil registrar e preservar experiências em tais circunstâncias.

Passemos, portanto, ao cenário internacional instável em que estamos inseridos – prognóstico de instabilidade que já aparecia nas análises prospectivas dos anos noventa, para o



primeiro quarto de século – e que já deveria ser motivo de atenção há bastante tempo. Cenário em que se destaca a excepcional vulnerabilidade do país a ações no mar ou vindas do mar, em escala muito maior do que se verificou há oitenta anos. Além disso, compartilhamos a vulnerabilidade com o nosso entorno – por onde passam as extensas linhas de comunicação marítimas das quais é dependente o comércio exterior-, suscetível a disputas por recursos e a conflitos por procuração, pois toda riqueza acaba por se tornar objeto de cobiça.

Sendo o maior país e a maior economia da América do Sul, é natural que a dimensão do Brasil traga demandas da circunvizinhança, bem como responsabilidades, a que não se poderá furar. É importante que se reflita em como atender a tais demandas, principalmente porque forças navais são de demorada maturação, não podendo ser improvisadas.

Voltando a Cervantes: “a história [...] é testemunha do passado, exemplo e aviso para o presente e advertência para o futuro”. Olhemos para os exemplos do passado e cuidemos de nosso futuro.

.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Guilherme. A Amazônia Azul: o mar que nos pertence. *Caderno de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-66, mar. 2007.

CASTRO, Pierre Paulo da Cunha. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. In: ABREU, Guilherme (org.). *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. p. 240-257.

McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 2007.

NYE JR., Joseph. *Soft power: the means to success in world politics*. Cambridge: Perseus, 2004.



PALMA NETO, João. *CS-4 Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador: Jubiabá, 1984.

SIXTANT. *War in the South Atlantic*. Disponível em <https://www.sixtant.net/2011/artigos.php?cat=battle-for-the-south-atlantic->. Acesso em 31 mai. 2025.

NOTAS

¹ PALMA NETO, João. *CS-4 Caça-submarinos Gurupá: memórias de um marinheiro*. Salvador, BA. Jubiabá. 1984.

² McCANN, Frank. *Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro, 1889-1937*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 2007.

³ Ibid.

⁴ ABREU, Guilherme. A Amazônia Azul: o mar que nos pertence. *Caderno de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-66, mar. 2007.

⁵ Cabe considerar que o que aqui se considera que o “Atlântico Sul” avança para o Hemisfério Norte, até o paralelo de 16º, de modo a incluir o Estreito Natal Dacar. Salienta-se que a faixa que vai do Caribe até o litoral africano, entre as latitudes 5º S (Saliente Nordestino) e 16º N (correspondente a fronteira norte do Senegal) foi a que concentrou o maior número de naufrágios dessa porção do Oceano.

⁶ SIXTANT. *War in the South Atlantic*. Disponível em <https://www.sixtant.net/2011/artigos.php?cat=battle-for-the-south-atlantic->. Acesso em 31 mai. 2025.

Segurança Nuclear: a Resposta Brasileira

Emília Teixeira de Paula Machado ^a

Resumo: O conhecimento sobre medidas e procedimentos de segurança em casos de acidentes nucleares e radiológicos no Brasil tem sido pouco explorado. Este artigo tem como objetivo apresentar o sistema brasileiro de proteção e resposta, destacando a atuação da Marinha do Brasil, com início marcado pelo acidente com o Césio-137 em 1987, em Goiânia. A pesquisa envolveu revisão bibliográfica e entrevistas com Sônia F. Rocha, especialista no tema. A resposta eficaz da CNEN, do HNMD e de outros órgãos ao acidente evidenciou a preparação para emergências nucleares. Constatou-se que o SIPRON, conduzido pela Administração Naval, segue o preceito constitucional de risco integral e responsabilidade da União, estando adequadamente estruturado. Destaca-se que se trata de uma capacitação de uso dual, visto ter sido desenvolvida para atender as necessidades da Marinha, mas tem, como ocorreu na prática, emprego no âmbito civil.

Palavras-chave: segurança nuclear; resposta à emergência radiológica; Césio-137 em Goiânia; CNEN; Programa Nuclear Brasileiro.

1 INTRODUÇÃO

São muitos os argumentos que surgem no debate acerca da participação da energia nuclear na composição da matriz elétrica brasileira. O setor voltado para a produção de energia elétrica analisa variáveis como armazenamento, sazonalidade, confiabilidade, entre outras, na procura de contabilizar os atributos das possíveis fontes de energia para

o Brasil e saber quando e como a energia nuclear pode ser, de fato, considerada uma opção competitiva. Outros setores objetivam interesses além da diversificação da matriz elétrica brasileira e pensam no propósito para a medicina, no desenvolvimento tecnológico e nas oportunidades comerciais para o país.

Com empenho e comprometimento com o uso pacífico da energia nuclear, o Brasil é um

^a Mestre em Segurança Internacional e Defesa.



país que avança no campo da pesquisa nuclear e que, atualmente, possui infraestrutura e capacidade para fornecer combustível tipo Haleu¹ para os reatores de pesquisa atuais (IEA-R1) e futuros (Reator Multipropósito Brasileiro - RMB) de forma regular. A posse desse conhecimento e tecnologia também significa uma oportunidade comercial para atendimento nacional ou até mesmo internacional da demanda por Haleu.

Enfim, é possível encontrar uma diversidade de argumentos na defesa da fonte nuclear no Brasil: (i) o fato de o país dominar o ciclo do combustível; (ii) possuir a sétima maior reserva de urânio do mundo (com apenas um terço do território prospectado); (iii) ser reconhecido pela *World Association of Nuclear Operators* (WANO) pelo excelente desempenho na operação das usinas existentes; além de iv) garantir a atualização contínua diante da evolução tecnológica de um recurso energético importante.

A argumentação contrária ao uso da energia nuclear fundamenta-se, principalmente, na percepção do risco de acidentes nas usinas e na manipulação de material radioativo, além dos riscos relacionados ao descarte dos resíduos radioativos.

Apesar da percepção de insegurança comumente associada à energia nuclear, esta é a quarta maior fonte geradora de eletricidade do mundo². No final de 2017, um total de 448 reatores nucleares estavam em operação em 30 países no mundo. É possível notar que mesmo países com histórico em acidentes em suas usinas continuam com usinas em operação. A Ucrânia, por exemplo, também mantém usinas nucleares em funcionamento, embora tenha sido o país onde ocorreu o acidente de Chernobyl. Após o desastre, o reator afetado foi fechado, mas outras unidades nucleares continuam operando no país.

A sociedade brasileira ficou profundamente marcada quando, em 1987, apenas um ano após a



tragédia na usina de Chernobyl, ocorreu o acidente radiológico em Goiânia, envolvendo a remoção e violação de um cabeçote com o Césio-137. Desde então, percebe-se um grande receio sobre a capacidade de controle e resposta a um possível vazamento de elementos radioativos, e torna-se inevitável o questionamento a respeito do preparo do país para lidar com ocorrências de tal seriedade.

A relação do Brasil com o interesse e a pesquisa em energia nuclear teve início no final da década de 1930, impulsionada pelo almirante Álvaro Alberto, um pesquisador e entusiasta no campo emergente da física nuclear. Álvaro Alberto estava atento ao intenso desenvolvimento científico-tecnológico que ocorria após o término da Segunda Guerra Mundial, às políticas públicas norte-americanas voltadas para o incentivo e criação de centros de pesquisa em Ciência e Tecnologia (C&T), e, especialmente, ao projeto do USS *Nautilus*, o primeiro submarino com propulsão

nuclear do mundo. Foi graças ao papel fundamental desempenhado por Álvaro Alberto que a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) do Brasil foi criada, e ele se tornou o seu primeiro presidente. Sob sua liderança, a CNEN deu início ao programa de pesquisa nuclear do Brasil³.

O almirante tinha uma visão ampla para o programa nuclear do Brasil, englobando tanto suas aplicações civis quanto as militares. Ele acreditava que a energia nuclear poderia ajudar a suprir as necessidades energéticas do Brasil, ao mesmo tempo em que fornecia ao país uma capacidade de defesa independente.

Ciente da importância estratégica da energia nuclear, desde 1979 a Marinha do Brasil está empenhada no desenvolvimento de um submarino com propulsão nuclear. No avanço do programa, o país conquistou o domínio da fabricação de combustível nuclear, incluindo a tecnologia de enriquecimento do urânio, pelo processo da ultracentrifugação, desenvolvida pelo Centro Tecno-



lógico da Marinha de São Paulo (CTMSP), em parceria com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN/CNEN).

Cabe ressaltar que a segurança nuclear é um assunto de extrema importância, e as autoridades e organizações implicadas estão constantemente revisando e atualizando suas estratégias para garantir a proteção da população e do meio ambiente. Essas estratégias envolvem regulamentações, protocolos de segurança, salvaguardas e medidas preventivas para evitar acidentes, proliferação e exposição desnecessária à radiação⁴. As lições aprendidas com cada acidente são aplicadas para melhorar a segurança das usinas nucleares em todo o mundo.

A partir do que dispõem a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e a CNEN, evidenciam-se duas perspectivas sobre emergências nucleares e radioativas. A perspectiva da agência internacional contempla o dano que possa resultar da liberação acidental do material

radioativo em situações transfronteiriças, em que outro Estado seja colocado em risco. A perspectiva da CNEN considera a exposição ou contaminação indevida da população brasileira e do meio ambiente atingidos.

No contexto brasileiro, o conhecimento sobre as medidas e procedimentos de segurança adotados pelo país para o gerenciamento de acidentes radiológicos e nucleares tem recebido pouca atenção nos debates relacionados ao uso da energia nuclear.

Com o propósito de abordar o preparo do país para enfrentar incidentes de natureza tão grave, o presente artigo tem como objetivo apresentar o planejamento e a implementação de medidas para proteção, mitigação e resposta em casos de acidentes radiológicos e nucleares. O foco recai na análise da participação da Marinha do Brasil no Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), dado o seu papel no avanço tecnológico do Ciclo de Combustível Nuclear



e Planta Nuclear Embarcada, que são componentes fundamentais no projeto e construção de submarinos de propulsão nuclear⁵.

Cabe destacar que a capacitação do Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD) para o trato de vítimas de acidentes de radiação é um bom exemplo de iniciativas no campo militar que extravasam para o campo civil - processo usualmente denominado *spin off* - pois se trata de uma capacitação de emprego dual. A Marinha, particularmente a partir dos anos 1970, buscou desenvolver capacidade relacionadas à operação em ambientes sujeitos a contaminação NBQR, o que envolve procedimentos táticos e operacionais, adoção de equipamentos e recursos de construção naval e para tropa adequados, como é o caso das cidadelas pressurizadas dos navios, *prewetting*, instalações de descontaminação, vestimentas especiais, sensores etc⁶; além do interesse no desenvolvimento de um futuro submarino de propulsão nuclear. O segmento saúde, que é uma função logís-

tica, por certo, não poderia ficar de fora em um projeto íntegro. Daí a necessidade de uma grande unidade de referência, como é o caso do HNMD, ter sido preparado para tal tipo de emergência.

O presente estudo adota o acidente do Césio-137 ocorrido em setembro de 1987 como marco temporal inicial da pesquisa. Após essa contextualização, o texto é organizado em três seções que precedem as considerações finais. Na primeira seção, é apresentada uma breve revisão teórica sobre radiações nucleares e o elemento Césio-137, além de explorar as diversas áreas em que a tecnologia nuclear está presente. Em seguida, o estudo se concentra no caso específico de Goiânia, destacando as medidas de detecção, identificação, monitoramento e descontaminação implementadas em resposta ao acidente, bem como o preparo e as ações tomadas pelos órgãos responsáveis, como a CNEN, com ênfase no atendimento prestado pelo Hospital Naval Marcílio Dias.



No que diz respeito às informações relacionadas ao Hospital Naval Marcílio Dias, foi conduzida uma entrevista, utilizando um questionário semiestruturado, com a capitão-de-mar-e-guerra da Reserva da Marinha, Sônia Fonseca Rocha⁷. A oficial desempenhou o cargo de enfermeira-chefe no HNMD e fez parte da equipe responsável pelo atendimento dos pacientes envolvidos no acidente de Goiânia.

Na sequência, serão expostos os resultados da pesquisa acerca do SIPRON e da estrutura de resposta a emergências nucleares, os quais culminarão nas considerações finais.

Não serão abordados os batalhões de defesa nuclear, biológica, química e radiológica (NBQR), que são unidades especializadas criadas para responder a ameaças relacionadas a esses tipos de agentes, com particularidades que fogem do escopo do artigo.

2 O CÉSIO-137 E A IMPORTÂNCIA DA ENERGIA NUCLEAR

O Césio-137 é um isótopo radioativo do elemento químico Césio. Ele é produzido principalmente como um subproduto da fissão nuclear em reatores nucleares e é utilizado em diversas aplicações. Uma das principais aplicações do Césio-137 está na área da medicina, mais especificamente na radioterapia. A radioterapia é o tratamento com fontes de radiação utilizado no combate de certos tipos de câncer, por meio de fontes seladas que emitem radiação ionizante. Fontes radiativas (ou fontes de radiação) de Césio-137 e Cobalto-60 são usadas para destruir células de tumores, uma vez que estas são mais sensíveis à radiação do que os tecidos saudáveis. Atualmente, utiliza-se mais o Cobalto-60 por, entre outras razões técnicas, apresentar maior rendimento terapêutico. Essas fontes são manuseadas e administradas por profissionais especializados,



seguindo rigorosos protocolos de segurança para garantir que a exposição à radiação seja controlada e limitada aos pacientes que estão sendo tratados⁸.

Um isótopo radioativo é uma variante de um elemento químico que possui um número diferente de nêutrons em seu núcleo atômico em comparação com o isótopo estável desse elemento. A instabilidade dos átomos está associada a um excesso de energia acumulada, que tende a ser liberada sob a forma de radiação. Nesse processo denominado decaimento, o átomo livra-se do excesso de energia e torna-se mais estável. Os isótopos estáveis não sofrem decaimento radioativo, enquanto os isótopos radioativos são instáveis e passam por um processo de decaimento espontâneo ao longo do tempo. Os isótopos que decaem espontaneamente são denominados radioisótopos⁹.

2.1 A ENERGIA NUCLEAR E AS RADIAÇÕES

A radiação, conforme definição da CNEN

“[...] é a propagação de energia, na forma de ondas eletromagnéticas ou de partículas. A onda eletromagnética é uma forma de energia, constituída por campos elétricos e campos magnéticos, variáveis e oscilando em planos perpendiculares entre si, capaz de propagar-se no espaço [...]”.

As radiações podem ser originadas a partir de fontes naturais, como a radiação solar, ou produzidas pelo ser humano.

A radiação nuclear refere-se à energia emitida pelo núcleo dos átomos. Os átomos são compostos por diferentes arranjos de prótons, nêutrons e elétrons, e esses arranjos permitem a identificação dos diversos elementos químicos existentes. No entanto, um mesmo elemento pode existir em várias formas, nas quais o número de prótons é igual, mas o



número de nêutrons varia em seus núcleos, embora apresentem um comportamento químico idêntico. Essas variantes são conhecidas como isótopos.

Portanto, um elemento é um isótopo de outro elemento quando seus átomos possuem o mesmo número de prótons, mas diferente número de nêutrons, o que resulta em átomos mais ou menos instáveis. Muitos isótopos apresentam uma importante característica: são capazes de emitir algum tipo de radiação, sendo, por isso, chamados de isótopos radioativos ou radioisótopos¹⁰.

Com a propriedade de emitirem radiações, os radioisótopos têm a capacidade de interagir com a matéria à sua volta, alterando sua estrutura. As células expostas a essas radiações podem ser destruídas ou alteradas. Células cancerígenas ou microrganismos nocivos podem ser anulados pela absorção da energia das radiações. Os isótopos radioativos têm várias aplicações, como na medicina (radiote-

rapia, diagnóstico por imagem), na pesquisa científica (datação de fósseis e rochas, estudos de reações químicas), na produção de energia (usinas nucleares) e em outras áreas.

No entanto, devido à sua natureza radioativa e aos riscos associados à exposição à radiação ionizante, o manuseio e a utilização de isótopos radioativos exigem precauções rigorosas de segurança, e são regulamentados por agências e órgãos de controle nucleares. Por essa razão as equipes de assistência a acidentes adotam os cuidados de radioproteção quando atendem pessoas contaminadas. Além de se protegerem das altas taxas de radiação, evitam se converter em fonte de contaminação para outras pessoas.

Ressalta-se para a diferença entre irradiação e contaminação. A irradiação ocorre quando a fonte de irradiação se encontra em local externo ao corpo do indivíduo e ele é atingido somente pela radiação emitida pela fonte, sem a necessidade de um



contato íntimo com o radionuclídeo. A pessoa irradiada não apresenta riscos para quem a atende, pois, a fonte de irradiação encontra-se fora do corpo do indivíduo. Por sua vez, a contaminação se dá quando o material radioativo é absorvido pelo corpo do indivíduo, por meios naturais ou artificiais. Nesse caso, não apenas o indivíduo passa a correr riscos, mas também as pessoas próximas¹¹.

2.1.1 Aplicações da Energia Nuclear

As aplicações da energia nuclear abrangem uma ampla variedade de campos e o contínuo avanço das técnicas de radiação nuclear tem trazido benefícios significativos para áreas como medicina, agricultura, produção de materiais médicos descartáveis, construção civil, entre outras.

Dentre as aplicações importantes destacam-se aqui aquelas que envolvem radioisótopos produzidos em aceleradores ou reatores dedicados. Esses radioi-

sótopos têm sido utilizados em diversas áreas, como diagnóstico médico, terapia, agricultura e preservação do meio ambiente. Além disso, na indústria, a geração de energia elétrica por meio de reatores nucleares de potência é uma das aplicações relevantes¹².

No setor de alimentos, autoridades de vigilância sanitária e segurança alimentar de vários países, incluindo o Brasil, têm aprovado a irradiação de diferentes tipos de alimentos, como especiarias, carne de frango, frutas e legumes. Essa técnica apresenta duas grandes vantagens: não altera a qualidade dos alimentos e não deixa resíduos tóxicos.

Além disso, equipamentos medidores de densidade de polpa comumente utilizados em empresas mineradoras para medir o fluxo de produção de minérios como Tântalo, Espodumênio, Feldspato e Estanho em lingotes, contêm uma fonte selada de Césio-137 revestida de aço inoxidável e blindada internamente com



chumbo e outra camada de aço inoxidável¹³.

Essas aplicações exemplificam a diversidade de usos da energia nuclear, mostrando como ela contribui para melhorar a qualidade de vida, impulsionar o avanço científico e promover o desenvolvimento sustentável em diversos setores.

2.1.2 Conceito de acidente radiológico e nuclear

O Glossário da IAEA apresenta definições distintas para termos básicos, dependendo se estão sendo utilizados em um contexto científico ou regulatório. O adjetivo "radioativo" é um exemplo importante nesse contexto de proteção e segurança. Do ponto de vista científico, algo é descrito como radioativo se exibir o fenômeno da radioatividade ou, de forma mais geral, se contiver qualquer substância que exiba radioatividade. Portanto, do ponto de vista estritamente científico, qualquer material, incluindo resíduos, pode ser considerado radioativo.

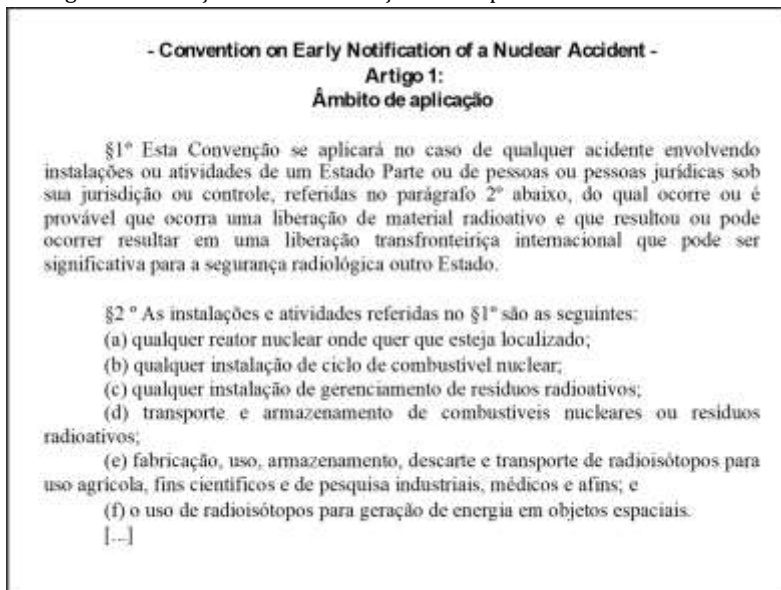
No entanto, é comum estabelecer definições regulatórias que separam materiais e resíduos radioativos daqueles que representam um risco radiológico e estão sujeitos a regulamentação. Embora as especificações exatas possam variar entre os países, geralmente isso exclui materiais e resíduos com baixas concentrações de radionuclídeos e aqueles que contêm apenas concentrações "apropriadas" de radionuclídeos naturais.

No que diz respeito à definição de acidente nuclear, o Glossário ressalta que seu significado está relacionado ao escopo de aplicação da Convenção sobre Notificação Antecipada de Acidente Nuclear (INFCIRC/335), como ilustrado na figura 1.

A história da INFCIRC/335 está intimamente ligada à criação do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), um acordo internacional que tem como objetivo prevenir a proliferação de armas nucleares e promover a cooperação no uso pacífico da energia nuclear. A IAEA é



Fig. 1 – Convenção sobre Notificação Antecipada de Acidente Nuclear



Fonte: Tradução livre, disponível em

<https://www.iaea.org/sites/default/files/infirc335.pdf>. Acesso em 28 mai. 2023.

a agência responsável pela implementação das salvaguardas nucleares, garantindo que os materiais nucleares sejam utilizados exclusivamente para fins pacíficos.

Nesse contexto, a IN-FCIRC/335 foi elaborada para fornecer orientações aos Estados-Membros e fortalecer a cooperação internacional no desenvolvimento e uso seguro da

energia nuclear, além de reconhecer a importância de fornecer informações relevantes sobre acidentes nucleares o mais cedo possível, a fim de minimizar as consequências radiológicas transfronteiriças.

Portanto, o Glossário da IAEA define um acidente nuclear como qualquer acidente envolvendo instalações ou atividades que possa resultar em uma libe-



ração de material radioativo, com potencial para uma liberação transfronteiriça internacional significativa que tenha importância radiológica para a segurança de outro Estado. No entanto, deve-se observar que essa terminologia se baseia na Convenção, que tem um escopo de aplicação limitado, e não é razoável considerar um acidente nuclear apenas como um acidente que resulta ou pode resultar em uma liberação transfronteiriça significativa internacional.

No caso do Brasil, o Glossário da CNEN define diversos acidentes pertinentes ao seu escopo de atuação, dentre eles:

Acidente (es-AR: Accidente; en-US: Accident):

1) desvio inesperado e substancial das condições normais de operação de uma instalação que possa resultar em danos à propriedade e ao meio ambiente ou em exposição de trabalhadores e de indivíduos do público acima dos limites primários de dose equivalente estabelecidos pelo órgão regulador;

2) qualquer evento não intencional, incluindo erros de operação e falhas de equipamento, cujas consequências reais ou potenciais são relevantes sob o ponto de vista de proteção radiológica ou segurança nuclear.

[...]

Acidente nuclear (es-AR: accidente nuclear; en-US: nuclear accident): fato ou sucessão de fatos da mesma origem, que cause dano nuclear.

[...]

Acidente radiológico (es-AR: accidente radiologico; en-US: radiological accident): qualquer acidente envolvendo instalações ou atividades na qual ocorra liberação de material radioativo (ou exista a probabilidade de ocorrer), a qual pode resultar em exposição ou contaminação indevida de pessoas e do meio ambiente.

14

O acidente de Goiânia é um exemplo de acidente radiológico grave fora da indústria nuclear, e não foi único em sua escala, de fato, há fortes semelhanças com o acidente de Ciudad Juarez, no México em 1983. Em sua Revisão de Segurança Nuclear de 1987, a



AIEA examinou brevemente os acidentes radiológicos fatais e constatou que, até aquele momento, a maioria dos acidentes radiológicos fatais tinham ocorrido fora da indústria nuclear.

3 O ACIDENTE DO CÉSIO-137 EM GOIÂNIA

De acordo com a publicação da IAEA, apesar de acidentes radiológicos serem ocorrências infrequentes, uma série de acidentes semelhantes ao de Goiânia ocorreram no mundo: Cidade do México (1962), Argélia (1978), Marrocos (1983) e Ciudad Juarez, no México (1983). Não obstante, cabe considerar que dado o número de fontes radioativas em uso em todo o mundo em aplicações médicas, agrícolas e industriais, a baixa ocorrência desses acidentes atesta a eficácia das normas e medidas de segurança em vigor.

Contudo, o fato de serem incomuns não justifica qualquer complacência. Nenhum acidente

radiológico é aceitável, e um que ameace uma contaminação generalizada é realmente alarmante. O acidente em Goiânia foi um dos acidentes radiológicos mais graves ocorridos até hoje. Ele resultou na morte de quatro pessoas e ferimentos por radiação em muitas outras, também levou à contaminação radioativa de diversas partes da cidade, conforme a fonte da IAEA, de 1988.

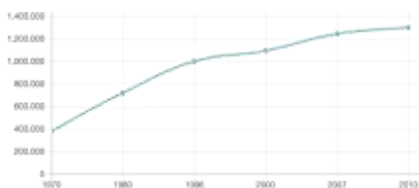
Os eventos que ocorreram podem ser mais bem entendidos à luz do contexto em que tudo aconteceu. No final da década de 1980, o Brasil estava passando por um período de intensas mudanças sociais, políticas e econômicas. O Planalto Central e, em particular, o estado de Goiás despontava como importante polo do setor agropecuário brasileiro, e Goiânia como uma capital de quase um milhão de habitantes.

Ao se comparar a população e os dados de ocupação domiciliar da cidade de Goiânia nas décadas de 1970 e 1980, percebe-se que a população praticamente



dobrou e que o número de domicílios triplicou, no mesmo espaço temporal (gráficos 1 e 2). Com o passar dos anos, particularmente no período compreendido entre 1980 e 2000, o estado de Goiás ampliou a sua estrutura produtiva, sobretudo em relação a maior participação do setor industrial na economia. Essa ampliação tem como consequência natural o surgimento de diversificados complexos agroindustriais, o que ajuda a explicar o aumento da concentração urbana em Goiânia¹⁵.

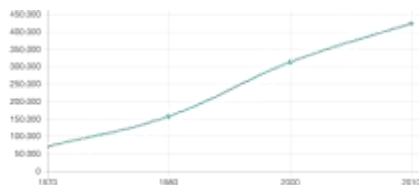
Gráfico 1 - Série histórica – População de Goiânia



Fonte:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/pesquisa/43/30281?ano=2010&indicador=30282&tipo=grafico>

Gráfico 2 - Série histórica – Domicílios de Goiânia



Fonte:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/goiania/pesquisa/43/30281?ano=2010&indicador=30282&tipo=grafico>

Os dados de crescimento populacional e concentração urbana apresentados fornecem um contexto relevante para a compreensão do relato do acidente com o Césio-137, em 1987:

Localizado na região central da cidade de Goiânia, em um terreno próximo ao Hospital Santa Casa de Misericórdia, funcionou o Instituto Goiano de Radiologia (IGR), que se transferiu para outro endereço, em 1985. Na mudança, um equipamento, um cabeçote usado em radioterapia contendo uma cápsula com 1375 Ci de Césio-137, permanece no prédio antigo, sem nenhum tipo



atenção ou controle por parte do operador. Nada é comunicado às autoridades, no caso, a CNEN¹⁶.

Em 1987, esse mesmo prédio do antigo IGR passou por uma demolição inicial que, no entanto, não destruiu todos os cômodos. Em meio às ruínas da construção parcialmente demolida, sem portas e janelas, se encontrava o aparelho de radioterapia abandonado.

Em 13 de setembro de 1987, dois rapazes, do bairro popular adjacente ao Instituto, são atraídos pelas ruínas e lá encontram os despojos do equipamento. Consideram naquele artefato de ferro e chumbo a possibilidade de conseguir algum rendimento monetário. Então, eles decidem carregar para casa o cabeçote do aparelho de radioterapia com a intenção de desmontá-lo para vendê-lo a um ferro velho.

Em casa, os dois rapazes iniciam o processo de desmonte do aparelho rompendo o invólucro de chumbo e perfurando a placa de lítio que faz o isolamento das partículas radioativas do contato

com o ambiente. Assim, liberam um pó azul reluzente que estava encapsulado dentro do cilindro e guardado pela peça de chumbo. A fonte radioativa estava na forma de sal de Cloreto de Césio, que é altamente solúvel e facilmente dispersível.

O brilho do pó azul maravilhou a todos na vizinhança. E parcelas do pó foram levadas para os lares, entregues a crianças para brincar e até guardadas como enfeite. Dois dias depois, a carcaça do cabeçote foi levada de ônibus para um ferro-velho, na região central da cidade de Goiânia. Assim, por transmissão imediata ou mediata, com maior ou menor intensidade, foi aumentando o encadeamento do contato com o elemento radioativo.

Quinze dias se passaram e várias pessoas já apresentavam sintomas gastrointestinais decorrentes da exposição à radiação da fonte. Porém, os sintomas não foram inicialmente reconhecidos como sendo devido à irradiação, até que a mulher do dono do ferro-velho percebeu que as



peças adoentadas coincidiam com aquelas que tinham estado em contato com o misterioso pó azul, e levou os remanescentes do cabeçote para a Secretaria de Saúde pública da cidade. Esta ação iniciou uma cadeia de eventos que levaram à descoberta do acidente e, no dia 29 de setembro, na Vigilância Sanitária, se confirmou a presença de material radioativo. Iniciou-se uma primeira reconstituição do acidente para levantamento dos locais contaminados. Além disso, foi deixado de sobreaviso o Hospital Naval Marcílio Dias (HNMD), no Rio de Janeiro, único no país com uma enfermaria especializada em contaminados por material radioativo, pois era possível que algumas pessoas necessitassem de tratamento especializado.

Pouco depois de ter sido reconhecida a ocorrência de um grave acidente radiológico, especialistas — entre eles físicos e médicos — foram enviados do Rio de Janeiro e de São Paulo para Goiânia. Enquanto isso, em

Goiânia, um estádio havia sido designado como uma área de detenção temporária onde pessoas contaminadas e mesmo feridas poderiam ser identificadas. Foi realizada triagem médica, da qual foram identificadas 20 pessoas com necessidade de tratamento hospitalar. Quatorze dessas pessoas foram posteriormente internadas no HNMD. Os seis pacientes restantes foram atendidos no Hospital Geral de Goiânia (HGG)¹⁷.

3.1 PROCEDIMENTOS EM GOIÂNIA

Ter em mente o contexto ajuda a compreender os eventos que ocorreram em Goiânia. No setor da saúde, a população brasileira possuía acesso limitado a informações sobre os riscos relacionados à radiação, além de apresentar uma falta de conhecimento sobre a manipulação de materiais radioativos. Ademais, as regulamentações e medidas de segurança no manuseio de materiais nucleares eram insuficien-



tes nesse período. O incidente desencadeou uma revisão das políticas de segurança e regulamentação nuclear no país.

3.1.1 Focos de contaminação e processo de descontaminação

Dados meteorológicos indicavam que, no período provável da abertura da fonte, em 13 de setembro, até o dia em que foi reconhecida a existência do acidente, em 29 de setembro, houve forte precipitação de chuvas com ventos fortes, o que facilitou a disseminação da contaminação. A grande distância, mais de mil quilômetros dos principais centros capacitados em proteção radiológica, prejudicou a pronta caracterização do quadro de emergência¹⁸.

O Cloreto de Césio (CsCl) é altamente solúvel e sua dispersão da cápsula da fonte quebrada para o meio ambiente foi aumentada pela chuva. Inicialmente, pensou-se que, por causa da alta precipitação, a contaminação teria sido arrastada para o solo argiloso e retida ou drenada. Este

não foi o caso, no entanto. As altas temperaturas secaram o solo e os ventos fortes causaram a sua dispersão. De fato, a escala do efeito foi uma surpresa. Para algumas casas, a contaminação depositada nos telhados foi a que mais contribuiu para as taxas de dosagem dentro de casa, e as telhas tiveram que ser removidas. Para além destes processos naturais, verificou-se também o transporte de materiais radioativos por pessoas que transitavam pelos locais contaminados, bem como ocorrências de deposição de resíduos domésticos contaminados em jardins não utilizados.

O processo de emergência se instaurou em três fases principais:

- Fase primeira: reconstituir o acidente de maneira mais fiel possível, com o propósito de levantamento de todos os focos de contaminação a fim de controlar e isolar os focos mais intensos de radiação;
- Fase segunda: recuperação dos locais afetados e escolha de local para os resíduos conta-



minados. Dois tipos de rastreamento foram realizados, um aéreo, com um detector acoplado em um helicóptero, e outro rastreamento radiométrico, com o uso de um veículo com o detector instalado em sua traseira. Ao todo foram monitorados 67 km² de área e assinalados 42 focos de contaminação, dentre os quais, alguns eram os focos principais, como a casa onde a cápsula contendo a fonte foi aberta, o lugar de maior contaminação, o ferrovelho, e assim por diante. Foi definido um plano de gerenciamento de rejeitos radioativos, que também incluiu fatores de ordem política, e a partir dessa definição, iniciou-se o trabalho de descontaminação.

- Fase de descontaminação: foram identificadas e descontaminadas 46 casas e 45 lugares públicos. Árvores foram cortadas, muitas áreas tiveram o solo removido e recoberto com cerca de 30 a 50 cm de solo limpo. Nos locais de maior grau de contaminação, como no ferrovelho, o solo recebeu uma cama-

da de areia, uma de brita, outra de argila e, ainda, uma camada de concreto.

Os rejeitos radioativos foram inicialmente classificados de acordo com norma CNEN-NE-6.05 e, em 25 de outubro de 1987, começa o transporte dos rejeitos radioativos, de acordo com a norma CNEN-NE 5.01. A tarefa termina em 19 de dezembro.

Para acondicionamento dos rejeitos radioativos foram utilizados 4.137 tambores metálicos de 200 litros, 1.342 caixas metálicas de 1,2 m³, 10 contêineres marítimos de 32 m³ e 8 VBAs, embalagens de concreto, que são as usadas na Central Nuclear Álvaro Alberto - Angra I, todos dispostos em seis plataformas de concreto de 60 m x 18 m x 0,20 m de altura, especialmente construídas, com sistema de recolhimento de água para controle da contaminação eventualmente provenientes dos embalados armazenados. Cada unidade recebeu um número de identifica-



ção e um formulário para descrição, visando ao inventário e sua colocação nas plataformas especialmente construídas para sua deposição. A classificação foi feita de acordo com a sua atividade específica de decaimento (tempo de decaimento).

3.1.2 Identificação e atendimento da população atingida

A Tarefa de Identificação se constituiu de triagem, através de medidas preliminares de monitoração, avaliação clínico-laboratorial e descontaminação externa.

A partir da triagem foi definido três níveis de atendimento médico-hospitalar:

- Nível 1 - atendimento primário na FEBEM, onde permaneceram apenas os pacientes que apresentavam baixos níveis de contaminação interna e externa;

- Nível 2 - atendimento secundário no HGG, onde permaneceram os pacientes com contaminação interna e externa de moderada a severa, com com-

prometimento hematológico de leve a moderado (1 a 3 Gy), e radiodermites de moderadas a severas;

- Nível 3 - atendimento terciário no HNMD para onde foram transferidos os pacientes com contaminação externa e interna de moderada a muito severa, com comprometimento do sistema hematopoiético de moderado a muito severo, bem como aqueles que apresentavam radiodermites de severas a muito severas.

Para a definição das rotinas de identificação e nivelamento foram empregadas a Resolução CNEN-06/73, bem como as recomendações dos relatórios NCRP-37 (*Precautions in the management of patients who have received therapeutic amounts of radionuclides*) e NCP.P-48 (*Radiation Protection for medical and allied health personnel*)¹⁹.



3.2 ATENDIMENTO NO HOSPITAL NAVAL MARCÍLIO DIAS (HNMD)

O serviço de Medicina Nuclear foi incorporado ao atendimento do HNMD em 1972, quando as primeiras equipes médicas e paramédicas foram preparadas com cursos de adestramento básico na área de radioproteção, ministrados pela Eletrobrás Furnas (Furnas). Em razão de sua capacitação, desde 1978 a Marinha mantém convênio com Furnas para o atendimento a acidentados graves, principalmente os portadores da Síndrome Aguda da Radiação, que requerem cuidados diferenciados, como no caso das vítimas do acidente em Goiânia.

Os critérios utilizados para a transferência para o HNMD basearam-se no nível de envolvimento de cada vítima com a fonte de Césio-137, da gravidade das radiodermites, e da intensidade da contaminação interna e externa. Por essa razão, foi de essencial importância o trabalho de tria-

gem e identificação desenvolvido por médicos especialistas e pessoal de radioproteção que a CNEN deslocou para Goiânia, para obter a história clínica e estabelecer o grau de envolvimento que cada um tivera com o elemento radioativo²⁰.

Assim que a CNEN entrou em contato e pediu autorização ao HNMD para que o Serviço de Medicina Nuclear prestasse apoio médico e internação para as possíveis vítimas, iniciou-se a seleção dos profissionais que fariam parte da equipe multiprofissional. Foram recrutados mais de 100 profissionais especializados, todos militares. Somente na área da enfermagem, atuaram dez oficiais enfermeiras e 60 praças, todos com curso de radioproteção e preparo específico para o atendimento aos pacientes²¹.

Apenas um dia após o contato da CNEN com o HNMD, chegaram ao Rio de Janeiro os primeiros seis pacientes. A transferência de Goiânia foi feita em distintas etapas:



- dia 01/10/87 - seis primeiros pacientes;
- dia 03/10/87 - quatro pacientes;
- dia 21/10/87 - dois pacientes;
- dia 31/10/87 - dois pacientes.

Durante os três meses de internação, a equipe dedicada à assistência aos pacientes de Goiânia demonstrou profissionalismo, agilidade e dedicação incansáveis. Esse trabalho foi realizado com o apoio incondicional dos médicos, físicos e técnicos em radioproteção disponibilizados pelo CNEN ao hospital.

Toda a rotina hospitalar foi afetada nos primeiros dias da internação dos pacientes. Por exemplo, foi necessário suspender cirurgias, uma vez que todo o material esterilizado para utilização no Centro Cirúrgico foi contaminado. Além disso, itens como toalhas e roupas de cama, assim como qualquer objeto que entrasse em contato com as vítimas, precisaram ser removidos. Atendimentos clínicos e exames de outros pacientes que utiliza-

vam o Centro de Medicina Nuclear ou estavam em proximidade com a área também tiveram que ser suspensos. Diante dessa situação, um pequeno laboratório de análises clínicas foi montado próximo à enfermaria dos pacientes irradiados²².

A equipe do hospital enfrentou desafios significativos, incluindo o cuidado de uma criança extremamente debilitada e altamente contaminada, a ponto de se tornar uma "fonte de radiação"²³. No entanto, a necessidade de garantir a segurança radiológica da equipe impossibilitou a proximidade e o tempo desejado para proporcionar conforto à criança²⁴. Essas situações exemplificam os desafios enfrentados pela equipe hospitalar durante o período, destacando a dedicação e o compromisso em lidar com as complexidades da emergência radiológica.



3.2.1 Entrevista com Sonia Fonseca Rocha, enfermeira-chefe do HNMD na ocasião do acidente

Sônia Fonseca Rocha CMG (RM1-S) estava como enfermeira-chefe do HNMD e desempenhou um papel crucial no atendimento e cuidado dos acidentados. Ela foi uma das primeiras profissionais de saúde a entrar em contato com os pacientes contaminados. Sua atuação foi essencial para garantir que os acidentados recebessem os cuidados médicos adequados e que as medidas de segurança fossem adotadas para evitar uma maior propagação da radiação.

Ela se destacou por sua coragem, compaixão e dedicação em lidar com uma situação extremamente desafiadora. Como enfermeira chefe, Sônia organizou a equipe de enfermagem, coordenou os esforços de atendimento e supervisionou os procedimentos de descontaminação dos pacientes e do ambiente hospitalar. Ela demonstrou uma grande capacidade de liderança e empatia ao lidar com uma situa-

ção de alto risco e com consequências de saúde graves, como relatou quando questionada para este artigo:

1) Além do que você descreveu no seu artigo para a Revista *Navigator*, em 2008, o que mais poderia relatar da chegada dos acidentados de Goiânia?

Sônia Rocha (SR): “Entre a recepção dos acidentados, aqui no Rio de Janeiro, e as idas à Goiânia, eu fiquei quase um ano inteiro envolvida com o atendimento ao acidente. Fica difícil captar apenas um aspecto. Eu poderia falar muito mais sobre os pacientes, pelo tempo que fiquei envolvida com eles. Mas aí, são outras histórias.

Na questão da chegada dos acidentados, recordando que a história ainda estava se revelando e não tínhamos o exato conhecimento do grau de contaminação daquelas pessoas, então, o que era a minha equipe? Na fotografia da capa da revista, você pode me ver recebendo o primeiro acidentado a descer do avião



(que acabou por falecer) e ladeada por outros três rapazes. Eles parecem, mas nenhum deles era médico ou enfermeiro, um era físico da radioproteção, e os outros dois, técnicos da radioproteção. Essa era toda a minha equipe naquele momento. Depois, foram eles que nos monitoraram o tempo todo. Foram verdadeiros Anjos da Guarda.”

2) Agora, após tantos anos, como você considera o preparo do HNMD para caso de acidentes nucleares e radioativos?

SR: “Como digo em meu artigo, e com segurança repito agora, o Hospital Naval Marcílio Dias continua sendo o hospital de referência para atendimento a radioacidentados. Agora há todo um complexo de enfermaria de pacientes irradiados. Tem centro cirúrgico, laboratório, e os quartos são versáteis, podem se transformar em unidades de terapia intensiva.”

3) O que você considera mais pertinente sobre o preparo

para situações de emergência como as que você viveu, em 1987?

SR: “Tudo veio se aprimorando muito. O apoio da CNEN foi e continua a ser fundamental. Se não fosse pelo curso que eu fiz, não sei como seria. A comissão (CNEN) continua com cursos e muito mais. Atualmente são conduzidos exercícios que são da maior importância para o treinamento e capacitação das equipes envolvidas no atendimento a vítimas de acidentes radioativos.

É triste falar, mas os acidentes ensinam de uma forma inigualável. Eles nos capacitam para muito além do que a teoria, por si só, é capaz. A experiência prática, experiência que tristemente devemos àqueles que, involuntariamente e vítimas de um conjunto de fatores, se contaminaram, nos permite um aprendizado mais apurado e dirigido para um melhor preparo.”

4) Além dos meios de atendimento de vítimas, o que mais



you would point out as advances derived from the 1987 accident?

SR: "Os exemplos são muitos, mas um que eu conto no meu artigo, foi sobre o desenvolvimento do Radiogardase (Azul da Prússia). Esse produto, que havia sido utilizado com êxito no tratamento das vítimas de Chernobyl, foi importado em caráter de emergência. Ao mesmo tempo, os farmacêuticos do Hospital Central da Marinha, que dispunha de um excelente laboratório, desenvolveram, testaram e começaram a fabricação de Azul da Prússia, tanto para aplicação superficial no corpo das vítimas como na superfície de materiais contaminados pelo Césio. O produto era testado no laboratório do Instituto de Radioproteção e Dosimetria (IRD). Como eu digo, envolve todo um trabalho e uma dedicação em conjunto, e dessa forma desenvolveu-se a tecnologia de produção do Azul da Prússia pela Marinha do Brasil e pela CNEN, através do IRD."

5) Por toda a sua vivência, inclusive atualmente no campo das palestras que você ministra e te leva ter contato constante com os profissionais relacionados com o atendimento radiológico e nuclear, como é que você percebe a nossa atual estrutura de respostas a emergências nucleares, e em especial, o preparo da Marinha do Brasil?

SR: "Na Marinha, depois do acidente do Césio, tem treinamentos e simulações de acidente várias vezes no ano, também com o pessoal de Angra dos Reis. Sempre me fazem esse tipo de pergunta nas palestras, querem saber dos outros hospitais, então, eu explico que não adianta, que tem que ser um hospital militar porque a gente tem uma capacidade de mobilização muito grande e enfermaria toda blindada etc."

Diante de uma emergência, somente uma organização militar, com sua estrutura hierarquizada, tem condições de assumir. Soma-se a isto a capacidade de mobilização rápida, em termos



nacionais e não somente regionais, de equipes médicas e de enfermagem, todas com o mesmo treinamento básico. Distribuídas por várias unidades militares, estas equipes podem ser reunidas sempre que necessário.

Mas, infelizmente, ainda, quando eu leio notícias, como esse recente sumiço de uma fonte do medidor de densidade²⁵. Eu compreendo que não queiram causar pânico e, então, dizem que tem atividade menor. Mas não está certo - Césio-137 é Césio-137 - não existe isso de menor atividade. Basta alguém quebrar a proteção e teremos exatamente outro acidente muito parecido com o de 1987!

Como o acidente de Goiânia já tem 36 anos, muita gente mais jovem nem sabe o que aconteceu. Por isso é que eu vivo dando palestras por aí, para essa garotada saber.”

O trabalho incansável de Sônia e seu comprometimento com o cuidado dos pacientes afetados foram fundamentais para mini-

mizar os danos causados pelo acidente e oferecer apoio às vítimas. Ela também desempenha um papel importante na divulgação de informações e na conscientização pública sobre os riscos associados à radiação. Sua participação em entrevistas e relatos contribui para promover uma maior compreensão do acidente e das medidas de segurança e socorro.

4 REAÇÃO GOVERNAMENTAL

Um ano após o acidente em Goiânia, a nova Constituição Federal do Brasil foi promulgada. Durante a elaboração da Constituição brasileira de 1988, os meios de comunicação, especialmente a televisão, o rádio e os jornais, desempenharam um papel importante ao amplamente divulgar as discussões sobre eventos diversos, o que influenciou a redação do texto constitucional²⁶. Nesse sentido, percebe-se como os acidentes radioativos de Chernobyl, em 1986, e de Goi-



ânia, em 1987, reforçaram na opinião pública a percepção de desastre e destruição associados à energia nuclear.

Em consonância com a análise do autor, pode-se afirmar que, naquele momento, a opinião da população brasileira estava marcada pelos riscos e efeitos adversos relacionados à energia nuclear. Esse contexto levou à inclusão, no texto da Constituição de 1988, da responsabilidade da União por danos nucleares (CF, Cap. II, art. 21, inciso XXIII). Essa disposição refletiu a preocupação e a necessidade de proteção diante dos perigos e impactos da energia nuclear na sociedade.

A partir de 1993, após realização de estudos e de acordo com as práticas internacionais, a CNEN propôs a construção de dois repositórios para o destino dos rejeitos gerados durante o acidente em Goiânia. Para isso foram feitos o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIA) submetidos ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Re-

ursos Renováveis - IBAMA. Mais tarde, em 2001, foi aprovada a Lei 10.308, que dispõe sobre a seleção de locais, a construção, o licenciamento, a operação etc.

Em 1996 foi criado e implementado, o Sistema Nacional de Averiguação de Eventos Radiológicos – SINAER – que tem como objetivo oferecer presteza na averiguação de denúncias envolvendo possíveis fontes de radiação ionizante. Para tanto, visa aumentar a estrutura de apoio externa, que são especialistas convidados, e outra interna à CNEN, de modo a oferecer presteza na averiguação de denúncias envolvendo possíveis fontes de radiação ionizante.

Em 2018, com a finalidade de orientar o planejamento, as ações e as atividades nucleares e radioativas no País, em observância à soberania nacional, com vistas ao desenvolvimento, à proteção da saúde humana e do meio ambiente, foi implantada a primeira Política Nuclear Brasileira, por meio do Decreto 9.600.



Os marcos legais acima apresentados ilustram a atuação constante dos governos em busca de garantir o mais seguro desenvolvimento da pesquisa e das técnicas em energia nuclear. Desde o mais tenro interesse pela ciência nuclear, o país teve como orientação o uso seguro e pacífico da energia nuclear, de modo a aprimorar e disponibilizar tecnologias nuclear e correlatas, visando ao bem-estar da população. Em 1956, quando foi criada a CNEN, mais tarde estruturada pela Lei 4.118, de 1962, o intuito foi dispor de um órgão superior de planejamento, orientação, supervisão e fiscalização de normas e regulamentos em radioproteção.

Até o momento, a CNEN, como autarquia federal vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), é a entidade responsável por regular, licenciar e fiscalizar a produção e o uso da energia nuclear no Brasil, também investe em pesquisa e desenvolvimento do setor nuclear.

4.1 O SISTEMA DE PROTEÇÃO AO PROGRAMA NUCLEAR BRASILEIRO E A ESTRUTURA DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS NUCLEARES

Desde o final da década de 1930, o almirante Álvaro Alberto trabalhava com o estudo e a pesquisa no campo da energia nuclear. No magistério, quando responsável pelo Departamento de Física e Química na Escola Naval, introduziu o estudo da Física Nuclear. Ele ficou atento ao desenvolvimento científico-tecnológico que despontou fortemente após o término da Segunda Guerra Mundial, particularmente nos Estados Unidos. A experiência da trajetória norte-americana, com as políticas públicas para incentivo e criação de centros de pesquisa em Ciência e tecnologia (C&T) e, em especial, com o projeto do USS *Nautilus*, o primeiro submarino com propulsão nuclear, foi um ponto chave para que o Almirante Álvaro Alberto concretizasse a criação do



Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), em 1951²⁷.

O Programa Nuclear da Marinha (PNM) vem sendo executado desde 1979, com o propósito de dominar o ciclo do combustível nuclear e desenvolver e construir uma planta nuclear de geração de energia elétrica. O PNM é considerado de grande relevância estratégica para o Poder Naval brasileiro, pois visa a independência do desenvolvimento tecnológico do Ciclo de Combustível Nuclear e Planta Nuclear Embarcada, fundamentais para o projeto e construção do submarino convencional com propulsão nuclear (SNCA), meio que conferirá nova dimensão à Defesa Nacional.

Além disso, o conhecimento que permite executar de forma autóctone as fases principais do ciclo do combustível nuclear bem como o protótipo para o reator do SNCA, e ainda a capacidade de projetar e fabricar no país uma variedade de materiais, componentes e equipamentos, concreti-

zam um efeito multiplicador do esforço tecnológico da Marinha.

Ressalta-se que o Estado brasileiro é comprometido com o Regime Internacional de Não-Proliferação de Armas Nucleares (RNPAN) como signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e do Tratado Quadripartite (INFCIRC/435), entre outros com adesão ao TNP. Por conseguinte, o setor nuclear da Marinha do Brasil está sujeito às regulamentações nacionais e internacionais, incluindo acordos de não proliferação nuclear e salvaguardas nucleares estabelecidos pela AIEA.

A Marinha do Brasil, por meio da Direção Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM) possui diversas responsabilidades relacionadas ao setor nuclear, tais como:

(a) projeto, construção, comissionamento, operação e manutenção dos reatores de água pressurizada (PWR) cujo combustível é Urânio (UO_2), que ope-



ram nas usinas de Angra 1, Angra 2 e, futuramente, Angra 3 e no SNCA;

(b) desenvolvimento e operação do Ciclo do Combustível Nuclear; e

(c) o programa de desenvolvimento de submarinos da Marinha (PROSUB), um empreendimento em três partes que compreende a construção de quatro submarinos convencionais e um submarino de propulsão nuclear, além da infraestrutura de apoio.

A DGDNTM além de atuar como a autoridade nuclear naval nacional, exercendo o comando executivo sobre as políticas e atividades nucleares da Marinha, também está envolvida com regulamentos, inspeções de segurança nuclear e controles de qualidade para o PROSUB, e o PNM. Para isso, desde 2018, ela conta com Agência Naval de Segurança e Qualidade Nuclear (AgNSNQ), que atua como órgão técnico-executivo de assessoria à autoridade nuclear naval em assuntos relativos à regulação e monito-

ramento de segurança de embarcações de propulsão nuclear (incluindo planos de emergência), bem como sua qualidade e dos padrões de medição.

Junto com a Marinha existe uma série de medidas e estratégias que visam ao preparo e resposta a acidentes nucleares. Essas medidas envolvem ações tanto dos governos quanto de organizações específicas, como a CNEN, a Defesa Civil, Corpo de Bombeiros etc. Por exemplo, em uma situação de emergência na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), além do Plano de Emergência Local (PEL), conta-se com os planos de outras organizações envolvidas, como:

- PSE – Plano para Situações de Emergência - CNEN
- PEE/RJ – Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro – Defesa Civil Estadual
- PEM – Plano de Emergência Municipal – Prefeitura Municipal de Angra dos Reis
- PEC – Planos de Emergência Complementares – Forças



Armadas, Concessionárias (água, energia, transporte público), INEA, IBAMA, entre outros.

Para assegurar o planejamento integrado dessas organizações, coordenar a ação conjunta e a execução continuada de providências que venham atender às necessidades de segurança do Programa Nuclear Brasileiro e de seu pessoal, bem como da população e do meio ambiente com ele relacionados, em 1980 instituiu-se o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON)²⁸.

De acordo com a informação do Gabinete de Segurança Institucional do Governo, a atuação do SIPRON se faz por meio de seus Centros de Emergência, a seguir relacionados:

- Centro Nacional de Gerenciamento de Emergência Nuclear (CNAGEN) - integra a estrutura operacional responsável pelo gerenciamento das ações de resposta a uma emergência nuclear, no território brasileiro, e tem como Órgão Central o Gabi-

nete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR);

- O Centro Estadual para Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CESTGEN) - possui a missão de implementar o Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro (PEE/RJ), prestar assessoria entre departamentos de defesa civil, secretarias do Estado educação, de segurança, de assistência social, corpo de bombeiros, ABIN etc. são mais de 20 representantes do CESTGEN no estado do Rio de Janeiro;

- Centro de Coordenação e Controle de Emergência Nuclear (CCCEN) - tem como missão coordenar a execução das ações que lhe são atribuídas no Plano de Emergência Externo (PEE), como a solicitação de apoio aos órgãos municipais, estaduais e federais, para as ações necessárias, na resposta a uma situação de emergência nuclear. Deve, também, manter o CIEN informado sobre a evolução da emergência nuclear;



- Centro de Informações de Emergência Nuclear (CIEN) - tem a missão de planejar, coordenar e promover, mediante a orientação do CCCEN, a difusão de informações ao público e à imprensa sobre a situação de emergência nuclear;

- Centro de Suporte Técnico (CST) - deve centralizar todas as informações necessárias para permitir uma avaliação contínua de emergência e a tomada de decisões;

- Centro de Suporte Operacional (CSO) - centraliza as decisões e determinações do Centro de Suporte Técnico;

- Centro de Emergência de Infraestrutura (CEI) - tem a missão de centralizar todas as informações e tomar as decisões, no que se refere ao apoio e aos serviços gerais necessários à remoção da população da Área de Propriedade da ELETRONUCLEAR (APE).

- Centro de Emergência do Escritório Central (CEEC), deve centralizar todas as informações

necessárias à comunicação com os órgãos externos, e executar a busca de recursos adicionais, nacionais ou estrangeiros, necessários à resposta à emergência;

- Centro de Emergência de Mambucaba (CEMB) - tem a missão de substituir o CEI quando da evacuação da APE, coordenar as atividades de remoção do pessoal e prestar apoio e assistência ao pessoal removido da APE.

- Centro de Medicina das Radiações Ionizantes (CMRI) - deve prestar atendimento aos acidentados com radiação e coordenar a remoção de acidentados para o HNMD;

- Centro de Operações (COP) - coordena as ações de Defesa Civil de Angra dos Reis, RJ;

- Divisão de Atendimento a Emergências Radiológicas e Nucleares (DIEME/IRD) - coordena, no âmbito da CNEN, a preparação, que engloba planejamento, infraestrutura logística e de recursos humanos, cursos, treinamento e exercícios, e o atendi-



mento das situações de emergência de origem radiológica e nuclear no território brasileiro. É responsável por manter operacional no IRD o ponto de alerta nacional conforme convenção da AIEA e, também, o centro colaborador da OMS para assistência em radioproteção e preparativos médicos em emergências com radiação.

Esses Centros de Emergência desempenham um papel fundamental na estrutura de resposta a emergências nucleares do Brasil, permitindo uma coordenação eficaz, compartilhamento de informações e tomada de decisões estratégicas para lidar com incidentes e garantir a segurança pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto internacional, o Brasil é comprometido com o RNPAN e tem um programa nuclear voltado para fins pacíficos, incluindo a produção de energia

elétrica, aplicações na medicina nuclear, agricultura e indústria e pesquisa científica. O país possui uma longa história de cooperação com a AIEA e adere aos acordos e salvaguardas internacionais relacionados ao uso seguro e pacífico da energia nuclear. A cooperação internacional fortalece a capacidade do Brasil em prevenir, detectar e responder a emergências nucleares, além de promover a troca de experiências e melhores práticas.

O Brasil dispõe de uma estrutura de resposta a emergências envolvendo energia atômica, preparada para lidar com possíveis incidentes ou acidentes envolvendo materiais ou instalações nucleares. Essa estrutura inclui planos de emergência, capacitação de profissionais, equipamentos especializados e protocolos de ação para mitigar os efeitos de possíveis incidentes radiológicos e nucleares.

Apesar de todos os cuidados, podem ocorrer acidentes envolvendo material radioativo. Segue-se que a preparação para



responder a emergências radiológicas deve se estender não apenas aos acidentes nucleares, mas a toda a gama de possíveis acidentes radiológicos. Autoridades internacionais e nacionais fazem esforços significativos nos preparativos para responder a acidentes nucleares, no entanto, aprender com os acidentes é vital para fortalecer continuamente a segurança nuclear e radioativa.

A Marinha do Brasil tem responsabilidades em relação a acidentes radiológicos que ocorreram em suas instalações ou durante operações navais. A Marinha é responsável pela operação de usinas nucleares e submarinos nucleares, bem como por outras atividades que envolvem materiais radioativos ou mesmo operação em áreas contaminadas. No contexto da segurança, a cautela imposta pela Administração Naval no Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro está alinhada com o preceito constitucional do risco integral do dano nuclear de responsabilidade da União. Destaca-se, ain-

da, que o tema configura uma capacitação de uso dual, visto que o seu desenvolvimento para atender as necessidades da Marinha teve emprego consentâneo no âmbito civil e gerou um parceria importante com a CNEN.

Foi observado que a preparação da CNEN, do Hospital Naval Marcílio Dias e demais órgãos governamentais permitiu uma resposta eficaz, por ocasião do acidente do Césio-137, possibilitando efetividade na gestão de emergências nucleares e radiológicas. Constatou-se, ainda, que, em termos de segurança, a cautela aplicada pela Administração Naval no Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro está em conformidade com o preceito constitucional de risco integral e responsabilidade da União por danos nucleares, estando o sistema estruturado adequadamente.

BIBLIOGRAFIA

CARDOSO, Eliezer de M. *Aplicações da energia nuclear*. Comissão Nacional de Energia Nuclear



- CNEN. Rio de Janeiro: 2008. <https://www.gov.br/cnen/pt-br/aceso-rapido/centro-de-informacoes-nucleares/material-didatico>. Acesso em 28 abr. 2023.
- CARVALHO, Regina Pinto. *Aplicações da Energia Nuclear*. Vienna: International Atomic Energy Agency – IAEA, 2019.
- CNEN. *Glossário do Setor Nuclear e Radiológico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, 2021.
- FONSECA JÚNIOR, Sergio Borges; ROMANATTO, Edwiges. *Agropecuária Goiana: uma análise em perspectiva histórica*. Goiânia: Instituto Mauro Borges – IMB, 2017.
- GUIMARÃES, Leonam S.; PERROTTA, José Augusto. Haleu: o combustível nuclear do futuro? *Revista da Marinha do Brasil*, 2^o. T/2020. Rio de Janeiro, 2020.
- HUNT, John Graham; DENIZART S. O. Filho; RABELLO, Paulo Ney. *Aspectos de Proteção Radiológica no atendimento às vítimas do acidente Radiológico com Césio 137, em Goiânia*. Seminário de Segurança Industrial - Perspectiva da FEBEM e Hospital Geral de Goiânia. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro do Petróleo, 1988.
- IAEA. *The Radiological Accident in Goiânia*. STI/PUB/815. Viena: 1988.
- LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAZZILI, Barbara P. et al. *Noções Básicas de Proteção Radiológica*. Diretoria de Segurança Nuclear Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos. IPEN: 2002. Disponível em: <https://portalidea.com.br/curso/s/0c7c17b22e04aaf7d55ac81e5ae666bd.pdf> Acesso em: 6 jun. 2023.
- MOREIRA, William de Sousa. Do Carvão ao Petróleo e à energia nuclear: a Marinha se transforma. In: *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio e Documentação da Marinha. 2018.
- PORTO, Walter C. A Coleção “Constituições Brasileiras”. In: CAVALCATI, Themístocles Brândão; BRITO, Luiz N.; BALEEIRO, Aliomar. 1967. *Coleção Constituições brasileiras*; v. 6. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.



QUINTELLA, Carlos O. de V. (Coord.). *Boletim de Conjuntura do setor Energético*. FGV ENERGIA. 2019. Edição disponível para download: fgv.br/energia. Acesso abr. 2023.

ROCHA, Sonia Fonseca. Acidente radioativo com o Césio 137: a participação da Marinha no atendimento às vítimas. *Navegador*. Rio de Janeiro: 2008.

SCHIRMER, H. P.; GOMES, C. A.; RECIO, J.C.A. *Documentário do Acidente Radiológico de Goiânia*. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, s/d.

TAVEIRA, Marcio G.M.A. et al. *O Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e as missões da Agência Internacional de Energia Atômica para revisão da estrutura de resposta a Emergências Nucleares*. Trabalho de conclusão de curso em Altos Estudos de Defesa. Brasília: Escola Superior de Defesa, 2021.

VIEIRA, S. de A. Césio-137, um drama recontado. *Estudos Avançados*, [S. l.], v. 27, n. 77, p. 217-236, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav>

/article/view/53964. Acesso em 31maio2023.

NOTAS

¹ Conforme explica Guimarães (2020): “Em apoio à não-proliferação, a maioria dos Estados-Membros da IAEA está comprometida com o propósito de converter o combustível dos reatores de pesquisa e os alvos para produção de radioisótopos para alto teor de urânio e enriquecimento do isótopo 235 abaixo de 20% – *High-Assay Low-Enriched Uranium* (Haleu). Em conformidade com esse compromisso político, o combustível dos reatores de pesquisa brasileiros, em particular o IEA-R1 do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), localizado na cidade de São Paulo, o qual possuía, no passado, combustível com HEU, já realizou com sucesso essa transição para Haleu”. Ver GUIMARÃES, Leonam S.; PERROTTA, José Augusto. Haleu: o combustível nuclear do futuro? *Revista da Marinha do Brasil*, 2º. T/2020. Rio de Janeiro, 2020.

² Ver QUINTELLA, Carlos O. de V. (Coord.). *Boletim de Conjuntura do setor Energético*. FGV ENERGIA. 2019. Edição disponível para download: fgv.br/energia. Acesso abr. 2023.



³ Ver MOREIRA, William de Sousa. Do Carvão ao Petróleo e à energia nuclear: a Marinha se transforma. In: *Marinha do Brasil: uma síntese histórica*. Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio e Documentação da Marinha. 2018.

⁴ Ver Agência Internacional de Energia Nuclear:

<https://www.iaea.org/topics/emergency-preparedness-and-response-epr>

⁵ Conforme PEM 2040, 2020.

⁶ Cidadela, em seu sentido original, é o nome que se dá a qualquer tipo de fortaleza ou fortificação construída em ponto estratégico de uma cidade, visando sua proteção ou dominação. Por extensão, passou a ser utilizada, na nomenclatura naval, para designar uma área protegida por couraça em um navio. Com a evolução tecnológica, o termo foi estendido às seções pressurizáveis, adotadas como defesa passiva contra-ataque nuclear, biológico ou químico. A tripulação é mantida nas cidadelas enquanto o navio transita por áreas contaminadas. Em função da tecnologia atualmente disponível, é possível continuar a combater em tais condições.

Preweting (Royal Navy) ou wash down (U. S. Navy) – trata-se de um sistema de boriffo de água em alta pressão, que forma uma nuvem a qual envolve o navio, de modo impedir que partícu-

las radioativas grudem no costado, conveses e superestrutura. O acúmulo de água é impedido pelo emprego dos estabilizadores em balanço forçado ou com fortes guinadas.

Instalações de descontaminação, a bordo, são utilizadas para trânsito entre as cidadelas e o ambiente externo contaminado. Em terra, para remoção de vestimentas contaminadas e limpeza de indivíduos que transitaram em áreas afetadas.

⁷ Graduada pela Escola de Enfermagem Anna Nery, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-graduação em Administração Hospitalar, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

⁸ Ver CARDOSO, Eliezer de M. *Aplicações da energia nuclear*. Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Rio de Janeiro: 2008..

⁹ Ver CARVALHO, 2019; CARDOSO, op. cit.

¹⁰ Ibid.

¹¹ Ver ROCHA, Sonia Fonseca. Acidente radioativo com o Césio 137: a participação da Marinha no atendimento às vítimas. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: 2008.

¹² Ver CARVALHO, 2019.

¹³ Ver descrição do equipamento conforme documento da empresa mineradora AMG-Brasil. Disponível em: <https://amg->



br.com/pt/negocios/materiais-especiais/ Acesso em 4dez2024

¹⁴ Ver CNEN, 2022, p. 3

¹⁵ Ver FONSECA JÚNIOR, Sergio Borges; ROMANATTO, Edwiges. *Agropecuária Goiana: uma análise em perspectiva histórica*. Goiânia: Instituto Mauro Borges – IMB, 2017.

¹⁶ A CNEN, dentre outras atribuições, é uma entidade reguladora responsável pelo controle de instalações que utilizam materiais radioativos. É de sua responsabilidade a emissão de autorizações de: local, construção, operação e aquisição de material radioativo. Está incluída na esfera de sua responsabilidade controlar a produção, a aquisição e o uso seguro dos materiais radioativos em suas diferentes formas de utilizações, cabendo também o recebimento, a deposição e o gerenciamento dos rejeitos radioativos. (ver Schirmer, 1997)

¹⁷ Ver IAEA, 1988; SCHIRMER, 1997; ROCHA, 2008; VIEIRA, 2013.

¹⁸ Ver SCHIRMER, H. P.; GOMES, C. A.; RECIO, J.C.A. *Documentário do Acidente Radiológico de Goiânia*. Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN. Rio de Janeiro: s/d.

¹⁹ Ver HUNT, 1988.

²⁰ Ver SCHIRMER, 1997.

²¹ Ver ROCHA, op. cit.

²² Ibid.

²³ A criança foi contaminada ao comer ovo cozido com as mãos sujas do pó radioativo durante o jantar (ver Vieira, 2012. P. 220).

²⁴ Os riscos a que estão expostos os indivíduos irradiados, dependem de diversos fatores relacionados com as propriedades das fontes de radiação e das relações das pessoas com as fontes, ou seja, tempo de permanência junto à fonte e distância entre a fonte de radiação e o indivíduo exposto (Mazzili, 2002. P. 24. Grifo nosso).

²⁵ Referência ao ocorrido em 29 de junho de 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/policia-procura-material-radioativo-que-teria-sido-furtado-em-minas> Acesso em 04dez2024

²⁶ Ver PORTO, Walter C. A Coleção “Constituições Brasileiras”. In: CAVALCATI, THEMÍSTOCLES BRANDÃO; BRITO, LUIZ N.; BALEEIRO, ALIOMAR. 1967. *Coleção Constituições brasileiras*; v. 6. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília: 2012.

²⁷ Ver Moreira, op. cit.

²⁸ O SIPRON foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1809, de 07/10/80 e regulamentado pelo Decreto federal 2.210 de 22/04/97. Em 2012, a Lei nº 12.731/2012 revogou o Decreto-Lei nº 1.809/1980 e reformulou o Sipron, atribuindo responsabilidades que



abrangem os dias atuais. Atualmente, está regido pela Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.

Tenente-Coronel Francisco Leão Cohn

Estrela de David na Guerra do Paraguai

Israel Blajberg ^a

Resumo: Oficial da Guarda Nacional, o tenente-coronel Cohn seguiu para a Guerra do Paraguai (de dezembro de 1864 a março de 1870) no comando de um dos batalhões do primeiro contingente do Rio de Janeiro, o 1º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro. Ao embarcar, recebeu a bandeira das mãos do Imperador D. Pedro II. No Arsenal de Marinha achavam-se com S. M. o Imperador os seus semanários, os ministros da Justiça e da Marinha, o ajudante-geral do Exército, o presidente da Província do Rio de Janeiro, o inspetor do Arsenal e diversos oficiais do Exército e da Marinha. O batalhão, com seu comandante à frente, prestou as honras regulamentares ao Imperador, que, depois de receber a continência da tropa, dirigiu-se com toda a comitiva para a ponte de embarque. Ali se realizou a entrega do Pavilhão Nacional ao porta-bandeira da unidade, comandante Espírito Santo. Nessa ocasião, dirigindo algumas palavras afetuosas ao tenente-coronel Cohn, disse Sua Majestade que lhe confiando aquele penhor esperava que com ele voltasse triunfante. O tenente-coronel Cohn respondeu que “ou cumpriria o voto do Imperador ou ficaria sem vida no campo de batalha”.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Biografia; imigração judaica.

INTRODUÇÃO – BRASIL, UM PAÍS DE IMIGRANTES

A presença judaica no Brasil data dos primórdios da história do país, com a chegada de Cabral, em cuja armada já havia cristãos-

novos, como nos ensina o almirante Max Justo Guedes. Eram também conhecidos como conversos, ou, pejorativamente, marranos, na literatura hebraica *anusim*. Nas décadas seguintes, muitos outros viriam nas expedi-

^a Engenheiro e professor. Associado Titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



ções, às vezes até como financiadores. O mesmo fenômeno aconteceu também com as expedições de Colombo, em 1492, e Hernan Cortês, em 1519. Os cultores secretos da Lei de Moisés vinham animados pela possibilidade de viver longe do ódio e da intolerância, e principalmente das garras da Inquisição, aliada às notícias das riquezas do Novo Mundo. Nem todos se mantiveram fiéis à fé de seus ancestrais, e os que haviam abraçado o cristianismo eram visados pela Inquisição, suspeitos de serem judaizantes (judeus em segredo), “crime” para o qual correspondia a pena de serem queimados vivos nas fogueiras. O terror inquisitorial certamente em muito contribuiu para que as comunidades de conversos fossem desaparecendo, até não restar mais indícios da tênue vida judaica.

Apenas com o Marquês de Pombal e a abertura dos portos, este panorama iria se modificar. Assim, a atual comunidade judaica brasileira não descende linearmente daqueles pioneiros, cujo

judaísmo latente foi se perdendo através das gerações. Se a estes fosse dada a possibilidade de exercer livremente sua religião, é possível que hoje o número de judeus brasileiros fosse muitíssimo maior.

Mas como não foi isso que aconteceu, pouco a pouco os criptojudeus e os cristãos-novos foram perdendo a identidade judaica. Assim, as origens dos atuais judeus brasileiros são mais recentes, ou seja, correspondem à imigração procedente nos últimos 200 anos de alguns polos principais, em diferentes levadas vindas do Império Otomano, Marrocos e a Europa, principalmente. Entretanto, o DNA daqueles cristãos-novos de prisca eras permanece adormecido, possivelmente em boa parte da atual população brasileira, em partes infinitesimais. A raiz de tudo foi certamente a Diáspora Judaica, iniciada em 70 d.C. com a destruição de Jerusalém pelos romanos, quando o povo hebreu se espalhou pelos quatro cantos da terra.



Dispersos, os judeus mantiveram ao longo dos séculos uma ligação sedimentada nos laços religiosos com a Torá (Bíblia) e com a Terra Santa, onde viveram em épocas remotas seus antepassados distantes, o que é verdadeiro também para os judeus no Brasil, algo que existe de norte a sul do Brasil, as pontes culturais, sociais e até econômicas vigentes entre brasileiros que descendem de alemães a japoneses, de italianos a portugueses e espanhóis, por exemplo. Nada de que todos os citados não possam justamente se orgulhar.

O contexto da inserção dos judeus e seus precursores no Brasil é o mesmo de qualquer outro grupo de imigrantes. Dada a riqueza da literatura disponível sobre o assunto, nos limitaremos apenas aos contornos principais da questão, de modo a situar os respectivos contextos em que decorreu o seu pertencimento na sociedade brasileira.

Somos, portanto, essencialmente um país de imigrantes, que, a partir de 1500, foi-se so-

mando aos indígenas que aqui habitavam. Já dentre os primeiros colonizadores portugueses, havia cristãos-novos, iniciando o fluxo dos seguidores da Lei de Moisés que se manteria pelos séculos vindouros. Um fator que contribuiu para a vinda de judeus ao Brasil foi a expulsão dos seguidores da Lei Mosaica em 1492 do Reino de Espanha, seguindo-se em 1496 a expulsão de Portugal, ambos éditos revogados cinco séculos mais tarde na época de Franco e do rei Juan Carlos de Bourbon, e, mais recentemente, em 2013, pelo governo português, sendo que ambos os governos estão oferecendo a cidadania aos descendentes daqueles antigos súditos.

As perseguições da Inquisição criaram novas categorias de judeus, como os cristãos-novos, convertidos ao catolicismo e batizados voluntária ou coercitivamente, e os judaizantes ou cripto-judeus, que eram os cristãos novos que procuravam manter alguma tradição judaica, mesmo isolados e sem orientação rabínica.



ca, cujos descendentes chegaram até nossos dias, ainda praticando certos ritos e costumes por tradição oral, mesmo sem conhecer sua origem.

Em 1630 chegaram com o invasor holandês no norte do Brasil antigos judeus portugueses que haviam-se estabelecido em Amsterdã, fugitivos da Inquisição, formando no Recife a primeira comunidade judaica das Américas. Após a derrota holandesa, os judeus tiveram que partir, aqui permanecendo alguns, ocultos, ou tendo aderido à religião do Rei. O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição realizava visitas ao Brasil para averiguar os “crimes de judaísmo”, ocorridas no final do século XVI e início do século XVII. As vidas secretas, visando burlar a perseguição inquisitorial, puderam ser abandonadas definitivamente em 25 de maio de 1773, quando o Marquês de Pombal aboliu a discriminação. Ninguém mais precisou esconder suas origens.

Em 1808, com a chegada da Corte de D. João VI em virtude da

invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte, o Brasil inicia, então, uma abertura para a imigração plena e livre. A partir desta época iniciam-se algumas correntes migratórias, a princípio tímidas, vindas da Inglaterra, Alsácia e Marrocos, principalmente.

Nos séculos XVIII e XIX aqui aportaram os fugitivos dos *pogroms*¹, do serviço militar escravizante de 25 anos, da segregação. Há dois séculos o Brasil ingressava em uma nova era: de simples colônia tornava-se a sede do Império Português. A mudança da Família Real e toda sua corte para o Rio de Janeiro deu início a uma série de profundas transformações inesperadas para a Coroa e os demais poderes metropolitanos, culminando com a independência brasileira. No bojo dessas transformações, havia uma que indicava um novo tempo para os judeus: a possibilidade de aqui se estabelecerem com liberdade e segurança, impossível desde o descobrimento, com exceção do período do do-



mínio holandês em Pernambuco².

Em 1773, o ministro do rei D. José (avô de D. João), o Marquês de Pombal, eliminou a diferença, assestando um duro golpe no Tribunal do Santo Ofício. Naquele ano viviam no Rio de Janeiro cerca de 4.800 cristãos-novos, 24% da população branca (20 mil), ou 6% da população total. Em 1799, o ministro do Príncipe Regente D. João, D. Rodrigo de Souza Coutinho – o Conde de Linhares –, convidou formalmente a comunidade de judeus portugueses residindo há mais de um século no Suriname a voltar a Portugal, onde se lhes garantia total liberdade e segurança.

A medida era uma retribuição à carinhosa acolhida que aquela comunidade oferecera aos tripulantes de uma nau portuguesa que ali se refugiou, após uma dura perseguição por corsários franceses sob as ordens de Napoleão Bonaparte. Portanto, para o Príncipe Regente e seus ministros, não era uma novidade ou surpresa a aceitação de ju-

deus no reino. No Brasil, faltava apenas uma oportunidade. E ela ocorreu a partir da vinda da Família Real em 1808. Como a abertura dos portos às nações amigas somente seria possível se os súditos ingleses fossem autorizados a desembarcar no Brasil e aqui comerciar livremente, a última barreira à presença de judeus nestes trópicos caiu. Afinal, os súditos de Sua Majestade eram não apenas anglicanos e puritanos, mas também judeus. O mais antigo registro da presença de um judeu no Brasil, ainda antes da independência, é o de Leon Cohn, inglês, que aqui se estabeleceu definitivamente no Rio de Janeiro com um escritório de corretagem. Seu filho, Francisco Leão, é citado, em 1849, como coronel da Guarda Nacional.

Já os marroquinos preferiram a Amazônia, onde hoje se estima que existam centenas de milhares de descendentes daqueles pioneiros, mas a grande maioria abandonou o judaísmo e sequer conhece as suas origens que, entretanto, ficam evidentes



nos sobrenomes como Benchi-mol, Assayag, Bentes, Benzecry e tantos mais. Com a diversificação da imigração, começa a se evidenciar uma dicotomia dentro da comunidade judaica, entre sefarditas e asquenazitas, os primeiros oriundos de países árabes e orientais, e os últimos procedentes da Europa. Os asquenazitas falavam o iídiche, dialeto germânico, e os sefarditas o árabe, ladino ou haquitia; assim só poderiam se comunicar entre si no português, idioma que os recém-chegados ainda levariam tempo para assimilar e dominar. Hoje em dia, com as gerações de imigrantes extintas, esses traços culturais já não são mais significativos, entretanto, a tradição fez com que alguns clubes e sinagogas ainda mantenham certas características mais ligadas a uma ou outra origem, principalmente no tocante à maneira de conduzir os serviços religiosos; além da culinária.

Por volta de 1920, assiste-se a um incremento na população judaica, motivada pelo aumento

da imigração pós-Primeira Guerra Mundial. Alguns fatores que contribuíram para tal foram a desestabilização da economia em países como Polônia, Romênia, Alemanha, Áustria, França e Bélgica, onde havia comunidades judaicas importantes, ou a Revolução de 1917 na Rússia, enfim, a falta de oportunidades e o antisemitismo. Com o advento do nazismo, viriam os alemães e austríacos.

A História do Brasil nos mostra que nunca foi interrompida a imigração judaica para cá. Os descendentes dessas correntes são muitos, talvez mais do que se possa imaginar, e certamente ainda não foi totalmente descrita a sua saga, em que pese o número cada vez maior de estudiosos e pesquisadores do tema. A historiografia brasileira, porém, durante muito tempo ignorou sua existência: tais imigrantes até hoje sequer são mencionados nos livros escolares e mesmo universitários. Mais recentemente, novas luzes foram surgindo, com o aparecimento e



crescimento a cada ano de grande quantidade de livros, teses, monografias e demais trabalhos acadêmicos, e, o que é mais interessante, com predomínio de autoria por não judeus.

A renomada professora Anita Novinsky, que pesquisou extensivamente o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, declara que “durante 500 anos se escreveu a História do Brasil sem mencionar nem cristãos-novos nem a Inquisição. Então, a História do Brasil tem que ser reescrita”³. A revelação das origens judaicas do Brasil leva a crer que hoje a quantidade de brasileiros que têm algum DNA judaico nas veias é ponderável, o que é compatível com as estimativas de que Portugal à época do descobrimento teria um percentual de cidadãos de fé judaica da ordem de 10 a 15%. Assim, em linguagem figurada, pode-se dizer que no Brasil se realizou a profecia divina: “Meu povo será tão numeroso quanto as estrelas no céu e os grãos de areia do deserto”. Mas, na prática, os números en-

cobrem a herança do passado, não considerando os infinitésimos de sangue judaico que corre nas veias de tantos brasileiros: é o que nos mostram os dados estatísticos abaixo resumidos⁴.

População judaica no Brasil
1914 – 1918 – 5-7 mil
1920 – 15 mil
1940 – 55.563
Imigração total para o Brasil
1872/1949 – 4.555.000 (1,75% de judeus)
Percentual de imigrantes na população judaica
1980 – 31,47 %
1991 – 22.32 %
Imigração judaica para o Brasil
1872/1929 – 42.316
1930/1939 – 22.452
1940/1949 – 8.512
Total – 73.280

CRONOLOGIA SIMPLIFICADA⁵

O Brasil foi um dos poucos países que recebeu tantas levas de judeus das mais diferentes



origens, línguas e costumes, isso em apenas cinco séculos. Os biografados nesta obra descendem, assim, em boa parte, daqueles que em algum momento aqui aportaram e viveram os eventos assinalados:

- 1500 – Criptojudaísmo luso-brasileiro, ou seja, práticas judaicas desenvolvidas em segredo pelos cristãos-novos.

- 1591 – Primeira visitação da “Santa Inquisição” – Bahia.

- 1630/1654 – Durante 24 anos o judaísmo prospera no Brasil Holandês, mas a derrota holandesa representa um hiato entre os que partiram e as futuras comunidades que se estabeleceriam dois séculos depois. Genealogicamente, estas novas comunidades nada terão em comum com aquelas.

- 1773 – Marquês de Pombal decreta a ilegalidade de qualquer restrição contra os cristãos-novos. Mas já era tarde... apenas restava uma tênue consciência de remoto judaísmo, fiapos de memória.

- 1808 – Abertura dos Portos – Pouquíssimo havia restado do criptojudaísmo no Brasil.

- 1810 – Oficialmente proibidas as atividades da Inquisição no Brasil. Judeus marroquinos chegam em números ponderáveis ao Amazonas e Pará, durante o Ciclo da Borracha, subindo o grande rio Amazonas até Iquitos no Peru.

- 1870 – A Guerra Franco-Prussiana motiva a vinda de judeus da Alsácia-Lorena, tomada da França pelos alemães.

- Final do séc. XIX – Chegam ao Rio de Janeiro e São Paulo negociantes judeus alemães e ingleses.

- Por volta de 1900 – O Barão Hirsch patrocina a vinda de judeus do Império Russo para trabalharem na terra nas colônias de Philipson (Santa Maria-RS) e Quatro Irmãos (Erechim-RS), através da *Jewish Colonization Association*. Pequenos núcleos no Norte, Bahia e Rio de Janeiro, e esparsos imigrantes em diversos pontos do Brasil.



- Década de 1920 – Mudança radical: coletividades maiores estabelecidas no Rio de Janeiro e em São Paulo, e várias menores em capitais litorâneas e cidades do interior. A grande massa é de asquenazitas vindos da Europa Oriental, e ainda sefarditas e mizrachitas do decomposto Império Otomano.

- Década de 1930 – Refugiados da Alemanha, Áustria e Itália, em geral com elevada escolaridade e profissionais especializados.

- Após 1945 – Refugiados de guerra e sobreviventes do Holocausto.

- 1956 – Refugiados do Egito, após a Guerra do Canal de Suez. Tropas brasileiras integram a UNEF – *United Nations Expeditionary Force*, permanecendo na região até a Guerra dos Seis Dias, em 1967.

- Sec. XXI – Os diferentes fluxos migratórios estão amalgamados e incorporados à sociedade e cultura nacional, trilhando o caminho em busca do futuro promissor da Nação Brasileira.

A GUARDA NACIONAL

A Guarda Nacional foi uma força paramilitar organizada por lei no Brasil durante o Período Regencial, em agosto de 1831, para servir de “sentinela da constituição jurada”; e desmobilizada em setembro de 1922⁶. Em 1864, a Guarda Nacional consistia em 212 comandantes superiores e um grande quadro de oficiais. Contava com 595.454 praças, distribuídos na artilharia, cavalaria, infantaria e infantaria da reserva. Em contraposição, o Exército regular nessa época contava com 1.550 oficiais e 16 mil praças.

Durante a Guerra do Paraguai, a Guarda Nacional teve participação importante, haja vista que do efetivo total de cerca de 123 mil soldados, 59.669 seriam provenientes da Guarda Nacional. A corporação foi perdendo espaço com o advento da República, cuja instalação se deu por conta do Exército, historicamen-



te oposto à Guarda. Foi transferida em 1892 para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Em 1918 passou a ser subordinada ao Ministério da Guerra, através da organização do Exército Nacional de 2ª Linha, que constituiu, de certo modo, sua absorção pelo Exército. Sua última aparição pública foi no 7 de setembro de 1922, quando do desfile pela independência do Brasil na cidade do Rio de Janeiro, marcando aquele, também, o ano de sua oficial desmobilização. A Guarda Nacional tinha por missão legal “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império”. Todo homem livre com mais de 18 anos possuidor de certo patrimônio pertencia à Guarda, mas a ascensão hierárquica dependia da posição social da família, e da renda compatível com a taxa cobrada para promoção aos altos postos do oficialato, o que possibilitava somente aos capitalistas, grandes fazendeiros e altos funcionários, chegarem a major, tenente-coronel e coronel. Os

famosos “coronéis” que dominaram a política do país.

Este modo de escolher os comandantes nos municípios e nas províncias – pela influência da família, do partido, da pressão social – e o pagamento das patentes é que, nos seus últimos anos, tornaram a Guarda Nacional menos respeitável. Porém, no apogeu do regime monárquico, era preciso pertencer à “Briosa”, como era conhecida, pela participação em todas as revoluções e guerras externas, inclusive a do Paraguai – além de missões de escolta de presos e transporte de valores, e de substituir o Exército, como força auxiliar, nas guardas de fronteira.

Segundo o historiador Américo Jacobina Lacombe, a Guarda “foi a arma salvadora da unidade nacional [...] foi com essa força que o governo venceu as tormentas da desagregação e da anarquia”⁷. O moço que ao chegar aos 18 anos não dispusesse por si ou por seu pai de renda bastante para se inscrever na Guarda Nacional estava rebaixado para a



Guarda Policial, destinada a combater salteadores, atacar quilombos, caçar escravos fugitivos. Assim, a vida ficava muito mais difícil para tal jovem, em um tempo em que a escalada social exigia enormes esforços. A Guarda Nacional em seu período de maior expressividade chegou a contar com um efetivo de 600 mil homens da infantaria, cavalaria e artilharia, com mais de duas centenas de comandos de oficial superior. Gozava de efetiva importância política, até ser enquadrada pelo Ministério da Guerra, por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança. Com o advento da República, a Guarda Nacional novamente passou a estar subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, entretanto, era apenas uma sombra do que havia sido no passado. Em 1918, retorna ao Ministério da Guerra, como a tropa de 2ª linha do Exército, entretanto, vinha perdendo espaço, caminhando naturalmente para sua paulatina extinção, o que acabou ocorrendo sem maior alarde. Depois do úl-

timo grande evento de que participou com destaque, o desfile do Centenário da Independência do Brasil, em 1922, ainda foram nomeados oficiais da instituição, mas, de qualquer modo, ela foi extinta.

ATUAÇÃO DO TENENTE-CORONEL COHN NA GUERRA

O tenente-coronel Francisco Leão Cohn, oficial da Guarda Nacional, teve atuação brilhante como ajudante de ordens, quartel-mestre geral e comandante do 6º Batalhão de Caçadores. Seguiu para a Guerra do Paraguai no comando de um dos batalhões do primeiro contingente do Rio de Janeiro: o 1.º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, em 1865, recebendo a bandeira das mãos do imperador D. Pedro II, ao embarcar. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 10 de maio de 1843, publica a seguinte declaração:



S. Ex. o Sr. Tenente General Commandante Superior da Guarda Nacional da Côrte manda convidar aos Srs. officiaes da sobredita guarda, para comparecerem na quarta-feira 10 do corrente às 5 horas da tarde no Imperial Paço da Cidade para cumprimentarem a S. Alteza Real o Sr. Príncipe de Joinville.

Quartel General do Commando Superior da Guarda Nacional, em 9 de maio de 1843.

Francisco Leão Cohn, Ajudante d'Ordens.⁸

Vinte anos mais tarde, Francisco Leão Cohn alcançou a patente de tenente-coronel. Ligado à Corte imperial, Francisco Leão Cohn, como ajudante de ordens do comandante da Guarda Nacional da Corte, costumava assinar as ordens do dia sobre todos os assuntos atinentes ao quartel-general, como sobre o “feliz consórcio de S.A.I. a Sra. Princesa D. Januária, com S.A.I. o Sr. Príncipe Conde d'Áquila”, sobre o “aniversário da maioridade de S.M. o Imperador”, “convida para o beijar mão de SS.MM. e AA. II. pelo

motivo de ser o aniversário do feliz natalício de S.A.I. o Sr. D. Luiz Carlos Maria, Príncipe das Duas Sicílias e Conde d'Áquila” e as grandes paradas da Independência.

UMA CARREIRA DE DESTAQUE⁹

Francisco Leão foi admitido na firma do pai em 1833. Era filho de Leão Cohn, provavelmente o primeiro judeu chegado ao Brasil depois da Abertura dos Portos. Ao menos em 1810, Leão residia no Rio de Janeiro e era, desde 1809, um dos mais honrados corretores de gêneros alimentícios da cidade. Era casado com Dona Teresa de Jesus, talvez descendente de Maria de Jesus ou de outra carioca, Leonor de Jesus, ambas judaizantes. Em 1842, major e ajudante de ordens do comandante da Guarda Nacional, assinou nessa qualidade a maioria das Ordens do Dia. No mesmo ano, foi nomeado para o cargo de quartel-mestre geral,



sem afastamento das funções de ajudante de ordens, “lugar este, que, pela maneira hábil e inteligente com o que tem sempre desempenhado, faz tornar o mesmo major cada vez mais digno de minha estima e de bem merecidos elogios”, como se expressou o comandante da Guarda Nacional, tenente-general Lázaro José Gonçalves. Era também colaborador da *Gazeta Oficial* e exerceu as funções de primeiro escrivão e ajudante da Guarda-Mor da Alfândega do Rio. Por ocasião do aniversário do imperador em 1849, foi contemplado com a Ordem da Rosa, no grau de Cavaleiro.

Em 1858, foi designado comandante do 6º Batalhão de Caçadores; em 1862 alcançou o posto de tenente-coronel. Ao irromper a guerra com o Paraguai, a Guarda Nacional foi convocada e o tenente-coronel Francisco Leão Cohn foi designado comandante do primeiro contingente do Rio de Janeiro. A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado da América do Sul, entre

Paraguai e a Tríplice Aliança, formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai, de dezembro de 1864 a março de 1870.

No dia 27 de fevereiro de 1865, embarcou a tropa para se unir em Montevideu ao Exército Brasileiro. O imperador e sua comitiva dirigiram-se para a ponte de embarque, onde foi entregue a Bandeira. O *Jornal do Commercio*, de 28 de fevereiro de 1865, assim descreveu o embarque da tropa, estampando uma imagem, a figura 1:

No Arsenal de Marinha achavam-se com S. M. o Imperador, os seus Semanários, Ministros da Justiça e da Marinha, Ajudante-General do Exército, Presidente da Província do Rio de Janeiro, Inspetor do Arsenal e diversos oficiais do Exército e da Marinha. O Batalhão com seu Comandante à frente prestou as honras regulamentares ao Imperador. Sua Majestade, depois de receber a continência da tropa, dirigiu-se com toda a comitiva para a ponte de embarque. Ali realizou-se a entrega da Bandeira, e nessa



ocasião, dirigindo algumas palavras afetuosas ao Sr. Tenente-Coronel Cohn, disse-lhe Sua Majestade, que confiando-lhe aquele penhor esperava que com ele voltasse triunfante. O Sr. Tenente-Coronel Cohn respondeu que ou cumpriria o voto do Imperador ou ficaria sem vida no campo da batalha.¹⁰

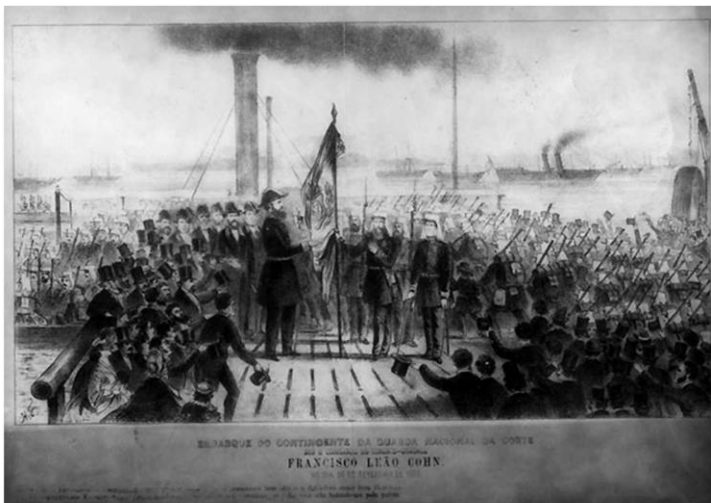
De Montevidéu, logo depois da sua chegada, em 7 de março, dirigiu uma carta ao então minis-

tro da Justiça, o Conselheiro Furtado, a primeira comunicação ao seu protetor.

Montevidéu, em 7 de março de 1865.

Ilmo. e Exmo Sr. Conselheiro Francisco José Furtado, Presidente do Conselho, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça. Aqui cheguei no dia 5 do corrente tocando em Santa Catarina, pa-

Fig. 1 – O tenente-coronel Cohn embarca para a guerra no Arsenal de Marinha. Na legenda original “27 de fevereiro de 1865 – Ao embarcar para Montevidéu, o Tenente-Coronel da Guarda Nacional da Corte, Francisco Leão Cohn. O Comandante, à frente do 1º Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, presta as honras regulamentares ao Imperador, dele recebendo a Bandeira na ponte de embarque”.



Fonte: *Jornal do Commercio*, de 28 de fevereiro de 1865. Acervo de Frieda Wolff.



ra receber o contingente do Batalhão do Depósito, com 227 praças, por conseguinte, a força com que desembarquei foi a seguinte:

Guarda Nacional da Corte.....	294 praças
Deposito de Santa Catarina.....	227 praças
Corpo Policial de Niterói.....	109 praças
1º de Fuzileiros da Corte.....	7 praças
TOTAL.....	637 praças

No dia 5 desembarquei esta força no Cerro a 3 léguas desta cidade. O Sr. General em Chefe, Osório, veio ao meu encontro. O corpo policial seguiu a se unir ao que já aqui se achava, assim também as 7 praças de Fuzileiros, e as 227 do Depósito. A Guarda Nacional acampou, porém nesse monte não se pode armar barracas por que não trazíamos as pás e os preparos: tivemos de dormir, tendo por cama a relva e por cobertor o luar e as estrelas, isso foi para irmos nos acostumando. Tendo hoje recebido ordem, levantei o meu acampamento do Cerro e vim aquartelar perto de Montevideu, com a 5.ª Brigada de Linha, justamente o lugar em que os Srs. Blancos haviam preparados

fortes, trincheiras e barricadas –, Bem sabiam eles que teriam elas de nos servir. A Guarda Nacional sob meu comando está nas melhores disposições e com o maior entusiasmo. Vamos principiar os exercícios já, 2 vezes por dia –, o que seria muito e muito necessário, era a vinda dos 500 homens que me faltam para completar a força de meu Batalhão –, Por esta ocasião eu escrevo ao Sr. General Comandante Superior, para ele arranjar a remessa de um instrumental para uma banda de música, é quase que uma necessidade. A nossa viagem do Rio de Janeiro a esta cidade foi magnífica, os Guardas foram muito bem tratados pelo que o Sr. Alcanforado, Comandante do vapor, tornou-se digno de bem merecido elogio.

Exmo. Sr. – Desculpe-me V.^a Ex.^a que eu aproveito esta ocasião para lhe pedir uma vez se dignar conceder-me a sua proteção, sem ela, o que será de mim e fiado é que eu marchei. V.^a Ex.^a lembra-se que me prometeu que me ia dar promoção posto de Coronel, estou quase convencido que esta hora, tal tem sido a sua bondade, que lhe devo



desde já agradecer-lhe esta graça. Felizmente tenho a glória de dizer a V.^a Ex.^a que os Srs. Comandantes e Oficiais do Corpo da Linha procuram ser-nos úteis, já com instrução, já com outro trabalhos – e com essa coadjuvação muito tenho conseguido. Meus Oficiais estão extremamente contentes e satisfeitos – sofrem com a maior resignação todos os incômodos, como se a eles já estivessem habituados. Daqui a 2 meses assegurou a V.^a Ex.^a não terei vergonha de apresentar o meu Batalhão onde quer que seja – A S. Majestade o Imperador ao saber estas minuciosidades julgo ser-lhe há muito satisfatório. Por isso muito pedia a V.^a Ex.^a o especial favor de patentear ao tão Augusto Monarca estas lisonjeiras novas. Desculpe-me V.^a Ex.^a, que assim tomei parte do precioso tempo de que V.^a Ex.^a dispõe, e ansioso aguardo as suas ordens.

Deus guarde V.^a Ex.^a

Quartel do Comando do 1.^o Batalhão de Voluntários da Guarda Nacional do Rio de Janeiro, em 7 de março de 1865.
Francisco Leão Cohn – Tenente-Coronel.

VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA

Para melhor entendimento do papel desempenhado pelos Voluntários da Pátria, louvamos em *O Tuiuti* – informativo oficial da AHIMTB/RS¹¹. À medida em que a espontaneidade da população caía, os presidentes das províncias foram incumbidos de providenciar voluntários para preencher as cotas necessárias de combatentes contra o Paraguai. Os Corpos de Voluntários da Pátria (CVP) foram criados em face da necessidade de tropas para a Guerra da Tríplice Aliança pelo Decreto Imperial nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865. O Brasil passava a contar então, além das tropas de 1.^a e de 2.^a linhas e das unidades da Guarda Nacional, com os Voluntários. Essa mobilização teve por finalidade inicial formar reservas para as forças terrestres, mas, conforme o subtenente Osório Santana Figueiredo, “dada à sua disciplina e vontade combativa, tanto quanto os batalhões efetivos [...] logo foram designados para a frente de



combate”. A participação dos CVP se deu do início ao fim da guerra. As perdas por morte foram imensas, mas não só dos VP, e sim, como característica trágica, drástica e dolorosa daquela guerra, de ambos os lados. Osório Santana Figueiredo refere que foram 57 os CVP, tendo sido comandados por oficiais do Exército Brasileiro ou da Guarda Nacional, sendo aceitos homens entre 18 e 50 anos de idade em todo o Brasil. Por ocasião da invasão do Rio Grande do Sul pelas tropas paraguaias ao comando do tenente-coronel Antônio de La Cruz Estigarribia, no 2º semestre de 1864, o imperador ouviu de seu Conselho de Estado que não deveria ele, como monarca, se deslocar à região invadida, tendo D. Pedro II dito o seguinte: “Se a Constituição o impedia de marchar como chefe da Nação, não o impedia o Conselho de abdicar, e seguir como simples Voluntário da Pátria”. E, assim, quando da criação dos CVP, ele se autoproclamou como o primeiro dos voluntários.

O 1º CVP foi organizado no Rio de Janeiro. Seu primeiro comandante foi o tenente-coronel João Manoel Menna Barreto. Do 2º ao 7º, que foram os primeiros, originaram-se do Rio de Janeiro (dois), da Bahia (um), mais três do Rio e um de São Paulo, respectivamente.

Um desenho foi publicado pela *Semana Ilustrada*, representando a partida para a guerra do 1º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da Corte do Rio de Janeiro, embarque ocorrido a 26 de fevereiro de 1865. O Imperador D. Pedro II entrega, no cais do Arsenal de Marinha, o Pavilhão Nacional ao porta-bandeira da unidade, Comendador Espírito Santo, vendo-se ao lado em continência o tenente-coronel comandante Francisco Leão Cohn. Foi essa tropa, com três companhias, que partiu para o Sul com a designação de Guarda Nacional, em vez de Corpo de Voluntários da Pátria.

Chegando a Montevidéu, em 11 de março, o general Osório mandou incluir o batalhão na 5.ª



Brigada, pela Ordem do Dia nº 6, de 11 de março de 1865¹². Em 10 de maio, foi mandado remanejar para a 10ª Brigada. Afinal, estando o Exército acampado junto a Vila de Concórdia, segundo a Ordem do Dia nº 52, as três companhias foram incorporadas ao 14º Batalhão de Linha, que passou a contar, então, com oito companhias, sob o comando do major José Martini. Ficou, então, o tenente-coronel Cohn sem unidade para comandar, tendo que regressar ao Rio de Janeiro. Não restaram claras na bibliografia as razões que determinaram a dissolução e incorporação ao Exército da única unidade de infantaria que partira para a Campanha do Paraguai com a designação de Guarda Nacional.

Afinal, Francisco realizou seu sonho tornando-se coronel da Guarda Nacional. Morreu no Rio de Janeiro, estando enterrado no cemitério São João Batista. Sua participação foi importante, em um momento histórico.

BIBLIOGRAFIA

DONATO, Hernani. *História dos usos e costumes do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Os Corpos de Voluntários da Pátria: sua estruturação, organização e atuação na Guerra do Paraguai*. O Tuiuti. Porto Alegre: AHMTB/RS.

HELLER, Reginaldo Jonas. *Diáspora Atlântica: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII*. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2008.

HOROVITZ, Eduardo. Idn in Brasil – an Aingartiker Ishuv, in Unzer Baitrag (em iídiche: Judeus no Brasil – uma comunidade singular, nossa contribuição), 1956, Rio de Janeiro, citado em Ziskind, Spicovski, Zimberg, Gitelman e Leipziger – Pepitas a flor da Terra: fontes esquecidas para a História dos judeus no Brasil, Departamento de Cultura Iídiche do AHJB, VI Encontro do Arquivo



Histórico Judaico Brasileiro, São Paulo, 2014.

OITO minutos sobre a Inquisição no Brasil, programa *Comunidade* na TV FIERJ, 20 dez. 2013.

Jornais

Diário do Rio de Janeiro

Jornal do Commercio

Jornal Israelita

Semana Illustrada

NOTAS

¹ Palavra russa que significa ataque violento maciço a pessoas, com a destruição simultânea do seu ambiente. Historicamente, a palavra *pogrom* é associada a ataques espontâneos ou premeditados contra judeus. Um pogrom famoso foi o de Kishinev, na Rússia, em 1903, que inspirou o grande poeta Bialik a escrever o poema “Na cidade da matança”

² HELLER, Reginaldo Jonas. *Diáspora Atlântica: a nação judaica no Caribe, séculos XVII e XVIII*. 2v. Tese (doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2008.

³ OITO minutos sobre a Inquisição no Brasil, programa *Comunidade* na TV FIERJ, 20 dez. 2013.

⁴ HOROVITZ, Eduardo. Idn in Brasil – an Aingartiker Ishuv, in *Unzer Baitrag* (em iídiche: Judeus no Brasil – uma comunidade singular, nossa contribuição), 1956, Rio de Janeiro, citado em Ziskind, Spicovski, Zimberg, Gitelman e Leipziger – *Pepitas a flor da Terra: fontes esquecidas para a História dos judeus no Brasil*, Departamento de Cultura Iídiche do AHJB, *VI Encontro do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro*, São Paulo, 2014.

⁵ Com base em DONATO, Hernani. *História dos usos e costumes do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 2005, p. 287.

⁶ DONATO, op.cit., p. 304.

⁷ apud. BLAJBERG, Israel. *Estrela de David no Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: AHIMTB, 1925.

⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 10 mai. 1843.

⁹ Com subsídios de WOLFF, Egon e Frieda, *Jornal Israelita*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1979. Arquivo do autor.

¹⁰ *Jornal do Commercio*, 28 fev. 1865.

¹¹ GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Os Corpos de Voluntários da Pátria: sua estruturação, organização e atuação na Guerra do Paraguai. *O Tuiuti*. Porto Alegre: AHMTB/RS.

¹² DUARTE, Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*, v. I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

As Moedas do General Severino Sombra e a Numismática

Lucas Hendricus Andrade van den Boomen ^a

Resumo: É sabido que a década de 1930 foi um período de intensa agitação política, intelectual, cultural e ideológica no Brasil. Inserido no contexto de sua época, Severino Sombra se envolveu com todas as frentes citadas anteriormente. Em meio à sua vida multifacetada, o militar cearense foi também um estudioso das moedas e da história monetária brasileira, pesquisando, publicando trabalhos e participando ativamente da comunidade numismática brasileira nos anos 1930. Este artigo pretende analisar e descrever a trajetória de Sombra como numismata, fragmento ainda não explorado de sua biografia. Para tanto, recorreremos a verbetes biográficos e as próprias obras do autor estudado.

Palavras-chave: Severino Sombra, Numismática, Revolução Constitucionalista de 1932, Sociedade Numismática Brasileira, História Monetária.

"[...] construir uma personalidade é obra máxima na vida de um homem. Definir, caracterizar, configurar uma personalidade, deixar uma marca. Há animais que passam e mesmo esmagados não deixam marcas no chão, nem sangue têm e há homens que apesar de terem sangue são quase como esses animais, passam e não deixam marcas, tanto faz eles terem vivido como não terem vivido, será a mesma coisa"

Severino Sombra.

INTRODUÇÃO

Severino Sombra de Albuquerque (1907-2000) foi um importante personagem da vida política brasileira do início da década de 1930 até o seu falecimento, no início dos anos 2000. Ainda na década de 1920, foi defensor da renovação

a Advogado, bacharel em Direito, assessor jurídico da Procuradoria-Geral do Município de Contagem-MG.



católica de Jackson Figueiredo; durante a Revolução de 1930, foi preso por ser contrário ao movimento que levou Getúlio Vargas ao poder; posteriormente, chegou a integrar uma organização tenentista; fundou a Legião Cearense do Trabalho (LCT); aderiu a Revolução Constitucionalista de 1932; teve uma breve passagem pela Ação Integralista Brasileira (AIB) de Plínio Salgado, entre 1933 e 1934 e fundou o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) em 1936.

Mais tarde, durante o Estado Novo (1937-1945), passou a defender abertamente o regime varguista e, em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945), subiu de patente, sendo alçado ao posto de major. Atingiu o generalato em 1958. Além de militar, foi escritor, professor, sociólogo¹ e político². De antemão, cabe advertir que nos isentaremos de emitir qualquer juízo de valor em relação às posições ideológicas adotadas

pelo intelectual estudado ao longo de toda a sua trajetória.

Já foram escritos artigos científicos sobre diferentes facetas da vida do cearense de Maranguape, dissertações de mestrado sobre a sua dissidência do integralismo³ e sobre a sua participação na implantação da Biblioteca do Exército⁴, teses de doutorado⁵ e livros sobre a Legião Cearense do Trabalho⁶ – sua criação mais lembrada – e até mesmo algumas biografias⁷. Entretanto, até então, não havia ainda um trabalho que tivesse se debruçado sobre a atuação do general Sombra como numismata na década de 1930. Essa pesquisa pretende preencher essa lacuna.

A numismática, ou numária, é a ciência auxiliar da história que estuda as moedas, medalhas e cédulas de dinheiro sob a perspectiva histórica, econômica, contábil, artística, etc. Leite de Vasconcelos a define como a

ciência que tem por objeto o estudo morfológico e



interpretativo das moedas; morfológico porque as moedas hão de apreciar-se quanto ao seu metal, ao seu aspecto, a suas figuras, sinais e letreiros; interpretativo, porque se tem de dar a razão de tudo o que o estudo morfológico revelou nas moedas. [...] Como que um estudo anatômico e fisiológico ou estático e dinâmico, ou da forma e da função⁸.

Severino Sombra dedicou parte de sua atenção a essa área do conhecimento durante a década mais prolífica de sua vida, época criativa em que esteve em plena atividade profissional, intelectual e política.

A REVOLUÇÃO PAULISTA, O EXÍLIO EM PORTUGAL E O ENVOLVIMENTO COM A NUMISMÁTICA NOS ANOS 1930

Suponhamos que, no ano da graça de 1936, o Governo põe em circulação uma nova Moeda. Que acontece? 99,9% da população, ao recebê-la, olha-a com alguma curiosidade e junta-a logo às

antigas ou a outras iguais para realizar os seus negócios, facilitar os trocos — pô-la no giro económico. Apenas a diminuta fração restante irá até o exame detido da Moeda, observando os seus sinais, figuras e legendas. Finalmente, um reduzido grupo daquela fração adeantar-se-há mais: após o estudo morfológico da nova peça, recolherá alguns exemplares, classificando-os em sua coleção de acordo com princípios científicos. Esses fazem Numismática [sic]⁹.

No ano de 1932 o descontentamento político pairava sobre São Paulo. O Estado já não tinha mais o prestígio de outrora, quando revezava a presidência da República com Minas Gerais através da chamada “Política do Café com Leite”. O ressentimento regionalista, oriundo do fato de naquele momento estarem sendo governados por um interventor federal pernambucano nomeado por Getúlio Vargas, somava-se a frustração da não investidura de Júlio Prestes na presidência, bem



como a demanda por uma nova constituição, em substituição ao defasado texto constitucional da Primeira República (1889-1930).

Fig. 1 – Combatentes paulistas de 1932 - Grupo de metralhadora do Batalhão “Fernão Dias Paes Leme” na estação de Barão Ataliba Nogueira, localizada no distrito de Eleutério, município de Itapira-SP. Atrás dos soldados, um dos trens utilizados no conflito para o transporte de tropas e munições.



Fonte: Wikimedia Commons.

Em 23 de maio, um confronto nas ruas da crescente metrópole resultou na morte de alguns estudantes em praça pública. A memória dos quatro estudantes foi eternizada na sigla MMDC (sigla formada pelas iniciais dos nomes dos quatro jovens mortos: Martins, Miragaia,

Dráusio e Camargo). Esse evento foi o estopim. No dia 9 de julho daquele ano, eclodiu a Revolução Constitucionalista. O tenente

Sombra aderiu ao movimento e dirigiu-se ao Ceará. Naquela época assessorava o ministro de Trabalho Lindolpho Collor, que também apoiou a rebelião. No seu estado de nascimento, Sombra teria possibilidade de arregimentar os membros da Legião Cearense do Trabalho, organização por ele liderada, para apoiar os paulistas revoltosos¹⁰. Criada

em 1931, a Legião havia-se expandido “rapidamente na capital e no interior do estado, arregimentando cerca de 15 mil filiados e contando ainda com a adesão de 40 organizações operárias e associações similares”¹¹.



Vindo do Rio de Janeiro, então capital da República, Severino Sombra

desembarcou em Fortaleza no dia 15 de setembro e, desde sua chegada, entrou em contato com líderes sindicais e com outros interventores, em especial Carneiro de Mendonça. No que chamava de “Golpe Pacificador”, sua ação buscava depor os interventores estaduais, ou, pelo menos, convencê-los a apoiar São Paulo. Foi preso em 26 de setembro e deportado para o Rio de Janeiro, de onde sairia exilado para Portugal, juntamente com outros líderes constitucionalistas. Vargas em seu diário registrou: “o tenente Sombra, que estava à disposição do Ministério do Trabalho como auxiliar de confiança, era um agente paulista que foi ao Norte, com recursos, tentar um movimento a favor dos rebeldes. Denunciado, teve ordem de regresso¹².”

Permaneceu no exílio durante um ano, de novembro de 1932 a novembro de 1933. Foi

longe de sua pátria, nos arquivos e bibliotecas de Lisboa, que Severino Sombra iniciou uma grande pesquisa sobre a história monetária do Brasil, abarcando o período da colonização portuguesa (Sec. XVI a XIX). No tempo em que permaneceu em Portugal também “visitou a Universidade de Coimbra, passando a acalantar o sonho de instalar no Brasil uma universidade nos moldes da histórica instituição de ensino portuguesa¹³” (décadas mais tarde, mais especificamente em 1967, Severino Sombra fundaria a Fundação Universitária Sul-Fluminense – FUSF –, atual Universidade de Vassouras). “Durante o seu exílio, vários dirigentes da Legião Cearense do Trabalho, como Jeová Mota e o padre Hélder Câmara, aderiram à Ação Integralista Brasileira (AIB), fundada por Plínio Salgado”¹⁴.

De volta ao Brasil, teve de suspender a pesquisa para dedicar-se as suas empreitadas políticas. Através do Decreto nº 24.297, de 28 de maio de 1934,



foi beneficiado pela anistia concedida por Vargas aos participantes do movimento revolucionário de 1932 e, logo em seguida, foi reintegrado ao Exército. Ao longo desses anos desde o retorno do exílio, foi promovido ao posto de Capitão e tornou-se membro da Sociedade Numismática Brasileira (SNB) na modalidade de sócio correspondente-contribuinte. Só em 1935 o trabalho seria retomado. Sombra teve notícia de que, no ano seguinte, a SNB realizaria o primeiro congresso sobre numismática em terras brasileiras. Decidiu, então, retomar a pesquisa iniciada em 1932 na condição de exilado. Ainda em 1935, Sombra começou a publicar textos sobre assuntos numismáticos no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro.

Em 1936 publicou na *Revista Numismática* (Ano IV, nº 3 e 4, pp. 293-312) o artigo *Os ensaiadores de ouro e prata em Portugal e no Brasil Colônia*. O artigo foi escrito com informações obtidas no *Arquivo*

Histórico Colonial de Lisboa. A *Revista Numismática*, por sua vez, vinha sendo editada pela SNB desde 1933, possuindo quatro edições anuais. Este foi o primeiro periódico nacional especializado no tema.

Em nível regional, saiu na *Revista Numária* (Ano I, nº 3) no mês de julho daquele mesmo ano, o artigo *Os moedeiros falsos no Brasil Colonial*. A *Revista Numária*, dirigida por Eusébio de Souza, era o órgão oficial da Sociedade Numismática Cearense.

Ainda em 1936, sob a presidência de Álvaro de Salles Oliveira, foi realizado na cidade de São Paulo o aguardado Primeiro Congresso de Numismática Brasileira entre os dias 24 de março e 2 de abril. Anexo ao congresso, foi realizada uma enorme exposição que contou com peças de várias coleções particulares e oficiais, entre elas, peças da antiga coleção de Julius Meili (1839-1907)¹⁵, considerado o “pai da numismática brasileira”. O evento



sem precedentes foi patrocinado pelo Governo do Estado e pelo Ministério das Relações Exteriores.

Conforme noticiou o jornal *Correio Paulistano* naquela terça-feira, Severino Sombra chegou em São Paulo no dia 24 de março de 1936 para participar do congresso, acompanhado do almirante Alberto Frederico da Rocha e do doutor Manuel Cícero Peregrino, enviado especial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro¹⁶.

Naquela oportunidade, apresentou para a comunidade numismática nacional – reunida em peso no certame inédito – a pesquisa que vinha desenvolvendo há anos: História Monetária do Brasil Colonial. Apresentou também um parecer sobre a tese “A Primeira Casa da Moeda no Brasil”, divulgada no congresso pelo historiador Afonso d'Escragno Taunay, então diretor da *Revista Numismática*.

Nesse parecer, Sombra concordava baseado em farta

documentação da Coroa portuguesa, com a hipótese apresentada por Taunay de que a primeira casa cunhadora de moedas do Brasil foi a de São Paulo, fundada antes mesmo da Casa da Moeda de Salvador (1694). Tanto o trabalho original quanto o parecer foram publicados nos anais do congresso, cujo primeiro volume saiu em 1937. Hoje as edições originais desses anais são consideradas uma raridade bibliográfica. O parecer também foi publicado na *Revista Numária* (Ano I, nº 3) da Sociedade Numismática Cearense.

Fig. 2 - Selo postal comemorativo com valor facial de 300 réis, alusivo ao 1º Congresso de Numismática Brasileira (1936). No centro do selo encontra-se um “balancim”, tipo de prensa utilizada na cunhagem de moedas.



Fonte: casadocolecionador.com.br.



A pesquisa já citada anteriormente seria publicada como livro em 1938, em edição revista e aumentada, com o título de *História Monetária do Brasil Colonial: Repertório Cronológico com Introdução, Notas e Carta monetária*. Nas palavras do próprio autor,

o Plano deste trabalho compreendia 4 partes: uma Introdução sobre as relações entre a Numismática e a História e Economia Monetárias; um Repertório Cronológico relativo á nossa História Monetária no período colonial; Notas, desenvolvendo e apreciando os fatos mais importantes; e uma Carta Monetária do Brasil Colonial, onde estivessem localizados os estabelecimentos monetários [sic]¹⁷.

O livro é iniciado com uma epígrafe de autoria de Alexandre Herculano, historiador lusitano do século XIX: "Sem o auxilio da numária, as condições econômicas, ao mesmo tempo

complexas e rudimentares, dessas sociedades em vias de formação, mal se podem compreender e ainda mais dificilmente expor¹⁸".

Na introdução, o autor busca diferenciar a numismática da história monetária, esta mais voltada à análise econômica do dinheiro, aquela mais voltada à análise histórica. Afirma que os estudos numismáticos surgiram propriamente no período do Renascimento, mas que só a partir de Joseph Hilarius Eckhel (1737-1798) que este novo ramo dos conhecimentos humanos adquiriu verdadeira personalidade. Em continuação, trabalha com os conceitos de José Leite de Vasconcelos (1858-1941), quiçá o maior numismata português de todos os tempos. É de se notar que os numismatas brasileiros daquela época apoiavam-se nas obras dos numismatas portugueses, tendo em vista que a bibliografia brasileira sobre o assunto ainda era muito escassa. O próprio Severino Sombra endereçou esse



assunto, ainda na introdução em comento. Referindo-se ao setor da numismática, disse que

este não poderá ser estudado sem os documentos que amarelecem nos arquivos portugueses. Até que surja um émulo de D. Pedro II, deveremos nos contentar com o pouco existente em nossos arquivos, na Biblioteca Nacional e no Instituto Histórico[sic]¹⁹.

O restante da obra percorre o seguinte formato: uma folha de rosto indica o reinado a ser estudado; adiante vem um repertório contendo menções a toda legislação daquele respectivo reinado em relação a autorização, produção e circulação monetária na colônia; logo em seguida são descritos o metal, a denominação e o valor de face de cada uma das moedas cunhadas; no final, tem-se as notas informativas contendo todo tipo de informações relevantes sobre os aspectos anteriormente mencionados. A pesquisa monumental cobre em

mais de trezentas páginas todos os reinados portugueses de Dom Manoel I (25 de outubro de 1495 a 13 de dezembro de 1521) até Dom João VI (15 de julho de 1799 a 7 de setembro de 1822).

Por fim, no desfecho da obra se encontra a minuciosa Carta Monetária, anunciada pelo autor no título do livro e baseada na “Carta geográfica de projecção espherica orthogonal da Nova Lusitania ou America Portuguesa, e Estado do Brazil [sic]”, produzida por Antônio Pires da Silva Pontes Leme em 1798. Trata-se de um mapa contendo a localização de todas as casas de moeda (incluindo as casas de moeda falsa), casas de fundição e oficinas monetárias que existiriam no Brasil Colônia, incluindo as datas de criação, extinção e restabelecimento, em alguns casos. Mesmo atualmente, esse documento cartográfico permanece relevante para o estudo das casas cunhadoras na história monetária brasileira.



Fig. 3 – Trecho da Carta Monetária desenvolvida por Severino Sombra constante no livro *História Monetária do Brasil Colonial: Repertório Cronológico com Introdução, Notas e Carta monetária* (1938).



Fonte: Sombra, 1938.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto esteve no exílio em Portugal, o então tenente Severino Sombra poderia ter-se dedicado exclusivamente à articulação de suas investidas políticas para quando retornasse ao Brasil. Afinal de contas, estava longe do país por ter se associado ao movimento armado

em São Paulo, movimento esse contrário ao mandatário que se encontrava no poder central. Não podemos nos entregar a exercícios de especulação, mas podemos relembrar o que Sombra fez, de fato, durante sua permanência forçada em terras lusitanas: iniciou uma pesquisa sobre numismática e história monetária que só lhe renderia frutos anos mais tarde.

De volta ao Brasil, paralelamente à carreira militar e à atuação política, envolveu-se com o relevante projeto dos numismatas reunidos em torno da Sociedade Numismática Brasileira, de preservação da memória nacional através da numária. Fundada em janeiro de 1924, essa foi a primeira associação civil do país a reunir colecionadores e entusiastas da história do metal amoeado, do papel-moeda e das condecorações brasileiras do passado e do presente.

Nos anos que se seguiram, publicou textos e artigos, participou do congresso pioneiro



e publicou sua grande obra sobre o tema, *História Monetária do Brasil Colonial: Repertório Cronológico com Introdução, Notas e Carta monetária*, oriunda da pesquisa empreendida durante o ano completo no qual permaneceu exilado em Lisboa. O livro, muito elogiado por seus pares na época, tem como mérito principal o fato de possuir um levantamento sobre toda a legislação relativa à circulação monetária no período colonial: Alvarás, avisos, cartas régias, circulares, decretos, instruções e ordenações.

O numismata cearense viveu 92 anos. Talvez o contato com outras fontes historiográficas, as quais não tivemos acesso, possam revelar como se deu a sua relação com a numismática nas décadas que se seguiram. Por agora, o que consta descrito neste trabalho pode ser considerada a contribuição definitiva do general Sombra para a Numismática Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. *A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro: 1937-1942*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Biografia - Severino Sombra*. 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/130687/biografia>. Acesso em 25 jul. 2024.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Severino Sombra. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/a-cervo/dicionarios/verbete-biografico/severino-sombra-de-albuquerque>. Acesso em 1 ago. 2024.

LOPES, Raimundo Hélio. *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*.



2014. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/57d7b26f-6881-4b22-8cf9-012dedef8fc7>. Acesso em 1 ago. 2024.

MELLO, Willian (org.). *Legionários, "galinhas-verdes" e a política no Ceará (1929 -1940)*. Fortaleza: EdUECE, 2016.

PARENTE, Eduardo Oliveira. *A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a legião cearense do trabalho (1931-1937)*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

PRIMEIRO Congresso de Numismática Brasileira: Sua instalação hoje, no Theatro Municipal. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano LXXXII, 24 mar. 1936. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pagfis=11680. Acesso em 2 ago. 2024.

SILVA, Emília Carnevali da. *O homem no espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino Sombra (1931 - 1937)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA. *Nossa história*. 2024. Disponível em: <https://snb.org.br/sobre-a-snb/nossa-historia/>. Acesso em 3 ago. 2024.

SOMBRA, Severino. *História Monetária do Brasil Colonial: Repertório cronológico, com introdução, notas e carta monetária*. 2.^a ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, 1938.

VASCONCELOS, José Leite de. Objecto da Numismática. *O Archeólogo Português*, v. 1, p. 305-310, 1895. Disponível em: <https://www.museunacionalarq.ueologia.gov.pt/?p=12060>. Acesso em 28 jul. 2024.



NOTAS

¹ A biografia de Severino Sombra no site da Câmara dos Deputados lista todas as atividades profissionais e cargos públicos por ele exercidos: “Chefe de Polícia; Fundador, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; Fundador, Universidade Severino Sombra - USS, Vassouras, RJ; Presidente, Conferência Vicentina de São Maurício; Pró-Reitor Administrativo e Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, Universidade Severino Sombra - USS; Secretário de Estado, Secretaria Estadual de Segurança Pública; Fundador, Jornal Folha dos Novos, 1929; General-de-Brigada, Exército Brasileiro, 1929 - 1957; Funcionário, Gabinete do Ministro do Trabalho, 1932 - 1934; Professor de Sociologia, Escola de Estado-Maior do Exército, Escola Militar, 1934; Redator-Chefe, Revista Militar Brasileira, 1936; Servidor, Estado-Maior do Exército, 5ª Seção, Geografia e História, 1936; Primeiro-Secretário, Biblioteca do Exército, 1937; Chefe, Serviço Secreto do Exército na 3ª Região Militar, RS, 1941; Dirigente, Edição Brasileira da Military Review, 1944; Integrante, Comissão Militar Mista Brasil-EUA, 1944; Diretor-executivo, Comissão de Abastecimento do Nordeste - CAN, 1950; Dirigente, Departamento de

Estudos e Planejamento da Coordenação Federal de Abastecimento e Preços - COFAP, 1950; Presidente, Conselho Técnico Consultivo - COFAP, 1950; Fundador, Faculdade de Ciências Sociais, RJ, 1951; Secretário de Estado, Secretaria Estadual de Segurança Pública, CE, 1955 - 1958; Fundador, Associação Cearense de Educação e Saúde, 1956; Fundador, Sociedade Brasileira Teilhard de Chardin, 1965; Presidente, Fundação Universitária Sul-Fluminense - FUSF, Vassouras, RJ, 1967; Professor Titular de Introdução às Ciências Sociais e de Antropologia Cultural, 1971; Fundador, Instituto de Pesquisa, Planejamento, Ensino e Cultura - IPEC, 1975; Professor Titular de Estudo de Problemas Brasileiros, 1975; Fundador, Centro Sul-Fluminense de Estudos Supletivos, 1976”.

² CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Severino Sombra. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severino-sombra-de-albuquerque>. Acesso em 1 ago. 2024.

³ SILVA, Emília Carnevali da. *O homem no espelho: reflexões sobre a dissidência integralista de Severino*



Sombra (1931 - 1937). 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

⁴ BERKOWICZ, Clarice Barros Araújo. *A Biblioteca Militar e a construção da identidade social do Exército brasileiro: 1937-1942*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

⁵ PARENTE, Eduardo Oliveira. *A construção dos direitos: trabalhadores, associações e a legião cearense do trabalho (1931-1937)*. 2020. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

⁶ MELLO, Willian (org.). *Legionários, "galinhas-verdes" e a política no Ceará (1929 -1940)*. Fortaleza: EdUECE, 2016.

⁷ MOURA, Eduardo Augusto Lebres. *Retrato de um Nacionalista: Uma biografia romanceada de Severino Sombra (2010); SOMBRA, Waldy. Severino Sombra: Perfil de um Pioneiro (2012)*.

⁸ VASCONCELOS, José Leite de. Objeto da Numismática. *O Archeólogo Português*, v. 1, p. 305-310, 1895. Disponível em:

<https://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=12060>. Acesso em 28 jul. 2024, p. 305.

⁹ SOMBRA, Severino. *História Monetária do Brasil Colonial: Repertório cronológico, com introdução, notas e carta monetária*. 2.ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, 1938, p. 13.

¹⁰ Sobre o tema, vide: LOPES, Raimundo Hélio. *Os batalhões provisórios: legitimação, mobilização e alistamento para uma guerra nacional (Ceará, 1932)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2009.

¹¹ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). Severino Sombra. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severino-sombra-de-albuquerque>. Acesso em 1 ago. 2024.

¹² LOPES, Raimundo Hélio. *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932*. 2014. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.



Disponível em:
<https://repositorio.fgv.br/items/57d7b26f-6881-4b22-8cf9-012dedef8fc7>.
Acesso em 1 ago. 2024, p. 256.

¹³ Ibid.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ SOCIEDADE NUMISMÁTICA BRASILEIRA. *Nossa história*. 2024. Disponível em:
<https://snb.org.br/sobre-a-snb/nossa-historia/>. Acesso em 3 ago. 2024.

¹⁶ PRIMEIRO Congresso de Numismática Brasileira: Sua instalação hoje, no Theatro Municipal. *Correio Paulistano*, São Paulo, ano LXXXII, 24 mar. 1936. Disponível em:
https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_08&pagfis=11680. Acesso em 2 ago. 2024, p. 15.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid, p. 13.

¹⁹ Ibid, p. 20.

A filatelia e a Segunda Guerra Mundial: Um olhar sobre a história através dos selos

Henrique Corrêa Lopes^a

Resumo: A filatelia, o estudo e a coleção de selos postais, é muito mais do que um simples passatempo ou distração, ela é uma janela para a história, para a cultura e para os eventos que moldaram o mundo. Dessa forma, os colecionadores buscam selos raros, envelopes de correio militar e documentos postais que contam a história de um dos maiores conflitos da história, a Segunda Guerra Mundial. Algumas coleções especializadas incluem selos de campos de prisioneiros, emissões clandestinas da resistência e correspondências censuradas. A busca por esses itens envolve muita pesquisa e dedicação, tornando o colecionismo um importante meio de preservação da memória histórica. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os selos postais se tornaram reflexos fascinantes desse período turbulento, carregando mensagens de propaganda, resistência, luta e esperança.

Palavras-chave: Colecionismo; Educação; Estudo e Pesquisa.

INTRODUÇÃO

A Segunda Guerra Mundial foi um dos maiores e mais devastadores conflitos da história da humanidade, ocorrendo entre 1939 e 1945. Envolveu as principais potências globais divididas em dois blocos: os Aliados, liderados por países como Estados Unidos, União Soviética, Reino

Unido e França; e o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão.

O conflito começou com a invasão da Polônia pela Alemanha nazista, liderada por Adolf Hitler, e rapidamente se espalhou por várias partes do mundo, incluindo Europa, Ásia, África e os oceanos Atlântico e Pacífico. A guerra resultou em milhões de mortes, incluindo civis e milita-

^a Historiador e professor, mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



res, além de atrocidades como o Holocausto, no qual cerca de seis milhões de judeus foram assassinados.

O fim da guerra trouxe profundas transformações políticas, sociais e econômicas, marcando o início da Guerra Fria, a criação das Nações Unidas e a reconstrução da Europa com iniciativas como o Plano Marshall.

O conflito teve raízes na insatisfação com os termos do Tratado de Versalhes (1919), que encerrou a Primeira Guerra Mundial. A Alemanha, sob o regime nazista de Adolf Hitler, buscava expandir seu território e recuperar sua influência global. A Itália fascista, liderada por Benito Mussolini, e o Japão militarista também tinham ambições expansionistas.

A guerra começou em 1º de setembro de 1939, quando a Alemanha invadiu a Polônia. Poucos dias depois, França e Reino Unido declararam guerra à Alemanha. Nos primeiros anos, as forças do Eixo conquistaram

vastos territórios na Europa, norte da África e Ásia.

Contudo, o ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, levou os Estados Unidos a entrar na guerra ao lado dos Aliados. Dentre as várias batalhas travadas durante a guerra destacam-se a Batalha de Stalingrado (1942–1943) que marcou o início do declínio alemão, enquanto a invasão aliada na Normandia (1944) acelerou a libertação da Europa Ocidental.

Em maio de 1945, a Alemanha se rendeu. O Japão capitulou em agosto, após os bombardeios com bombas atômicas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki lançados pelos Estados Unidos da América. Como consequências estima-se que entre 70 e 85 milhões de pessoas morreram, incluindo civis e militares durante a Segunda Guerra Mundial, muitos países enfrentaram destruição e crises econômicas após a guerra.

A guerra resultou na ascensão dos Estados Unidos e da Uni-



ção Soviética como superpotências e na polarização do mundo durante a Guerra Fria. Ainda, após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como principal objetivo promover a paz e a segurança internacional, em substituição à Liga das Nações, a qual não conseguiu evitar o confronto global.

As causas da Segunda Guerra Mundial foram complexas e multifacetadas, mas o nazismo desempenhou um papel central tanto como ideologia quanto como base para as ações políticas e militares da Alemanha.

O NAZISMO COMO IDEOLOGIA E MOVIMENTO POLÍTICO

O Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, mais conhecido como Partido Nazista, surgiu na Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial, em meio a uma crise econômica, social e política. Nesse contexto estava a crise do Tra-

tado de Versalhes (1919), que impôs duras condições à Alemanha, incluindo perda territorial, desarmamento, reparações financeiras e a responsabilidade pela guerra, gerando a insatisfação e um sentimento de humilhação nacional entre os alemães, que foi explorado pelo Partido Nazista.

Agravado ainda pela hiperinflação nos anos 1920 e pela Grande Depressão de 1929, milhões de alemães ficaram desempregados e desesperados, tornando-os receptivos a promessas radicais de reconstrução nacional e pela desconfiança na democracia, pois a República de Weimar (1919–1933) era vista como fraca e incapaz de enfrentar os problemas da Alemanha, o que abriu caminho para movimentos autoritários como o nazismo.

O nazismo era uma ideologia autoritária, ultranacionalista e racista. Seus pilares incluíam a superioridade racial, ou seja, a crença na superioridade da raça ariana e no antissemitismo radical levou à perseguição de ju-



deus, ciganos, homossexuais, comunistas e outros grupos considerados indesejados.

Hitler e os nazistas defendiam um regime autoritário como alternativa ao comunismo soviético e à democracia liberal, que consideravam decadentes, alimentando assim a ideia de que a Alemanha precisava expandir suas fronteiras para o leste, especialmente em territórios habitados por povos eslavos, considerados inferiores e pelo ressentimento alemão em relação ao Tratado de Versalhes, prometendo restaurar o poder militar e a glória nacional.

Adolf Hitler, como Führer (líder), era venerado como líder supremo, cuja vontade era vista como expressão direta do "espírito do povo alemão", desta forma o governo do Führer¹ se utilizou como exemplo da filatelia para ampliar a veiculação de sua propaganda político-ideológica, quando as instituições estatais se voltaram para os motivos característicos do discurso oficial do regime totalitário nazista, contri-

buindo para a legitimação do poder nas mãos dos nacional-socialistas.

Quando os nazistas chegaram ao poder em 1933, liderados por Hitler, a Alemanha foi transformada em um estado totalitário. Após o incêndio do Reichstag (1933), Hitler usou a crise para implementar a Lei de Plenos Poderes, que lhe concedeu autoridade ditatorial.

As instituições democráticas da República de Weimar foram abolidas ou subordinadas ao controle nazista. O regime utilizou propaganda massiva, liderada por Joseph Goebbels, para disseminar sua ideologia e consolidar o apoio popular.

Os selos começaram a ser utilizados como forma de transmitir a mensagem político-ideológica do partido que, por meio deles, chegava a todos os segmentos do povo alemão na Alemanha e no estrangeiro e os convocava a se unirem em torno de uma *Deutschtum* (Germanidade) e do amor à nação¹.



As organizações juvenis, como a Juventude Hitlerista, foram criadas para doutrinar as novas gerações, os partidos de oposição, sindicatos e grupos dissidentes foram banidos e a polícia secreta (Gestapo) e os campos de concentração foram usados para perseguir opositores políticos e "indesejados".

O nazismo, como ideologia e forma de governo, foi uma força central na eclosão da Segunda Guerra Mundial. Ele combinou ressentimentos históricos, radicalismo ideológico e ambições expansionistas para transformar a Alemanha em uma potência agressiva. Seu impacto foi catastrófico, levando à guerra mais devastadora da história e a um legado de atrocidades, como o Holocausto, cujas consequências moldaram o mundo moderno.

As guerras sempre deixam marcas indeléveis sobre a História, perturbando o curso normal da vida dos povos e alterando profundamente as relações entre as Nações, ou pondo em causa a sua coexis-

tência. Não nos surpreende assim que muitos desses acontecimentos tenham deixado marcas impressas sobre os selos emitidos durante esse período, acompanhando e documentando as grandes alterações a que a guerra obrigou².

CONHECENDO A FILATELIA

A filatelia é a prática de colecionar e estudar selos³ postais e itens relacionados, como envelopes, carimbos e cartões-postais. Mais do que um passatempo, a filatelia é considerada uma forma de arte e uma ferramenta para explorar a história, a cultura e a geopolítica.

Os selos postais foram introduzidos no século XIX como uma maneira de facilitar a comunicação, e logo se tornaram objetos de coleção devido à variedade de seus designs, temas e significados. Os filatelistas podem se concentrar em diferentes coleções e aspectos, como selos de um país específico, temáticas



(flora, fauna, eventos históricos) ou períodos históricos, como no caso deste artigo a Segunda Guerra Mundial.

Além disso, a filatelia desempenha um papel educacional, ajudando a preservar a memória histórica e cultural de diferentes épocas e lugares. Museus, exposições e clubes filatélicos em todo o mundo promovem o intercâmbio de conhecimentos e a apreciação dessa atividade.

O colecionismo é uma prática que envolve a busca, aquisição, organização e preservação de itens de interesse pessoal ou histórico. Pode abranger uma ampla variedade de objetos, como moedas, selos, livros, brinquedos, artefatos históricos, entre outros. Para muitos, o colecionismo vai além de um passatempo, tornando-se uma forma de conectar-se com a história, a arte e a cultura.

Os colecionadores frequentemente valorizam não apenas os itens em si, mas também as histórias e contextos associados a eles. Cada peça de uma coleção

pode contar uma narrativa única, refletindo o período em que foi criada, a habilidade de seus artesãos ou eventos históricos importantes.

Além disso, o colecionismo promove a preservação cultural, garantindo que objetos de valor histórico ou sentimental sejam mantidos para futuras gerações. Museus e instituições culturais muitas vezes dependem de colecionadores para enriquecer suas exposições e educar o público.

Seja por paixão, investimento ou curiosidade, o colecionismo cria uma ponte entre o passado e o presente, permitindo que os indivíduos explorem suas próprias identidades e interesses por meio dos itens que escolhem colecionar.

O gosto de coleccionar, pode ser realizado no silêncio das noites de inverno, como uma certa forma de evasão ao cotidiano, como um exercício pedagógico, enfim, a partir de múltiplas motivações. Mas as relações com o “mundo exterior” são imprescindíveis. Excluindo alguns casos típicos,



em que a coleção funciona como uma compensação, o colecionador é por princípio um homem gregário, que gosta sobretudo de exibir a sua obra. Por outras palavras, o colecionador coleciona para os outros⁴.

SELOS COMO FERRAMENTAS DE PROPAGANDA

Em tempos de guerra, a comunicação é crucial, e os selos postais foram amplamente utilizados como ferramentas de propaganda. Os países envolvidos no conflito criaram selos que exaltavam seus líderes, promoviam o esforço de guerra e incentivavam o patriotismo.

Por exemplo, a Alemanha nazista emitiu selos com a imagem de Adolf Hitler e símbolos do Terceiro Reich, reforçando a ideologia do regime.

Exemplos de selos de propaganda selos emitidos pela Alemanha nazista, destacam-se:

- Selo roxo de 60 Pfennig (figura 1): Apresenta uma águia com o brasão nazista, representando o controle sobre as regiões ocupadas, como Boêmia e Morávia (Čechy a Morava), que estão mencionadas no selo. Este é um exemplo de como o regime usava a simbologia para marcar sua ocupação territorial.

Fig. 1 – Selo Deutsches Reich



Fonte: Acervo do autor

- Selo verde de 3 K (figura 2): Mostra o perfil de Adolf Hitler, destacando a glorificação do líder nazista como parte da propaganda estatal. O uso de sua imagem em selos postais era uma



maneira de reforçar sua autoridade e presença em todos os aspectos da vida cotidiana.

Fig. 2 – Selo Deutsches Reich



Fonte: Acervo do autor

- Selo vermelho de 1.50 K (figura 3): Outro selo com o retrato de Hitler, desta vez em um tom mais sério e austero. Assim como o anterior, este selo foi emitido para os territórios ocupados da Boêmia e Morávia.

Fig. 3 – Selo Deutsches Reich



Fonte: Acervo do autor

Todos esses selos demonstram como a Alemanha utilizava a filatelia como ferramenta de dominação cultural e política, reforçando sua ideologia e controle sobre os territórios ocupados.

- Selo das Honduras Britânicas⁵, conhecida atualmente como Belize que em 1916, no auge da Primeira Guerra Mundial, foram lançados “Selos de Poupança de Guerra”, com a aplicação da sobrecarga “WAR” (figura 4), que trazia a efígie do rei George V.



Fig. 4 – Selo das Honduras Britânicas



Fonte: Acervo do autor

SELOS DA RESISTÊNCIA E OCUPAÇÃO

Nos territórios ocupados, os selos postais assumiram um significado especial. Muitas vezes, os países ocupados tiveram seus sistemas postais controlados pelos invasores, e selos com novos *designs* foram emitidos para marcar a ocupação.

Ao mesmo tempo, movimentos de resistência usaram selos para expressar oposição. Selos clandestinos e carimbos falsifi-

cados foram criados para desafiar as forças ocupantes. Esses itens não apenas tinham um papel funcional, mas também se tornaram símbolos poderosos da luta por liberdade.

TEMÁTICAS COMEMORATIVAS PÓS-GUERRA

Após a guerra, muitos países emitiram selos para celebrar a vitória, homenagear os heróis e lembrar as vítimas. Esses selos capturam a memória coletiva do conflito e servem como lembretes de suas lições. Entre os exemplos mais marcantes estão os selos emitidos pelos Estados Unidos e pela União Soviética comemorando o Dia da Vitória em 1945.

Além disso, selos dedicados ao Holocausto, como os emitidos por Israel, mantêm viva a memória das atrocidades, garantindo que as futuras gerações nunca esqueçam os horrores da guerra.



SELOS BRASILEIROS RELACIONADOS À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O Brasil, embora tenha se envolvido de maneira tardia no conflito, também emitiu selos relacionados à Segunda Guerra Mundial. Esses selos frequentemente celebram os feitos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a participação do país ao lado dos Aliados.

- Selo da Vitória Aliada: Lançado em celebração ao fim da guerra, ele simboliza a paz e a união entre os povos após anos de conflito.

- Selo comemorativo da FEB (figura 5) (RHM⁶ C-207⁷): Emitido para homenagear os soldados brasileiros que lutaram na Itália, esse selo destaca a bravura e a contribuição do Brasil na luta contra o Eixo.

Fig. 5 – Selo comemorativo FEB



Fonte: Acervo do autor

- Selo do Dia do Soldado: Embora emitido regularmente, as edições durante e após a guerra frequentemente faziam alusão aos esforços militares brasileiros no exterior.

- Selo em homenagem a Força Aérea Brasileira⁸ (figura 6) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, lançado em 18 de junho de 1949.



Fig. 6 – selo comemorativo Senta a Púa



Fonte: acervo do autor

Esses selos representam o papel do Brasil no cenário internacional durante a guerra e oferecem uma perspectiva única para os filatelistas interessados na história do país nesse contexto.

O VALOR HISTÓRICO E EDUCACIONAL

Para os filatelistas, os selos da Segunda Guerra Mundial oferecem uma oportunidade única de explorar a história de forma tangível. Cada selo carrega consigo histórias de coragem, sofrimento e superação, proporcionando insights sobre o período.

Não nos surpreende assim que muitos desses acontecimentos tenham deixado marcas impressas sobre os selos emitidos durante esse período⁹, acompanhando e documentando as grandes alterações a que a guerra obrigou.

Além disso, o estudo desses selos pode ensinar sobre geopolítica, propaganda, economia de guerra e as mudanças sociais que ocorreram durante e após o conflito. Museus e exposições de filatelia frequentemente destacam coleções relacionadas à guerra, permitindo que o público explore essa conexão entre selos e história.

Documento histórico, símbolo de regimes políticos e suas transformações, documento da evolução psicossocial das várias comunidades, documento e marca da evolução tecnológica, etc¹⁰. Tal significado, portanto, que havemos de admitir que o selo postal assume importância variável, de acordo com o grau da sua documentalidade, o que equivale



a dizer que poderemos dividi-lo ou classificá-lo, por graus de importância histórica.

CONCLUSÃO

A filatelia da Segunda Guerra Mundial é um campo rico e fascinante que conecta o passado ao presente. Os selos emitidos durante esse período não são apenas peças de coleção, mas documentos históricos que preservam a narrativa de um dos momentos mais impactantes da humanidade.

Para os entusiastas da filatelia e da história, explorar esses pequenos pedaços de papel é uma maneira poderosa de compreender os eventos que moldaram o século XX.

BIBLIOGRAFIA

CORREIOS. Educação e Cultura. Filatelia. Disponível em: <https://www.correios.com.br/educacao-e->

cultura/filatelia/filatelia. Acesso em 13 dez. 2024.

FERREIRA, Luis Eugênio. Um certo olhar pela filatelia. Biblioteca Electrónica de Filatelia. Rio de Janeiro: Edições Húmus Ltda. 2006.

JÚNIOR, Luiz Gonzaga Amaral. Os selos nos levam ao longe: uma viagem pelo mundo contando a História da Filatelia. 2023. Disponível em: <https://www.oselo.com.br/publicacao/os-selos-nos-levam-ao-longo-uma-viagem-pelo-mundo-countando-a-historia-da-filatelia-belize>. Acesso em 12 dez. 2024.

MOLINA, Cristian Guimarães. Catálogo brasileiro de filatelia temática: Esportes, segurança e defesa de 1843 a 2022. v.4. Fortaleza: Ed. do autor, 2022.

SILVA, Marco Antônio Navarro. Os selos do Reich: a filatelia como forma de difusão política nacional-socialista (1933-1945). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2014.



NOTAS

¹ SILVA, Marco Antônio Navarro da. *Os selos do Reich: a filatelia como forma de difusão da cultura político nacional-socialista (1933-1945)*. Dissertação de mestrado. 2014, p.76.

² FERREIRA, Luis Eugénio. *Um certo olhar pela filatelia*. Biblioteca Electrónica de Filatelia. Ribeirão: Edições Húmus Ltda. 2006, p. 20.

³ O termo “Filatelia” é etimologicamente formado das palavras gregas φίλος (amigo, amador) e ἀτέλῃς (franco, livre de qualquer encargo ou imposto), podendo ser literalmente definido como o “amigo do selo”. CORREIOS. Disponível em: <https://www.correios.com.br/educacao-e-cultura/filatelia/arquivos/historia-da-filatelia>. Acesso em 13 dez. 2024.

⁴ FERREIRA, op.cit., p. 35.

⁵ A presença inglesa foi aumentando com o passar do tempo. Em 1783, com o Tratado de Versalhes, o território passou a ser conhecido como “Honduras Britânica”, sendo declarado oficialmente como colônia britânica a partir de 1862. Ver em JÚNIOR, 2023. Disponível em: <https://www.oselo.com.br/publicacao/os-selos-nos-levam-ao-longe-uma-viagem-pelo-mundo-contando-a-historia-da-filatelia-belize/>. Acesso em 12 dez. 2024.

⁶ As referências RHM são as mesmas do *Catálogo de Selos do Brasil*, da Editora RHM Ltda, sendo reconhecidas como padrão no mercado filatélico nacional e internacional.

⁷ As letras utilizadas nas referências RHM indicam o tipo de emissão postal, por exemplo, os selos para Correio Aéreo recebem a letra A, enquanto os selos Comemorativos recebem a letra C. Os números após a letra indicam a ordem cronológica da emissão postal, por exemplo, o primeiro selo comemorativo brasileiro, emitido em 1900, é referenciado como [RHM C-1 / 1900]. Selos regulares não recebem letra antes do número, assim, o primeiro selo brasileiro, o Olho de Boi de 30 réis, emitido em 1843, aparece como [RHM 1 / 1843].

⁸ Catálogo RHM C- 246.

⁹ FERREIRA, op.cit., p.20.

¹⁰ Ibid., p. 63.

As Forças Armadas e a estratégia de desenvolvimento da Era Vargas

Felipe Maruf Quintas^a

Resumo: O artigo analisa o papel das Forças Armadas brasileiras no processo de centralização política e econômica ocorrido durante a Era Vargas, a partir da Revolução de 1930. O movimento revolucionário rompeu com o federalismo oligárquico da Primeira República, transferindo o poder das elites regionais para o Executivo federal. Nesse contexto, os militares, especialmente os tenentes, tornaram-se agentes centrais na reorganização do Estado, contribuindo para a consolidação de um projeto desenvolvimentista de caráter nacionalista e autoritário. O estudo destaca como o protagonismo militar foi fundamental para a construção de um novo arranjo institucional voltado à modernização econômica e à centralização do poder no período.

Palavras-chave: Era Vargas; Forças Armadas; Desenvolvimentismo.

A Revolução de 1930 pôs fim à Primeira República e deu início à Era Vargas. Uma das suas principais características foi a transferência de poder das oligarquias civis regionais para o Executivo federal. A centralização política fortaleceu o militarismo como fator de organização do poder nacional. Os “tenentes” sustentaram a posse de Getúlio

Vargas, e, assim, realizaram seu plano, há muito acalentado, de substituir o federalismo oligárquico da chamada “política do café-com-leite” por um arranjo nacional de poder com protagonismo militar.

O processo de modernização encetado pela República não mais cabia nos paradigmas políticos e econômicos liberal-

^a Doutor em Ciência Política.



oligárquicos prevalecentes durante a vigência do chamado Pacto do café-com-leite. A instabilidade política e social no decorrer da década de 1920 expressava a incompatibilidade entre a emergência das forças urbano-industriais, tanto de elite quanto populares, e a hegemonia institucional de oligarquias asentadas em arranjos coronelistas.

Coube às Forças Armadas, sobretudo aos jovens oficiais, os “tenentes”, organizar as primeiras contestações a partir de uma visão reformista e tecnocrática conciliar os benefícios do progresso – industrialismo, desenvolvimentismo, bem-estar social – com os imperativos da ordem – integração nacional, contenção da subversão, regulação do capital e do trabalho. A preeminência carismática de Getúlio Vargas, no bojo do programa nacionalista, desenvolvimentista e sindicalista da Aliança Liberal, aplicado a partir da Revolução de 1930, aglutinou as forças contestatórias à Primeira República e cons-

tituiu o vetor de alavancagem do setor militar ao primeiro plano da política nacional.

Para construir o Estado nacional, Vargas procurou desencilhá-lo da submissão a interesses antinacionais internos e externos e dotá-lo da racionalidade e da capacidade de planejamento necessárias a empreender tarefas construtivas da nacionalidade. Em particular, ganhou primazia a questão do trabalho, tanto pelo lado da amplificação da geração de riquezas através do industrialismo quanto pelo da proteção e da organização sociais das classes assalariadas por meio da legislação trabalhista e do aparato sindical e previdenciário.

Porém, a questão do trabalho não era lida, por Vargas e seu governo, pelo prisma marxista da luta de classes, mas pelo prisma nacionalista, de inspiração sansimoniana¹, da harmonização pública das classes produtoras, fossem elas empresariais ou laborais, a partir de instituições fomentadoras de solidarie-



dade social. Patrões e empregados cumpririam funções distintas e interdependentes no arcabouço da economia nacional, a qual, por ser fator de construção da Nação, deveria ser regulada e coordenada – não dirigida ou controlada – pelo Estado, organização política da nacionalidade. A nacionalização da economia e a nacionalização da política foram correlatas, e as Forças Armadas cumpriram importante papel unificador e integrador das instâncias decisórias do novo regime².

A nacionalização da política e da economia e o início da construção do Poder Nacional não se deram sem conflitos. Ao longo da década de 1930, o Governo Federal, sempre apoiado por frações majoritárias do Exército, construiu robusta política de segurança nacional para cercar as forças oligárquicas e/ou anti-nacionais que se aproveitavam da precocidade do arranjo nacionalista de poder erigido com a Revolução de 1930 para disputar o controle do país e submetê-lo

a seus interesses. As sedições de 1932, 1935 e 1938, todas elas puxadas por grupos conscientemente a serviço de poderes externos – os liberais oligarcas ligados aos interesses do capital britânico, os comunistas vinculados à União Soviética e os integralistas atrelados ao nazifascismo europeu, respectivamente – representaram tentativas de cindir o Brasil a fim de reparti-lo entre poderes transnacionais.

A militarização do Estado, fazendo das Forças Armadas principal veículo e sustentáculo de poder em substituição às oligarquias civis expurgadas em 1930, contribuiu para proporcionar sentido de unidade, disciplina e orientação eminentemente nacionais. Governando sem partidos de 1930 a 1945, Vargas dependeu da força militar para conduzir seu governo e o tocou de maneira a corresponder às aspirações nacionalistas cultivadas pelos militares desde, pelo menos, a Guerra do Paraguai, quando a caserna demons-



trou seu valor para a manutenção da integridade territorial brasileira. Como afirmou o historiador José Murilo de Carvalho,

ao chegar ao governo em 1930 no vácuo de poder aberto pela crise oligárquica, Vargas incentivou a transformação das Forças Armadas em ator político. Mais ainda: fez delas um dos pilares de sua sustentação, um contrapeso às forças oligárquicas. O auge do entendimento, a lua-de-mel, deu-se durante o Estado Novo (1937-1945) quando houve total coincidência dos interesses do presidente e da corporação militar. Nos últimos anos do Estado Novo, no entanto, começou o processo de divórcio que caracterizou a terceira fase (1945-1964).³

Nas condições do Brasil, as Forças Armadas, tal como entendia Vargas, não seria apenas um instrumento de defesa pátria, mas instituição precípua da construção do País. Vargas propunha explicitamente a militarização da vida nacional, para aglutinar a

totalidade da Nação em torno de um sentido estratégico e cívico-patriótico, sem o qual não seria possível atribuir caráter nacional às relações econômicas e territoriais. Vargas diferenciava os países “de velha civilização”, cuja maturidade histórica e socioeconômica permitiria restringir as funções militares à Defesa nacional, do Brasil, cuja incompletude e fragilidade faziam urgente o protagonismo castrense na consecução das tarefas de desenvolvimento e integração, já que delas dependeria a criação dos meios físicos e materiais indispensáveis à defesa do país. Assim expõe Vargas, em discurso de 6 de agosto de 1941:

Nos países de velha civilização, completamente desbravados e cultivados, a missão das Forças Armadas se limita às tarefas imediatas de assegurar a ordem interna e garantir a integridade territorial. Os exércitos vivem quase à margem da vida civil, consagrados à preparação para as emergências de guerra e ao estudo dos temas de luta



contra o invasor provável ou o inimigo possível. Entre nós, povo de formação recente, de baixa densidade demográfica em relação ao território extenso e inexplorado, cabem às forças militares tarefas mais amplas e multiformes. Elas não são, apenas, os estímulos da defesa do solo pátrio; agem, também, como pioneiras no desbravamento e ocupação da terra, ligadas a todas as atividades construtivas, auxiliando o desenvolvimento do país nos setores industriais, nas comunicações, nos transportes, nas pesquisas das riquezas naturais e seu aproveitamento⁴.

A imbricação das esferas civis e militares conferiria às Forças Armadas a liderança institucional do desenvolvimento nacional, colocando-o a serviço da preservação da ordem social, assim como função pedagógica, de adequação do corpo demográfico aos valores patrióticos dos quais elas seriam as guardiãs. Tal concepção antecipava, em aspectos essenciais, os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, calcada no binômio

segurança/desenvolvimento como atribuição nacional da liderança castrense.

Como afirmou Vargas, em discurso de 29 de abril de 1937,

Num país de economia em organização, com abundantes fontes de riqueza por explorar, dono de vasto território ainda não articulado por vias de comunicação que lhe venham dar perfeita homogeneidade social e econômica, e na fase culminante do seu caldeamento étnico, a função das corporações militares sobrepõe a de quaisquer outras, em importância e complexidade. Além da vigilância e garantia que oferecem, são entidades educadoras em contato direto com as populações, às quais dão exemplo e estímulo de amor à Pátria e respeito às instituições. Por isso mesmo, arcam com responsabilidades graves e pesadas, como sejam as de colocar-se, a qualquer momento, contra as forças desintegradoras disfarçadas à sombra de falsas reivindicações ou mal dissimuladas em suscetibilidades regionalistas, fonte de exploração preferida para as ambições de grupos, ge-



ralmente contrapostos aos legítimos interesses nacionais⁵.

Ele não distorcia a realidade ao afirmar categoricamente, em seu último discurso no Senado, em 3 de julho de 1947, que “a preocupação máxima de meu Governo foi a Defesa nacional”. Não poderia ser de outro modo, pois o reaparelhamento militar constituiu objetivo central de Vargas, sempre presente nos

O peso orçamentário e os efetivos das Forças Armadas também foram acentuadamente redimensionados na Era Vargas, antes mesmo do estalar da Segunda Guerra, como demonstram os quadros abaixo.

Durante o conflito mundial, no qual o Brasil participou enviando à Europa a Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada em 9 de agosto de 1943 para combater na Europa contra o nazifas-

Quadro 1 - Efetivos do Exército Brasileiro, 1930-1944

	ANOS					
Efetivos	1930	1932	1934	1936	1940	1944
Oficiais	4.185	5.037	6.103	6.585	6.429	10.087
Praças	43.812	57.358	74.079	74.284	-	161.213
Total	47.997	62.395	80.182	80.869	93.000	171.300

Fonte: CARVALHO, 2006, p. 87

seus discursos e ações.

A criação do Ministério da Aeronáutica⁶ foi um divisor de águas na história militar brasileira, criando uma terceira força armada que se mostraria fundamental desde então para o incremento da aviação e da proteção nacionais.

cismo, os dispêndios militares naturalmente foram incrementados. Em face de toda honra e virtude envolvendo a FEB, que impôs derrotas significativas ao totalitarismo e fez a “cobra fumar”, todo gasto seria pouco para homenagear os valentes pracinhas. Dentre as conquistas,



destaca-se o Brasil ter sido a única força aliada a capturar integralmente uma divisão alemã, incluindo seu comando – a 148^a.

Em seu segundo governo, uma das mais importantes decisões de Vargas no tocante à defesa nacional foi o aprovei-

tamento civil e militar do átomo, para fazer o Brasil ingressar na era termonuclear recém-inaugurada pelas potências mundiais. Vargas desejava situar o Brasil na fronteira tecnológica para realizar o sonho e a visão do Brasil Potência, de modo que pudéssemos participar

Quadro 2 - Gastos militares em % dos gastos ministeriais totais

Ano	Exército	Marinha	Aeronáutica	Total
1929	12,5	7,2	-	19,7
1930	12,3	7,3	-	19,6
1931	13,3	6,0	-	19,5
1932	25,0	6,4	-	31,4
1933	17,6	7,3	-	24,9
1934	19,6	7,6	-	27,2
1935	18,1	6,7	-	24,8
1936	17,6	6,7	-	24,3
1937	19,9	9,7	-	29,6
1938	19,2	11,2	-	30,4
1939	18,1	7,2	-	25,3
1940	19,0	7,8	-	26,8
1941	19,3	7,3	-	26,6
1942	23,5	7,5	5,5	36,5
1943	17,4	7,0	5,8	30,2
1944	18,4	7,2	6,5	32,1
1945	16,3	6,3	6,3	28,9

Fonte: CARVALHO, 2006, p. 89



soberanamente dos destinos mundiais em vez de sermos guiados heteronomamente por forças exógenas. Assim, não apenas se introduziu, no âmbito do CNPq, as primeiras pesquisas atômicas no Brasil, sob a coordenação do almirante Álvaro Alberto, como, ainda, se encomendou moderníssimas ultracentrífugas à República Federal da Alemanha, que permitiria ao Brasil desenvolver a bomba atômica. Ciente do risco que o nacionalismo varguista representava para a hegemonia estadunidense no continente americano, autoridades daquele país ordenaram aos serviços britânicos de segurança o embargo das ultracentrífugas na Alemanha Ocidental, ocupada pelas potências aliadas desde o término da Segunda Guerra Mundial⁷.

A estruturação militar na Era Vargas não serviu apenas aos combates em si, mas participou ativamente da industrialização. A industrialização é anterior à Era Vargas, mas ela atribuiu sentido estratégico e

social ao crescimento industrial. A instalação das indústrias de base, ponto prioritário de Vargas desde a campanha presidencial de 1930, serviu, entre outros aspectos, para equipar as forças militares e incrementar a defesa e a segurança nacionais. A criação das indústrias de base correspondeu, portanto, a um esforço de criação de um poderoso complexo industrial-militar, pois visava nacionalizar o suprimento dos insumos e matérias-primas necessárias ao armamento do país.

Não por coincidência, Getúlio nomeou militares para posições de proa na administração das novas empresas e organismos responsáveis pela industrialização nacional. A Comissão Executiva do Plano Siderúrgico, instituída em 1938 para articular a criação da Siderúrgica Nacional, foi entregue ao coronel Edmundo de Macedo Soares, futuro diretor-técnico da Companhia Siderúrgica Nacional, presidida, durante a sua construção, inicialmente pelo em-



presário Guilherme Guinle, defensor do nacionalismo econômico, e, depois, por outro militar, o general Sylvio Raulino de Oliveira. O Conselho Nacional do Petróleo, também instituído em 1938, foi atribuído ao general Júlio Caetano Horta Barbosa, que, inspirado no modelo argentino e uruguaio, se dedicou a erigir um parque nacional de refino como centro de uma estratégia de industrialização do petróleo.

O que viria a ganhar corpo com a criação da Petrobrás, em 1953, cujo primeiro presidente foi o coronel Juracy Magalhães, então presidente da Companhia Vale do Rio Doce, ainda que filiado à oposicionista União Democrática Nacional. À frente da criação da Fábrica Nacional de Motores, inicialmente voltada à fabricação de motores de aviação, estava o coronel Antonio Guedes Muniz. Em cada uma dessas instituições, a presença e o protagonismo militares fez com que a nascente industrialização brasi-

leira se desse sob a égide dos interesses estratégicos do Estado e se imbricasse com a defesa e a segurança nacionais, servindo a propósitos extra econômicos. Como afirmou Moniz Bandeira,

A industrialização do Brasil correspondia, no entanto, aos interesses das Forças Armadas. O projeto de exploração e refino do petróleo bem como o programa de construção, no país, dos primeiros reatores atômicos (usinas para a produção de urânio metálico e separação de isótopos) tinham, sobretudo, raízes bastante profundas nos meios militares, da mesma forma que, anteriormente, o esforço pela instalação do complexo siderúrgico de Volta Redonda, necessário ao desenvolvimento da indústria pesada. As Forças Armadas percebiam, desde pelo menos a década de 1930, a conveniência de reduzir as vulnerabilidades internas e externas do Brasil, mediante o aproveitamento dos seus próprios recursos naturais, tais como ferro, carvão, petróleo e, posteriormente, tório, urânio e ou-



tros minerais estratégicos, de modo a suprimir, tanto quanto possível, dependências de suprimentos estrangeiros e, possibilitando o progresso industrial e o avanço tecnológico, avigorar os meios de defesa e promover melhores condições de segurança nacional. A expansão industrial significava, para eles, o incremento do seu poderio militar, tático e estratégico, e, nessa medida, a percepção da segurança nacional contra ameaças internas e externas entrelaçava-se com a do desenvolvimento econômico, que ao Estado, naquelas circunstâncias, cabia impulsionar ou diretamente empreender. Essa consciência, racionalizada pelo general Góes Monteiro, transformou-se em doutrina, orientando, via de regra, o comportamento das Forças Armadas⁸.

Ao gestar o que posteriormente viria a ser desenvolvido pela Escola Superior de Guerra como Doutrina de Segurança Nacional, calcada no binômio interdependente desenvolvimento/segurança, pode-se dizer

que Vargas militarizou o processo de industrialização, por entender o sentido estratégico e cívico-militar do desenvolvimento nacional. Ao vincular as instituições desenvolvimentistas às Forças Armadas, instituição nacional e permanente por definição, Vargas deu às novas indústrias caráter nacional e permanente, acima das questões político-partidárias contingentes. Ele não queria que as instituições por ele criadas fossem vistas como sendo “do Getúlio”, mas do Brasil, para que pudessem ser continuadas e aprimoradas após seu governo e em circunstâncias políticas opostas a que ele estabelecia. Essa foi a marca do estadismo de Vargas: construir o Brasil tendo em vista não um projeto pessoal de poder, mas a eternidade e a permanência do Brasil, acima das lideranças e dos partidos.

A industrialização, eivada de natureza estratégica, foi, também, associada a um projeto de ocupação e desbravamento do interior brasileiro, com



finalidades tanto internas, de integração econômica e demográfica pela expansão do raio territorial de influência estatal e de localização das atividades produtivas, quanto externas, para projetar a influência brasileira na América do Sul com vista a fazer do Brasil a primeira potência regional, conforme preconizado por Mário Travassos, em sua influente obra *Projeção Continental do Brasil* (1930).

A Marcha para o Oeste, como Vargas denominou a “expansão demográfica e econômica dentro do próprio território, fazendo a conquista de si mesmo e a integração do Estado, tornando-o de dimensões tão vastas quanto o país”, reivindicou a continuidade da epopeia bandeirante de construção da continentalidade brasileira com o fito de dotar o desenvolvimento de uma escala verdadeiramente imperial, com todo o sentido de grandeza intrínseco ao Brasil e ao qual as instituições e dinâmicas internas deveriam se

referenciar. Inscrevia-se, pois, no planejamento militar de integração e defesa territoriais, buscando, pela direção pioneira do Estado, preencher de povo, de economia e, portanto, de história, os rincões vazios do Brasil, cuja falta de articulação com o restante do País tornava-os vulneráveis a ingerências externas e separatismos internos.

Vargas tinha consciência de que a continentalidade era o destino e a fonte de prosperidade do Brasil. Nas profundezas geográficas autóctones, estavam os fatores de realização da brasilidade, esperando a iniciativa dos brasileiros para se transformarem em pujança nacional. O Brasil brasileiro não se limitaria à extensão longitudinal litorânea, mas se embrenharia latitudinalmente, preenchendo de brasileiros e de atividades brasileiras a vastidão telúrica circunscrita nas fronteiras políticas. Por isso, Vargas, no discurso de encerramento de ano em 1937, afirmara que



O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial⁹.

No âmbito econômico da integração nacional, a Marcha ao Oeste, operada pela Fundação Brasil Central¹⁰, buscava a valorização dos “incalculáveis recursos materiais” do Brasil, objetivo nuclear da política econômica de Vargas, como admitido por ele em entrevista ao *Paris Soir*, publicado na capital francesa em 17 de julho de 1939 e no Rio de Janeiro dois dias depois.

A criação da cidade de Goiânia, em 1933, foi um dos projetos-piloto de interiorização demográfica e econômica do Brasil

no bojo da Marcha para o Oeste, antecipando e preparando terreno para a construção de Brasília, cujo perímetro já havia sido delimitado desde o início da década de 1890 pela Missão Cruls. O Plano Ferroviário de 1934, ao estabelecer uma estratégia de vertebração logística do território, colocava o imperativo de unificação física do Brasil para fins de integração econômica e demográfica, em última instância geopolítica. A criação dos Territórios Federais do Amapá, do Guaporé (atual Rondônia), do Iguaçu e de Rio Branco, pelo Decreto-Lei nº 5.812/1943, posicionava as Forças Armadas e, portanto, o Estado nas fronteiras desabitadas para melhor ocupá-las e desenvolvê-las, colocando o poder central como agente de integração e de defesa nacionais e os militares como agente estratégico de desenvolvimento do país.

Também com o intuito de estender a presença estatal a todo o território, Vargas fortale-



ceu e equipou as instituições de garantia da ordem e da segurança públicas, como as polícias civis e militares, subordinando as últimas ao controle central do Exército, de acordo com o espírito centralizador com o que logrou superar o federalismo disfuncional da República Velha.

A criação do Departamento Federal de Segurança Pública buscou uniformizar a política de segurança, impedindo que cada estado se tornasse uma república autônoma e utilizasse seu efetivo de polícias militares para afirmar seus interesses localistas frente à União. As polícias militares, devidamente controladas pelo Exército, transformado em instância superior de segurança pública, foram incrementadas com a criação, em 1933, do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e, em 1941, com a criação do Pelotão Motorizado, visando formar novas companhias e esquadrões motorizados, dotados dos mais modernos materiais e armamentos.

Também se estendeu aos policiais militares uma série de garantias trabalhistas voltadas à dignificação da profissão. De 1930 a 1941,

foi tornado o montepio extensivo a oficiais e sargentos; foram concedido vencimentos integrais nos casos de reforma por invalidez decorrente de determinadas moléstias ou de atos de serviço; foi estendido aos sargentos o direito ao gozo de férias; foi criado o auxílio alimentar para os possuidores de encargos de família e declarada a independência de reengajamento para as praças com tempo de serviço superior a 10 anos. Recentemente, foi criada a Seção de Gêneros, espécie de armazém reembolsável que permite a oficiais e praças vantajosos abastecimentos em gêneros de primeira necessidade¹¹.

A segurança pública se tornou, assim, questão nacional e estratégica, a serviço da integração do País. Bastante representativo foi o combate impla-



cábel movido por Vargas ao cangaço, poder armado paralelo que desafiava o Estado e semeava o terror na região Nordeste.

Os cangaceiros, apoiados por oligarcas locais, que os utilizavam como milicianos, e até mesmo pelos comunistas, que os viam como potenciais aliados na luta revolucionária, haviam crescido à sombra da fragilidade institucional e do abandono do Nordeste na República Velha, mas encontraram em Vargas seu mais obstinado inimigo. Não apenas seus principais representantes, como Lampião, Maria Bonita e Corisco, foram fisicamente eliminados, como a ação do Governo central no Nordeste se organizou para que o banditismo jamais voltasse a imperar. De fato, o cangaço deixou de existir como tal e se tornou mera simbologia cultural. Somente mais de meio século após, na década de 1990, já em pleno processo de demolição da Era Vargas, que se voltaria a ouvir falar em cangaço, o

que prova a eficiência de Vargas em garantir a segurança pública para construir a unidade nacional necessária à realização dos ideais civilizatórios da brasilidade.

A deposição de Vargas pelas Forças Armadas em 1945 não significou a ruptura absoluta do varguismo com os militares, ainda que tivesse ensejado o distanciamento hostil entre largos setores das Forças Armadas e do trabalhismo, movimento civil ao qual Vargas se filiou. A partir de então, as relações de Vargas com os militares se daria em relação a alas e vertentes, não propriamente com a instituição, como fora até então. Prova disso seria a polêmica eleição para a diretoria do Clube Militar em 1950, opondo, de um lado, os pró-Vargas Estillac Leal, Segadas Vianna e Zenóbio da Costa, e os anti-Vargas Juarez Távora, Cordeiro de Farias e Nelson de Mello.

A chapa vencedora, liderada pelo general Newton Estillac Leal, foi um forte ponto de



apoio institucional para o retorno democrático de Vargas ao poder no ano seguinte. Vargas, porém, não deixou de lidar institucionalmente com as Forças Armadas, como, por exemplo, ao os trabalhos da Escola Superior de Guerra. Isso apesar da severa oposição de grande parte da oficialidade, que culminaria no “manifesto dos coronéis” de 1954, o qual, exigindo a renúncia de Vargas, contribuiu para o processo de crise política do qual o suicídio seria o evento máximo.

Em síntese, pode-se considerar que a Era Vargas significou a incorporação das Forças Armadas ao núcleo dirigente do Estado, o que permitiu a ele se consolidar como Estado-nação e como agente planejador da economia e indutor do desenvolvimento. A partir de Vargas, os militares tornaram-se agente político definidor dos rumos históricos do país, pelo menos até a “civilização” do poder com a redemocratização de 1985.

A Era Vargas, assim, realizou o sentido cívico-militar que deu origem à República e o utilizou como fator propulsor do desenvolvimento e da integração nacionais.

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 2.961*, de 20 de janeiro de 1941.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.878*, de 4 de outubro de 1943.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Hucitec, 2018.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FUNAG, 2009.



SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Cpdoc/FGV, UnB, 1983.

SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004..

NOTAS

¹ Referente ao Conde de Saint-Simon (1760-1825), uma das principais influências teóricas de

Getúlio Vargas

² Cf. SILVA, Raul Mendes; CACHAPUZ, Paulo Brandi; LAMARÃO, Sérgio (orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2004; FONSECA, Pedro Cezar D. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Hucitec, 2018.

³ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 102.

⁴ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO. *Discursos selecionados do Presidente Getúlio Vargas*. Brasília: FUNAG, 2009.

⁵ Ibid.

⁶ BRASIL. *Decreto-Lei n° 2.961*, de 20 de janeiro de 1941.

⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 56.

⁸ Ibid: p. 62.

⁹ FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, op.cit.

¹⁰ BRASIL. *Decreto-Lei n° 5.878*, de 4 de outubro de 1943.

¹¹ SCHWARTZMAN, Simon (org.). *Estado Novo, um auto-retrato*. Brasília: Cpdoc/FGV, UnB, 1983, p. 123

As pistolas douradas de D. Pedro IV “desaparecidas”¹ por 36 anos

António Manuel Diogo Velez ^a

Resumo: Este artigo narra a curiosa trajetória de um par de pistolas que pertenceu a D. Pedro IV, também conhecido como o primeiro imperador do Brasil. Fabricadas artesanalmente em 1817, as armas foram roubadas do Museu Militar de Lisboa em 1973 e permaneceram desaparecidas por 36 anos. A investigação revela os caminhos percorridos pelas pistolas, que passaram por colecionadores estrangeiros e leilões internacionais, até serem finalmente recuperadas pela Polícia Judiciária portuguesa em 2009. Além de contar essa história surpreendente, o texto apresenta o contexto histórico de D. Pedro IV e destaca a importância simbólica desses objetos como parte da memória compartilhada entre Portugal e Brasil.

Palavras-chave: D. Pedro IV, História luso-brasileira, Patrimônio.

D. PEDRO IV (1798-1834) VIGÉSIMO SEXTO REI DE PORTUGAL

Rei de Portugal entre 1826 e 1834, D. Pedro IV², de cognome “o *Libertador*”, foi o primeiro imperador do Brasil. Viajou para o Brasil com a restante Família Real em 1807, logo após a primeira³ invasão francesa. Na sequência da Revolução de 1820, em Portugal, as Cortes determi-

nam o seu regresso à metrópole, mas D. Pedro recusa-se a embarcar para a Europa. Foi então que, como líder do movimento independentista, decide promulgar às margens do rio Ipiranga a independência do Brasil (1822), sendo depois proclamado imperador do Brasil.

Após a morte de D. João VI, seu pai, em 1826, D. Pedro é designado rei de Portugal pela regente D. Isabel Maria, e outorga

^a Coronel de Infantaria e Paraquedista do Exército Português. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



aos portugueses a Carta Constitucional de 1826. Quis abdicar em favor de sua filha, D. Maria da Glória (futura rainha D. Maria II), mas a guerra civil travada entre liberais, liderados por D. Pedro, e absolutistas, liderados por seu irmão D. Miguel, que também pretendia o trono, adiou a coroação de D. Maria até 1834.

Fig. 1 – D. Pedro IV, rei de Portugal



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

As Cortes de agosto de 1834 confirmam a regência de D. Pedro, que morre no mês seguinte, a 24 de setembro, quatro dias após o início do reinado de D. Maria II.

O coração do rei D. Pedro IV, que costuma estar guardado numa urna de madeira na Igreja de Nossa Senhora da Lapa, no Porto, foi pela primeira vez exposto ao público naquela cidade em 2022, seguindo depois para o Brasil, onde integrou uma exposição especial dedicada aos 200 anos da independência do país.

Quando o rei D. Pedro IV morreu, a 23 de setembro de 1834, deixou indicações de que queria confiar o coração “à heroica cidade do Porto, teatro da minha verdadeira glória”, recordando os momentos difíceis que ali passou durante a guerra civil entre liberais e absolutistas.

Apesar de o Brasil, onde foi o primeiro imperador, ter reclamado o corpo do monarca nos anos 1970, e de tê-lo sepultado no seu monumento à Independência, em São Paulo, o coração permaneceu no Porto, cumprindo o seu desejo.



AS PISTOLAS

Após 36 anos desaparecidas, duas pistolas feitas artesanalmente e que pertenceram a D. Pedro IV, o primeiro imperador do Brasil, foram recuperadas pela Polícia Judiciária de Portugal. No ano de 2009, a Polícia Judiciária de Portugal descobriu um par de itens históricos únicos que foram roubados mais de três décadas antes (Os artefatos tinham sido roubados do Museu Militar de Lisboa em 1973). Tratava-se de pistolas que haviam pertencido ao primeiro imperador do Brasil (Dom Pedro I).

Estas armas foram feitas em 1817 por um mestre de armas chamado Thomaz Jozé de Freitas⁴. Ele trabalhou no Arsenal Real de Lisboa, onde fazia equipamentos exclusivos para o imperador. Além de terem pertencido a um imperador, são um modelo clássico, exemplares (ver caixa na figura 2) únicos que têm canos de desenroscar para carregar a munição, fecho de pederneira e ornamentação com em-

butidos de ouro e gravações em prata, exibindo motivos vegetais estilizados e as armas do Reino Unido de Portugal e do Brasil.

Fig. 2 – A caixa contendo as pistolas de D. Pedro IV



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

Até as pistolas de Dom Pedro IV voltarem para Portugal, todavia, fizeram uma viagem muito curiosa.

A SAGA DAS PISTOLAS

Segundo foi registrado pelo boletim policial da época, o ladrão dos objetos realizou o ato



durante uma noite em que se escondeu atrás de um grande relógio que havia dentro do museu, esperou o local fechar, e então afanou os itens mais próximos de seu esconderijo. No dia seguinte, esperou o momento apropriado e saiu dali como se nada tivesse acontecido, utilizando uma corda para passar as armas e para descer do primeiro andar do Museu Militar.

Embora o criminoso tenha sido capturado quatro anos após seu crime infame e condenado à prisão, já não tinha os artefatos em sua posse. Conforme confessou à polícia, eles haviam sido vendidos para um colecionador alemão.

Esse foi o início de uma saga de décadas. Antes de ir parar no leilão português, as armas passaram no leilão da *Christie's* em Londres (as pistolas estiveram referenciadas em catálogo). O vendedor, nesse caso, era um homem alemão.

Especificidades Técnicas

Pistola portuguesa com fechos de pederneira, "Arsenal Real do Exército - 1817", cal. 12mm.

Descrição

Pistola da Casa Real Portuguesa, datada de 1817 com cano de desenroscar, para carregamento, com fina decoração embutida a ouro de motivos vegetalistas estilizados e aves.

Fecho central de pederneira, dito de caixa, com decoração embutida a ouro, semelhante à do cano, tendo, de cada lado da caixa, reservas ovais, envoltas por serpentes embutidas a ouro, o nome do mestre armeiro "THOMAS JOZE DE FREITAS", de um lado, e do outro, "ARCENAL REAL DO EXERCITO LX.A 1817", na parte inferior da caixa, junto ao cano, oval, em ouro, com o nome do mestre gravador "AN.TO JOAQ.M DE FIG. DO GRAV" (António Joaquim de Figueiredo).

Cão do tipo de argola, igualmente embutido a ouro assim como o fuzil e tampa da caçoleta, tendo esta última, pequeno rodízio em latão, para diminuir a fricção aumentando assim a velocidade do disparo, patilha de segurança ao



cão, igualmente embutida a ouro, que não permitia a colocação, acidental, do cão na posição de disparo, evitando, também, a abertura da tampa da caçoleta.

Coronha em madeira, profusa e finamente decorada a fio de prata embutido, com motivos vegetalistas estilizado e cabeça de dragão e as Armas do Reino Unido de Portugal e Brasil, igualmente em prata. Chapa de couce em aço, azulado, com decoração embutida em ouro, de motivos vegetalistas e mascarões.

Embora as autoridades de Portugal tenham tentado reaver os itens nessa ocasião, que ocorreu no ano de 1991, o sujeito afirmou que os objetos eram uma herança de família. A Justiça da Alemanha, por sua vez, decidiu que o par de objetos havia sido adquirido por meio de métodos legais, de forma que não ocorrera nenhuma infração.

Foi apenas mais tarde que as armas históricas passaram às mãos de um colecionador português. Desta vez, quando foram colocadas à venda em um segun-

do leilão⁵, a polícia de Portugal teve jurisdição para intervir, e devolveu as preciosas raridades ao seu legítimo proprietário.

Fig. 3 - As pistolas recuperadas são únicas, com canos de desenroscar para carregamento, fechos de caixa e rica ornamentação com finos embutidos de ouro e prata.



Fonte: Wikimedia/Wikicommons



NOTAS

¹ O ladrão assaltou o Museu Militar apenas para provar que conseguia, e esteve preso metade de sua vida.

² Este monarca português foi o segundo filho varão de D. João VI e de D. Carlota Joaquina. Nasceu em Queluz, em 12 de outubro de 1798, onde também faleceu, em 24 de setembro de 1834.

³ Os franceses, comandados pelo general Junot, entraram em Portugal pela região da Beira Baixa a 19 de novembro de 1807, e foram derrotados em agosto de 1808 por forças luso-britânicas, sob o comando do general Arthur Wellesley.

⁴ Armeiro conceituado na Lisboa de oitocentos, tinha-se esmerado nas duas armas que o rei lhe encomendou, para seu uso pessoal.

⁵ O local onde os valiosos artefatos foram encontrados surpreendeu, afinal, era uma famosa casa de leilões portuguesa, chamada de *Palácio do Correio Velho*. Os objetos furtados fariam parte de um dos lotes mais caros da noite: o lance mínimo para levar as armas para casa era 100 mil euros. As pistolas eram o lote 38, e o *Correio Velho* não revelou quem era o vendedor das armas.

RESENHA

A última guerra romântica (memórias de um piloto de patrulha)

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

GASTALDONI, Ivo. *A última guerra romântica: memórias de um piloto de patrulha*. Rio de Janeiro: INCAER, 1993.

A obra *A última guerra romântica: memórias de um piloto de patrulha*, de autoria do brigadeiro do ar Ivo Gastaldoni, constitui uma contribuição singular à historiografia militar brasileira, em especial ao estudo da participação da Força Aérea Brasileira (FAB) na Segunda Guerra Mundial, conflito no qual combateu no posto de tenente aviador.

Publicado em um momento no qual ainda escasseiam relatos aprofundados sobre a luta antissubmarino travada no Atlântico Sul, o livro traz à luz uma perspectiva rara e valiosa: a do avia-

dor de patrulha, cuja atuação foi crucial para garantir a segurança das rotas marítimas aliadas. Mais do que um mero testemunho, trata-se de uma crônica estruturada com densidade histórica e sensibilidade narrativa, revelando aspectos operacionais, humanos e institucionais da guerra aérea nos céus do Atlântico Sul.

A narrativa se estrutura em nove capítulos que seguem uma ordem cronológica, iniciando-se com o treinamento do autor nos Estados Unidos da América (EUA) e culminando nos combates finais contra os *U-boats* ale-

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



mães. O livro é, portanto, tanto um testemunho pessoal quanto um registro histórico da fase inaugural da Aviação de Patrulha brasileira. Essa estrutura permite ao leitor acompanhar a evolução da guerra e o amadurecimento dos quadros da FAB em tempo real, bem como observar os elementos táticos e doutrinários que se consolidaram durante o conflito.

Logo no primeiro capítulo, intitulado "Vida de manicaca", o autor descreve com minúcia o rigor e a sofisticação do preparo recebido em solo norte-americano. A experiência nos centros de formação dos Estados Unidos, que incluía não apenas o aprendizado técnico de voo, navegação e táticas antissubmarino, mas também o contato com uma mentalidade

militar distinta, centrada na disciplina operacional e na padronização de procedimentos, foi fundamental para a constituição de uma nova geração de aviadores brasileiros. Gastaldoni oferece um relato envolvente, ao mesmo tempo didático e emotivo, que ilumina o processo de transformação de jovens oficiais em pilo-

tos de guerra. É possível perceber, ao longo do texto, o impacto cultural e profissional que esse intercâmbio provocou na formação da doutrina aérea da FAB.

Além disso, o contato com recursos técnicos e equipamentos de ponta, como os simuladores de

voo, os sistemas de comunicação por rádio e os instrumentos de navegação por instrumentos, permitiu aos aviadores brasileiros um avanço sem precedentes em sua capacitação. Isso eviden-





cia o esforço de modernização e a abertura institucional da FAB ao aprendizado com forças armadas mais experientes, fator essencial para o desenvolvimento de uma doutrina autônoma nos anos posteriores. A obra sugere, ainda que implicitamente, que esse momento de aprendizado foi o embrião de uma mentalidade operacional voltada à interoperabilidade e ao planejamento estratégico integrado.

Nos capítulos seguintes, o autor apresenta um panorama detalhado da emergente guerra submarina no Atlântico Sul. Em "Uma guerra previsível" e "Conheça o inimigo como a ti mesmo", revela-se o cenário estratégico no qual a FAB foi inserida. A compreensão do *modus operandi* da *Kriegsmarine* alemã, especialmente das táticas dos *U-boats*, como o uso de alcateias de submarinos, os ataques noturnos e a busca por pontos vulneráveis nas rotas mercantes, foi essencial para a elaboração das primeiras respostas aéreas brasileiras a essa ameaça. O texto demonstra

como a atuação da Aviação de Patrulha se integrou ao sistema de defesa do Atlântico, operando a partir de bases instaladas no litoral brasileiro, como Salvador, Recife, Natal e Belém. A integração com as forças aliadas, particularmente com a Marinha dos EUA, é um aspecto subjacente que percorre todo o livro, ilustrando como a guerra promoveu um inédito intercâmbio tático e tecnológico no espaço atlântico sul-americano.

É importante destacar o papel geopolítico do Brasil nesse contexto. A posição estratégica do território brasileiro, projetando-se como uma ponte entre os hemisférios ocidental e africano, atribuiu ao país uma relevância singular nas operações navais e aéreas no Atlântico Sul. A atuação da Aviação de Patrulha, portanto, transcendeu o campo militar e posicionou o Brasil como ator-chave na segurança do Atlântico. Gastaldoni, ainda que sem recorrer a análises geopolíticas explícitas, oferece elementos para que o leitor compreenda



essa centralidade estratégica e o papel que as forças armadas brasileiras desempenharam na consolidação de uma nova inserção internacional do país.

Os capítulos "Recursos para o grande salto" e "Operacionalização nos EUA" exploram os desafios logísticos, administrativos e materiais enfrentados pela FAB em sua fase inicial. A aquisição de aeronaves, como os bombardeiros B-18 Bolo e os PBY Catalina, exigiu não apenas negociações diplomáticas, mas também uma rápida qualificação de pessoal para sua operação e manutenção. A instalação de infraestrutura básica nos aeródromos brasileiros, o envio de destacamentos técnicos aos EUA e a coordenação entre comandos aéreos e navais compuseram um cenário de intensa reorganização institucional.

O autor revela que, apesar das deficiências iniciais e da improvisação inevitável, formou-se um núcleo de excelência dentro

da FAB, impulsionado por uma cultura de missão e por um espírito de camaradagem forjado sob a urgência do combate.

A expansão da malha aeroviária militar e a padronização dos procedimentos operacionais criaram as bases para o desenvolvimento de uma doutrina de patrulha marítima nacional. Essa doutrina, centrada na vigilância costeira, no monitoramento de comboios e na neutralização de ameaças submarinas, viria a ser sistematizada no pós-guerra, em manuais e centros de ensino da FAB.

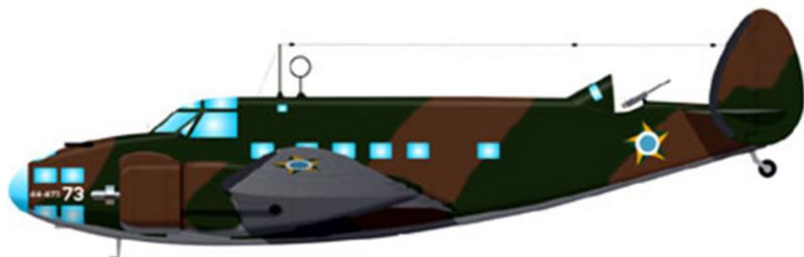
Gastaldoni, com sensibilidade narrativa, antecipa essa construção teórica ao relatar a prática e a inovação que emergiam do cotidiano das missões. O improviso – como o reaproveitamento de peças, o uso criativo do armamento embarcado e a adaptação de táticas às condições climáticas brasileiras – foi um dos alicerces do pensamento doutrinário da nascente FAB.



A partir do capítulo "A estréia Baiana", o leitor é conduzido por uma série de relatos de missões reais de patrulhamento e ataque às embarcações inimigas. Essas operações, muitas vezes realizadas em condições me-

dade entre os tripulantes. A dimensão humana da guerra aparece com força, lembrando ao leitor que cada missão era, antes de tudo, uma experiência vivida por jovens brasileiros colocados diante de um inimigo invisível e

Fig. 1 - A-28A Hudson, da FAB



Fonte: Aparecido Camazano Alamino

teorológicas adversas, em aeronaves limitadas quanto à autonomia e à detecção de alvos, revelam o grau de risco assumido pelos aviadores. Gastaldoni imprime à narrativa um ritmo envolvente, equilibrando o testemunho pessoal com descrições técnicas e operacionais. Os relatos de voo são marcados por tensão, precisão descritiva e, por vezes, reflexões sobre o medo, a responsabilidade e a solidarie-

de um ambiente inóspito.

O capítulo "O patinho feio" é particularmente simbólico. Ao narrar os confrontos próximos à capital do país, o autor desconstrói a percepção de que o Brasil esteve distante dos teatros principais do conflito. A guerra, como demonstra, estava à porta, afetando diretamente a navegação costeira, os portos comerciais e a segurança da população. Os relatos reforçam o argumento de que



a Segunda Guerra Mundial não foi, para o Brasil, um conflito periférico, mas uma experiência que demandou mobilização nacional, reorganização logística e aprimoramento institucional.

Nos dois últimos capítulos, "O embrião se desenvolve" e "Um ano de guerra", Gastaldoni reflete sobre o encerramento das atividades ofensivas e a transição para um contexto pós-guerra.

A conclusão é marcada por um sentimento agrídoce: a vitória contra a ameaça submarina, por um lado, e a dissolução das estruturas provisórias que haviam sido montadas com tão grande esforço, por outro. Há uma percepção clara de que aquele momento foi, de fato, "a última guerra romântica", um confronto no qual o heroísmo individual ainda coexistia com a guerra tecnológica em larga escala.

Ao enfatizar o papel do piloto enquanto sujeito histórico, Gastaldoni reforça o valor da memória como instrumento de reconhecimento institucional e legado nacional.

A relevância da obra transcende o valor memorialístico. Ao documentar com detalhes os primeiros passos da Aviação de Patrulha brasileira, Gastaldoni oferece elementos fundamentais para compreendermos o desenvolvimento doutrinário da FAB. O contato com doutrinas estrangeiras, sobretudo a norte-americana e sua adaptação à realidade brasileira, geraram os primeiros marcos da aviação de patrulha nacional. Essa experiência formadora reverberaria nas décadas seguintes, influenciando a estruturação da aviação militar no país.

A doutrina de patrulha marítima, consolidada com base nos ensinamentos daquele período, continua até hoje a fundamentar as operações da FAB em cenários de defesa do litoral e vigilância do Atlântico Sul.

A guerra antissubmarino representou, portanto, um catalisador do amadurecimento institucional da FAB. A necessidade de desenvolver capacidades autônomas, de articular sistemas de



informação e logística, de formular protocolos operacionais compatíveis com a realidade geográfica do Brasil, e de integrar-se a uma coalizão militar internacional legou ao país uma força aérea mais profissionalizada e integrada.

O livro de Gastaldoni permite ao leitor perceber esse processo em andamento, com todas as suas dificuldades, improvisos e conquistas. O autor destaca, ainda, como a experiência da Segunda Guerra Mundial impulsionou reformas administrativas e curriculares na FAB, que resultaram na consolidação de centros de doutrina, escolas especializadas e uma mentalidade voltada para a defesa estratégica do território nacional.

Em suma, *A última guerra romântica* é leitura obrigatória para estudiosos da história militar brasileira, além de ser um relato envolvente para o público geral interessado na Segunda Guerra Mundial.

A obra alia o rigor factual com a vivência pessoal, ofere-

cendo um testemunho valioso sobre a construção da identidade da FAB e sobre um capítulo pouco explorado da participação brasileira no conflito. Ao registrar as ações da Aviação de Patrulha, Ivo Gastaldoni contribui para o reconhecimento institucional de um segmento das Forças Armadas cuja atuação foi decisiva e, por vezes, esquecida.

Trata-se, sem dúvida, de um livro que merece figurar entre os registros da memória militar nacional e que deve ser valorizado como relato primário e fonte para futuras pesquisas sobre a guerra no Atlântico Sul, a evolução da doutrina aérea e a formação da Força Aérea Brasileira contemporânea.

FEB HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS



8



ANOS



EXÉRCITO BRASILEIRO
Nelson Delfino, Marambaia Valente

**REVISTA DO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
E HISTÓRIA MILITAR
DO BRASIL**



ANO: 84 N° 117 2º SEM. 2025

ISSN: 0020-3890